



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA
MESTRADO PROFISSIONAL EM POLÍTICAS PÚBLICAS

JUSSARA DE FREITAS MAGALHÃES PIMENTEL

**O PROCESSO DE INTERNACIONALIZAÇÃO EM INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: o caso do Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia de Pernambuco**

Recife

2020

JUSSARA DE FREITAS MAGALHÃES PIMENTEL

**O PROCESSO DE INTERNACIONALIZAÇÃO EM INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: o caso do Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia de Pernambuco**

Recife

2020

JUSSARA DE FREITAS MAGALHÃES PIMENTEL

**O PROCESSO DE INTERNACIONALIZAÇÃO EM INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: o caso do Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia de Pernambuco**

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Políticas Públicas da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre Profissional em Políticas Públicas.

Área de Concentração: Gestão de Políticas Públicas

Orientador: Prof. Dr. Marcelo de Almeida Medeiros.

Recife

2020

Catálogo na fonte
Bibliotecária Valdicéa Alves Silva, CRB4-1260

P644p Pimentel, Jussara de Freitas Magalhães.
O processo de internacionalização em Instituições Federais de Educação Profissional: o caso do instituto federal de educação, ciência e tecnologia de Pernambuco / Jussara de Freitas Magalhães Pimentel. - 2020.
128 f. : il.; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo de Almeida Medeiros.
Dissertação (mestrado profissional em políticas públicas) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas, Recife, 2020.

Inclui referências, anexos e apêndices.

1. Ciência política. 2. Alta Gestão. 3. Internacionalização. 4. Percepção.
I. Medeiros, Marcelo de Almeida (Orientador). II. Título.

320.6 CDD (22. ed.)

UFPE (BCFCH2020-154)

JUSSARA DE FREITAS MAGALHÃES PIMENTEL

O PROCESSO DE INTERNACIONALIZAÇÃO EM INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: o caso do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Políticas Públicas da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre Profissional em Políticas Públicas.

Aprovada em: 16/06/2020

BANCA EXAMINADORA

Profº. Dr. Marcelo de Almeida Medeiros (Orientador)

Universidade Federal de Pernambuco

Profº. Dr. Erinaldo Ferreira do Carmo (Examinador Interno)

Universidade Federal de Pernambuco

Profº. Dr. Thiago da Câmara Figueiredo (Examinador Externa)

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ser a inspiração em minha vida na busca por novas oportunidades que me permitam evoluir como ser humano;

À minha Mãe Maria Zilda, por sua presença sempre tão amorosa e seus ensinamentos humanizados;

Ao meu marido Marcelo Pimentel, pelo apoio, companheirismo, generosidade e paciência nos dias mais difíceis;

Aos meus filhos Hugo, Isabela e Artur, por me incentivarem a dar o melhor de mim;

À minha segunda mãe, Dra. Therezinha, pelo carinho de uma vida;

À minha grande amiga, Denise Barbosa, por me fazer crer que eu tinha potencial;

À Profa. Anália Keila Rodrigues Ribeiro, por sua visão de futuro e gestão dialogada frente ao IFPE;

Ao Prof. Dr. Marcelo de Almeida Medeiros, pela orientação e respeito ao meu processo de evolução acadêmica;

Aos Prof. Erinaldo Carmo e Thiago Camara, membros da Banca, pelas sugestões e contribuições com vistas a melhorar a qualidade deste trabalho;

A todos os Colegas do Programa de Mestrado Profissional em Políticas Públicas da UFPE, pela partilha do conhecimento;

À minha nora Letícia Cantarelli, por seu tempo dedicado a revisar a ABNT e formatação;

Aos queridos colegas do Núcleo de Línguas, pela presença leve no dia a dia;

Aos Gestores da Reitoria e Diretores dos Campi do IFPE, pela disponibilidade em participar desta pesquisa.

À minha doce companheira galega, por estar sempre ao meu lado e pelos lambeijos em demonstração de amor e carinho.

RESUMO

O objetivo deste estudo é analisar a percepção dos membros da alta gestão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE) sobre a importância da internacionalização na instituição. A hipótese apresentada buscou sustentar que, formações acadêmicas no exterior, desenvolvimento de projetos e/ou programas em rede (cooperação internacional) e domínio de uma língua estrangeira contribuem positivamente na percepção do gestor acerca da importância da internacionalização. A pesquisa trata de um estudo de caso, dentro de uma abordagem qualitativa, que utilizou como procedimentos metodológicos a análise documental e a entrevista semiestruturada. Para a organização e tratamento dos dados foi considerada a técnica de análise de conteúdo proposta por Bardin. Os resultados da análise documental afirmam que embora o IFPE tenha avançado em seu processo de internacionalização, a falta de normativas ainda é um entrave ao desenvolvimento de ações na área. Os resultados das entrevistas semiestruturadas revelam que na percepção dos gestores, internacionalizar uma instituição de ensino é importante visto que oportuniza a troca de conhecimento, atende às demandas da globalização e fortalece as atividades finalísticas, embora a hipótese levantada não tenha sido de todo confirmada, em função da pouca experiência internacional dos gestores, assim como o pouco domínio de uma língua estrangeira. Ainda na ótica dos gestores entrevistados, a mobilidade é a ação de maior destaque. Este trabalho tem o potencial de fornecer subsídios para o re(planejamento) de ações voltados ao fortalecimento da dimensão internacional no âmbito do IFPE, em atendimento às políticas públicas pensadas para a RFEPCCT.

Palavras-chave: Alta Gestão. Internacionalização. Percepção.

ABSTRACT

This study aims to analyze the perception of members of the senior management of the Federal Institute of Education, Science and Technology of Pernambuco (IFPE) about the importance of internationalization in the institution. The hypothesis presented sought to maintain that academic training abroad, development of networked projects and/or programs (International Cooperation) and mastery of a foreign Language contribute positively to the manager's perception of the importance of internationalization. The research deals with a case study, within a qualitative approach, which used document analysis and semi-structured interviews as methodological procedures. For the organization and treatment of data, it was considered the content analysis technique proposed by Bardin. The results from the document analysis state that, although the IFPE has advanced in its internationalization process, the lack of regulations is still an obstacle to the development of actions in the area. The results from the semi-structured interviews reveal that, in the perception of managers, internationalizing an educational institution is important since it provides the opportunity for the Exchange of knowledge, meets the demands of globalization and strengthens finalistic activities, although the current hypothesis has not been completely confirmed due to the managers lack of international experience, as well as their little knowledge of a foreign language. Still from the perspective of the interviewed members, mobility is the most prominent action. This work has the potential to provide subsidies for the re(planning) of actions aimed at strengthening the International dimension within the scope of IFPE, in compliance with public policies designed for the RFEPCCT.

Keywords: Internationalization. Perception. Senior-management.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1-	Ilustração da distribuição dos campi do IFPE em Pernambuco	21
Figura 2-	Ilustração do ciclo de internacionalização.....	29
Quadro 1-	Ensino, pesquisa e serviço.....	33
Figura 3-	TOEFL ITP desempenho dos IFs.....	41
Figura 4-	Cursos de pós-graduação em inglês por área do conhecimento.....	42
Figura 5-	Ilustração do organograma da Arinter	55
Quadro 2-	Documentos do IFPE no eixo da internacionalização	60
Quadro 3-	Entrevistados por segmentos.....	62
Figura 6-	Visão dos gestores sobre internacionalização	62
Figura7-	Iceberg Cultural	69
Quadro 4-	Visão dos gestores sobre internacionalização na RFEPCT	74
Quadro 5-	Internacionalização como estratégia presente no plano de gestão dos campi do IFPE.....	82
Figura8-	Razões para se internacionalizar na visão dos gestores do IFPE	87
Quadro 6-	Ações, demandantes e benefícios segundo gestores do IFPE	88
Quadro 7-	Comprovação das variáveis presentes na hipótese deste estudo	90
Figura9-	Ações de internacionalização citadas pelos gestores do IFPE.....	90
Quadro 8-	Estratégias programáticas e organizacionais: suporte necessário para a internacionalização	91

LISTA DE TABELAS

Tabela 1-	Número de estudantes em IES estrangeiras.....	18
Tabela 2-	Idiomas sem fronteiras em números – IFse Universidades total entre 2013 e 2018	40
Tabela 3-	Benefícios do EMI na visão de docentes.....	43
Tabela 4-	Captações realizadas entre 2015-2017	73
Tabela 5-	Papel dos gestores na formulação/implementação da política de internacionalização do IFPE	80

LISTA DE SIGLAS

Abraem	Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais
ABRUC	Associação Brasileira de Universidades Comunitárias
Abrium	Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais
ACE	American Council on Education
ANEC	Associação Nacional de Educação Católica do Brasil
Arinter	Assessoria de Relações Internacionais
Ascon	Assessoria de Comunicação
CAI	Coordenação de Acordos Internacionais
Capes	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
Cefet	Centro Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Celle	Centro de Libras e Línguas Estrangeiras
Cige	Center for Internationalization and Global Engagement
CLIL	Content Language Integrated Learning
Cmmi	Comissão Multidisciplinar de Mobilidade Internacional
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
Cofecub	Comitê Francês para a Avaliação de Cooperação Acadêmica e Científica com o Brasil
Confape	Confederação Nacional de Agências de Fomento
Conif	Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
Consup	Conselho Superior
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
Crub	Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras
CsF	Ciência sem Fronteiras
Ctec	Coordenação de tecnologia e Comunicação
DAE	Direção de Assistência Estudantil
DGPE	Direção de Gestão de Pessoas
EaD	Educação a Distância
EMI	Inglês como Meio de Instrução
ETFPE	Escola Técnica Federal de Pernambuco
Faubai	Associação Brasileira de Educação Internacional
FIC	Formação Inicial e Continuada
Forinter	Fórum de Relações Internacionais
IAU	International Association of Universities
IES	Instituição de Ensino Superior
IF	Instituto Federal
IFPE	Instituto Federal de Pernambuco
IPB	Instituto Politécnico de Bragança
IPP	Instituto Politécnico do Porto

IsF	Inglês sem Fronteiras
MCTIC	Ministério da Ciência e Tecnologia, Inovação e Comunicação
MEC	Ministério da Educação
MEO	My English Online
Mercosul	Mercado Comum do Sul
MRE	Ministério de Relações Exteriores
Nova	Northern Virginia Community College
O.A.	Organização Acadêmica
Obiret	Observatório Regional sobre Internacionalização e Redes em Educação Terciária
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
Pavi	Programa de Acolhimento ao Visitante
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PDPI	Programa de Desenvolvimento Profissional para Professores de Língua Inglesa nos Estados Unidos.
PEC-G	Programa de Estudantes – Convênio de Graduação
PEC-PG	Programa de Estudos – Convênio de Pós-Graduação
PNE	Plano Nacional de Educação
PNE	Plano Nacional de Educação
PPGS	Programa de Pós-Graduação em Sociologia
Print	Programa Institucional de Internacionalização
Proad	Pró-reitoria de Administração
Proden	Pró-reitoria de Ensino
Prodin	Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional
Proext	Pró-reitoria de Extensão
Propesq	Pró-reitoria de Pesquisa
RFEPCT	Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
Setec	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
TOEFL	Test of English as a Foreign Language
TOEIC	Test of English for International Communication
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
Unesco	United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization
Unevoc	International Centre for Technical and Vocational Education and Training
Unibol	Universidade Nacional Indígena da Bolívia
VET	Vocational Education and Training
WFCP	World Federation of Colleges and Polytechnics

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	INTERNACIONALIZAÇÃO: visões teórico-descritivas, práticas sociais e o contexto institucional.....	19
3	METODOLOGIA.....	47
4	APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	51
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	94
	REFERÊNCIAS	98
	APENDICE A- ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA PRÓ-REITORES DO IFPE	109
	APENDICE B- ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA DIRETORES SISTÊMICOS DO IFPE.....	111
	APENDICE C- ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA DIRETORES GERAIS DOS CAMPI DO IFPE	113
	APENDICE D- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO ..	115
	APÊNDICE E - AUTORIZAÇÃO DE ENTREVISTA	116
	APÊNDICE F - POLÍTICA LINGUÍSTICA.....	117
	APÊNDICE G - POLÍTICA DE INTERNACIONALIZAÇÃO	121
	ANEXO A - PROGRAMA DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL.....	128

1 INTRODUÇÃO

Considerada por Santos e Almeida Filho (2012) a quarta missão da universidade, a internacionalização vem assumindo um papel de protagonismo no cenário da educação nacional, através da implantação de políticas públicas, desde a década de noventa. Juntos, o Itamaraty, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e o Ministério da Educação (MEC) têm lançado programas, via editais, para bolsas nas modalidades externas: Graduação – sanduíche, Mestrado – sanduíche e profissional; Doutorado – pleno e sanduíche; e Pós-doutorado. É sabido, no entanto, que as ações no eixo da internacionalização não se resumem à mobilidade acadêmica, mas a uma série de ações que vão desde a oferta de cursos de idiomas até a cooperação técnica entre as instituições, com vistas ao desenvolvimento do ensino, da pesquisa, da extensão, da inovação e da gestão. Nesse contexto, Stallivieri argumenta:

O que a sociedade espera das instituições de Ensino Superior é uma atuação proativa em direção à internacionalização, possibilitada pela preparação de agentes capacitados para novas necessidades profissionais, mais qualificados, com conhecimento de línguas estrangeiras e com o entendimento de outras culturas, com maior amplitude nas áreas de conhecimento e de domínio de informações, com bom relacionamento de cooperação e de trocas acadêmicas, com o claro entendimento da necessidade de compartilhar os avanços científicos e tecnológicos com as demais sociedades mundiais e que sejam protagonistas de uma nova educação internacional (STALLIVIERI, 2017, p. 30).

Nesse cenário, a conscientização da necessidade, propósito e benefícios da internacionalização, entre os membros das instituições de Educação, deve contribuir para o engajamento de mais e mais atores empenhados em preparar a comunidade acadêmica para fazer melhor uso das oportunidades, sejam elas oriundas de políticas de internacionalização da educação em casa ou no exterior. Isto posto, cabe verificar de que maneira a missão de internacionalizar se faz presente no cotidiano das instituições¹.

Criado pelo Decreto n. 7.642/11, o Programa Ciência sem Fronteiras (CsF) teve como objetivo promover a formação de pessoal em instituições internacionais, em áreas do

¹De acordo com Maués e Bastos (2017), entende-se por internacionalização em casa a preparação de estudantes para uma carreira internacional, para se tornarem cidadãos do mundo, utilizando-se da integração de conteúdos internacionais no próprio currículo, além de promover programas conjuntos com universidades no exterior e desenvolvendo cursos em inglês. Além de receber professores e estudantes estrangeiros nas próprias instituições de ensino nacionais. Enquanto, na ótica de Witet *al.* (2015, p. 50), a internacionalização no exterior “engloba todas as formas de educação além das fronteiras, tais como: mobilidade de pessoas, de projetos, de programas de prestadores de serviço”.

conhecimento consideradas estratégicas, além de propiciar a vinda de pessoal qualificado para contribuir com o desenvolvimento do Brasil.

Para isso, deve-se levar em conta nos respectivos Planos de Desenvolvimento Institucional – PDI, algumas metas, a exemplo de: fundo específico para a internacionalização, acordos internacionais ativos, escritório estruturado, *staff* designado para atuar no escritório, internacionalização do currículo, oferta de programas de dupla diplomação, aprendizado à distância, construção de normativas e regulamentos relacionados à internacionalização e aprovados em Conselho Superior, tais como: política linguística, regulamento para aprovação de créditos, programa de mobilidade acadêmica, programa de acolhimento ao visitante, sem falar no documento de maior relevância, a política de internacionalização.

Há ainda na Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica (RFEPCT) um documento de referência de internacionalização da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), para o biênio 2018-2019, o qual serve como texto norteador, num cenário onde as especificidades de cada instituição e suas distintas realidades sejam levadas em consideração, no momento da adoção de estratégias voltadas à internacionalização. Hudzik (2011, p. 9) corrobora com a mesma ideia ao defender que²

Not only is internationalization a means rather than an end, but the end may vary from institution to institution and the particular approach to internationalization chosen is dependent on the ends being pursued.

Nessa perspectiva, embora a política de internacionalização da Rede pontue a necessidade de mudança nos projetos educacionais referentes à formação de trabalhadores, visando a atender à complexidade do contexto global, é fundamental que no momento da construção da política, não apenas as especificidades da instituição sejam consideradas, mas também a consulta à comunidade acadêmica e suas necessidades. Ainda com referência à citada política, é importante ressaltar os objetivos propostos pela SETEC, a saber:

- Sensibilizar a RFEPCT quanto à importância das estratégias de internacionalização para o desenvolvimento institucional;
- Ampliar a participação da RFEPCT em fóruns e debates globais de EPCT;
- Divulgar o modelo de EPCT brasileiro;
- Fortalecer as relações de EPCT nas regiões de fronteira;
- Criar base de dados integrada para o gerenciamento das informações inerentes ao processo de internacionalização;

² “A internacionalização não é apenas um meio, mas um fim, embora o fim possa variar de instituição para instituição e a abordagem particular da internacionalização escolhida depende dos fins que estão sendo perseguidos” (tradução nossa).

- Promover política de línguas para a capacitação dos servidores e discentes em idiomas estrangeiros relevantes para os processos de internacionalização da EPCT e o português como língua adicional/estrangeira;
- Intercambiar experiências sobre boas práticas internacionais em EPCT;
- Prestar cooperação Sul-Sul, em coordenação com a Agência Brasileira de Cooperação;
- Desenvolver lideranças e novas metodologias em EPCT. (SETEC/MEC, 2017)

Neste cenário de construção da política, pode-se observar a relevância destas diretrizes para o processo de consolidação das ações de internacionalização, visto que estas servem como elementos norteadores na condução da operacionalização das atividades pensadas pelas instituições.

Ainda sobre práticas que envolvem a política de internacionalização, Siufi (2009) sugere atividades realizadas entre e por instituições universitárias, que, por intermédio de múltiplas modalidades, implicam uma associação e colaboração no âmbito da política e da gestão institucional que impulsionam a internacionalização, entre elas: a mobilidade e intercâmbio de estudantes e professores, a colaboração para o ensino e investigação, a qualidade acadêmica, a cooperação e assistência para o desenvolvimento regional e institucional, o desenvolvimento curricular, o aumento de transferência do conhecimento científico e tecnológico.

A partir das possibilidades que as ações de internacionalização podem proporcionar à comunidade acadêmica e na busca por compreender como se dá o processo de internacionalização tomando como exemplo o Instituto Federal de Pernambuco (IFPE), nossa pergunta de pesquisa é: como gestores percebem a importância da internacionalização no âmbito do IFPE?

Esta pergunta pode ser desmembrada a partir da análise das percepções de membros da alta gestão e do levantamento do nível de atualização normativa da referida área na instituição, no anseio de que, tanto a escuta dos gestores quanto a análise documental contribuam na proposição de uma minuta de política de internacionalização para o IFPE. Para tanto, deve-se refletir inicialmente sobre o papel dos gestores na efetivação de políticas públicas voltadas ao eixo da internacionalização.

Para Stallivieri (2017), a análise da percepção dos gestores quanto à importância da internacionalização deve ser iniciada pela alta gestão, isto é, pela administração superior da instituição

Antes mesmo de se iniciar a elaboração do diagnóstico que identifique o nível de internacionalização das ações, programas e projetos, é importante

que a administração superior da instituição conheça com propriedade, o grau de internacionalização de sua instituição, se existe ou não e, em caso positivo, seu impacto na comunidade (STALLIVIERI, 2017, p.63).

No texto acima, há indicativos de que gestores mais conscientes da necessidade, dos propósitos e dos benefícios da internacionalização engajam-se mais facilmente no esforço de contribuir para que ações e metas no referido eixo se materializem. Além disso, não foram encontrados trabalhos publicados a respeito do levantamento da percepção dos gestores sobre a importância da internacionalização, o que reforça a necessidade de aprofundar tal análise, de forma a trazer evidências que possibilitem a confirmação (ou não) dos indicativos em referência.

Um outro aspecto inerente a essa pesquisa diz respeito à hipótese de que formações acadêmicas no exterior, desenvolvimento de projetos e/ou programas em rede (cooperação internacional) e domínio de uma língua estrangeira contribuem positivamente na percepção do gestor acerca da importância da internacionalização. Tais vivências são cada vez mais demandadas num mundo globalizado no qual o conhecimento é condição sinequanon para o êxito das atividades acadêmicas e administrativas desenvolvidas pelas instituições que buscam atender às demandas do mundo contemporâneo.

Nesse viés, Bueno e Fávoro (2010) endossam a ligação existente entre a internacionalização e o conhecimento produzido nas universidades diante das novas necessidades de um mundo globalizado:

Internacionalizar a universidade significa revisar o currículo para ver quais conteúdos são relevantes não mais em um contexto global, mas em um contexto internacional. Implica atrair professores de fora, mandar docentes para o exterior e propiciar maior mobilidade aos alunos para que eles possam entender melhor o mundo complicado em que vão trabalhar. Implica, ainda, que a universidade comece a comparar-se mais com seus pares internacionais. Afinal, trata-se de um processo de alinhamento da universidade com as novas necessidades que o mundo globalizado está nos apresentando (BUENO; FÁVARO, 2010).

Embora Bueno e Fávoro destaquem apenas o contexto da internacionalização desenvolvida nas universidades, vale ressaltar que os IFs também são protagonistas das ações mencionadas, visto que possuem cursos de nível superior demandantes de atividades tais como programas de duplo diploma, publicação e pesquisa em conjunto, professor visitante, oferta de componentes curriculares em língua estrangeira, estágios internacionais. Ainda desenvolvem ações de internacionalização voltadas ao Ensino Médio com destaque para programas de mobilidade estudantil, oferta de cursos de línguas estrangeiras, participação em eventos acadêmicos internacionais.

No âmbito do IFPE pode-se elencar algumas atividades experienciadas, a saber: Programa Leitor Francês – trazer docente francês para ministrar cursos do idioma e promover atividades culturais via Centro de Libras e Línguas Estrangeiras (CELLE); Vocational Education and Training (VET) Professores para o Futuro – capacitação de docentes de diferentes áreas do conhecimento, na Finlândia; Programas Northern Virginia Community College (NOVA)/SETEC/MEC e PDPI – capacitação de docentes em língua inglesa nos Estados Unidos; Programas de intercâmbio acadêmico na Bolívia, Chile e Portugal.

Bona (2018) corrobora com Bueno e Fávoro ao destacar que o processo de internacionalização é um caminho sem volta para as IES brasileiras e quanto antes e de forma mais abrangente estas IES assumirem o processo como prioritário em seu desenvolvimento institucional, melhor poderão superar os desafios e aproveitar as oportunidades. (BONA, 2018, p. 55).

Não à toa, países que ocupam as primeiras posições nos rankings acadêmicos beneficiam-se de um grande número de estudantes internacionais, estimulando a troca de experiências acadêmicas e culturais e todo o hall de benefícios decorrentes, como por exemplo: incentivo à pesquisa em conjunto, atração de docentes pesquisadores, aumento da oferta de cursos em línguas estrangeiras, captação de recursos para desenvolvimento de projetos internacionais, dentre outros.

No tocante aos países que mais atraem estudantes internacionais para as suas IES, a *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*- UNESCO disponibilizou uma lista na qual os Estados Unidos lideram o *ranking* seguido pelo Reino Unido. Não é à toa que estes países atraem um número considerável de intercambistas. Muitos destes com o intuito de aprender a língua mãe e vivenciar a cultura, considerando que o inglês é a língua da internacionalização e no Brasil, este fato fica evidenciado a partir do momento em que se constitui como uma das metas em todos os setores das IES, seja na graduação ou nos programas de pós-graduação, de acordo com Fonseca, (2016).³

³Entende-se por alta gestão as pessoas que detêm a prerrogativa de estabelecer a Política, a Missão e a Visão institucional, ou seja, reitor, pró-reitor, diretor sistêmico e diretores gerais dos campi.

Tabela 1-Número de estudantes em IES estrangeiras

País	Número de estudantes em IES estrangeiras
Estados Unidos	740.482
Reino Unido	427.686
França	271.399
Austrália	249.588
Alemanha	206.986
Rússia	173.627
Japão	150.617
Canadá	120.960
China	88.979
Itália	77.732

Fonte: Adaptado de Maggi (2014)

De acordo com o Censo da Educação Superior, ano 2018, realizado pelo MEC/Inep, o Brasil recebeu 16.794 estudantes vindos de 176 países diferentes para cursar a graduação, o que representa apenas 0,2% do total de matriculados nas IES do país. Segundo o Site Informa abc, para que o Brasil receba um número ainda maior de estudantes é preciso aumentar a oferta de componentes curriculares ministrados em língua inglesa, padronizar os currículos brasileiros em atendimento às exigências internacionais e ampliar o número de alojamentos para abrigar todos os alunos de fora. No IFPE os Campi agrícolas possuem alojamentos que permitem a hospedagem de estudantes estrangeiros.⁴

Por fim, mas não menos importante, após o término do CsF, a CAPES/MEC passou a exigir das IES a política de internacionalização aprovada no Conselho Superior da Instituição, que em conjunto com outras demandas, tais como ter no mínimo quatro programas de pós-graduação recomendados pela CAPES nas duas últimas avaliações e, pelo menos, dois cursos de doutorado deixaram a maior parte dos IFs impossibilitados de aderir ao novo Programa, o CAPES PRINT, substituto do CsF. Como se pode constatar, é crucial a escuta dos gestores acerca da percepção sobre a importância da internacionalização para se construir uma proposta de política de internacionalização para o IFPE.

No próximo capítulo, o destaque será sobre as visões teórico-descritivas, as práticas sociais e o contexto institucional no eixo da internacionalização, levando o leitor a conhecer tanto o que há de teoria sobre o tema, quanto o que há de ações no âmbito da RFEPCT e do IFPE.

⁴ (Site Informa abc, 2018). Disponível em:<<http://informaabc.com.br/conteudo/id-724231/numero-de-estudantes-dobra-no-brasil>>Acesso em: 10 de março de 2019.

2 INTERNACIONALIZAÇÃO: visões teórico-descritivas, práticas sociais e o contexto institucional

A partir do estabelecimento de uma política, objetivos e metas são definidos e atores são convidados a participar do processo. Para que essa política se realize, é preciso que haja o engajamento e o comprometimento destes atores a partir do entendimento acerca das razões motivadoras nesse sentido. Na dimensão internacional, a condução se dá de igual forma e busca alavancar a qualidade da instituição de educação, conforme comenta Stallivieri (2017):

A internacionalização cria aliados, envolve gestores que, embuídos da compreensão da importância de trabalhar para a educação intercultural, colocam seus esforços para alcançar o sucesso da instituição e sua consequente projeção nos melhores cenários do ensino superior (STALLIVIERI, 2017, p. 33).

Considerando-se que no âmbito do IFPE não há uma política de internacionalização formalmente instituída, é preciso constatar o grau de compreensão de membros da alta gestão a respeito e a partir disto, se proponha diretrizes para sua reformulação, de modo a inserir o IFPE num contexto que atenda à política de internacionalização estabelecida para a RFEPCCT.

No decorrer do capítulo, serão trazidos aspectos teórico-descritivos sobre os processos em que se dá a internacionalização nas instituições de educação, mais precisamente no âmbito da RFEPCCT e do IFPE, com vistas a aproximar o leitor do tema e apresentar estratégias de gestão voltadas ao desenvolvimento de ações na área, a partir de iniciativas de diferentes atores.

Inaugurado em 16 de fevereiro de 1910, o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE), naquela época conhecido como Escola de Aprendizes Artífices de Pernambuco, passou por diversas nomenclaturas ao longo dos anos. Liceu Industrial, Escola Industrial Técnica, Escola Técnica Federal de Pernambuco (ETFPE) e Centro Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco (Cefet-PE), por exemplo.

A Lei 11.892 instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, criando os Institutos Federais em todo o país. Nasceu o IFPE, composto pelas Escolas Agro técnicas Federais (Belo Jardim, Barreiros e Vitória de Santo Antão), do CEFET-PE e suas unidades descentralizadas em Pesqueira e o Campus virtual de Educação a Distância (EaD). Em 2010 são inaugurados os Campi Afogados da Ingazeira, Caruaru e Garanhuns, marcando o início da interiorização do ensino no IFPE.

Lima (2011) comenta que a Lei 11.892/08 responsável pela criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia veio a fortalecer ainda mais o sistema qualificado

já existente por meio de um reforço em sua autonomia e estrutura. Em seu estudo, Lima concluiu que, do ponto de vista dos participantes da pesquisa – gestores do IFPE Campus Recife, tanto a interiorização do ensino, como a ampliação dos cursos a distância foram considerados como inovações positivas por trazerem oportunidades de acesso àqueles que moram longe sem necessidade de deslocamento, ampliando a oferta de cursos aonde não existia.

Nesse contexto, nota-se que o engajamento da comunidade à época, contribuiu para a promoção da cultura da interiorização entre seus membros, entretanto, não se percebe o mesmo nível de engajamento dos gestores em relação à cultura da internacionalização enquanto inovação estratégica para alavancar a qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão no meio acadêmico no cenário atual.

Como parte da terceira expansão, em 2014, tem início as atividades dos Campi Cabo de Santo Agostinho, Palmares, Paulista, Olinda, Igarassu e Jaboatão. No ano seguinte, surge o último Campus da Instituição, o Campus Abreu e Lima.

Assim, ao longo de mais de 100 anos de história, o IFPE passou por diversas modificações em sua estrutura acadêmica, dando um salto significativo quanto ao número de campi, cursos ofertados e estudantes atendidos; sua presença no estado de Pernambuco é vista com destaque, vindo sua configuração organizacional atual abranger a reitoria, localizada em Recife e 16 (dezesesseis) Campi.

No cenário atual, o IFPE oferta 283 cursos, sendo 34 técnicos, 16 superiores – oito cursos de pós-graduação, sendo seis especializações e dois mestrados, onde 1.100 docentes atuam no atendimento a 27.086 estudantes, além de 1.020 técnicos administrativos, de acordo com a Plataforma Nilo Peçanha (2019). Em 2018 foram abertas 9.137 vagas – 7.045 via vestibular e SISU e 2.092 via EaD. Quanto ao número de projetos cadastrados, são 114 no eixo da pesquisa e 191 no eixo da extensão. 15 Centros de Libras e Línguas Estrangeiras (CELLEs) e 8 convênios firmados com instituições internacionais em 6 países (BRASIL/MEC/SETEC. Plataforma Nilo Peçanha. PNP 2019. Ano base 2018. Disponível em: <http://plataformanilopecanha.mec.gov.br/>).

Figura 1- Ilustração da distribuição dos campi do IFPE em Pernambuco



Fonte: Consupe IFPE (2018, p. 16)

Criada em 2011, a Assessoria de Relações Internacionais (ARINTER) está oficialmente ligada ao Gabinete da Reitoria, conforme o atual Regimento do IFPE. No entanto, devido à cultura institucional, as atividades de internacionalização estão subordinadas, na prática, à Pró-reitoria de Extensão. Ao longo deste estudo serão relacionadas as diferentes ações desenvolvidas no âmbito do IFPE, sob o eixo da internacionalização, às bases teóricas acerca do tema.

Sobre a gestão da internacionalização, fóruns internacionais sobre diretrizes para a educação mundial apontam que as IES brasileiras carecem de elaboração conjunta de políticas públicas de Estado voltadas ao referido eixo, de modo a conferir ao Brasil protagonismo no cenário global. Para que isso aconteça, é preciso que se estabeleça diálogo entre os principais atores envolvidos nesse processo, ou seja: as IES, o governo brasileiro e as empresas, como ressaltam Miranda e Stallivieri (2017).

Nesse sentido, pode-se afirmar que o Programa CsF, implementado no Governo da Presidenta Dilma Rousseff foi a primeira política pública de relevância no eixo da internacionalização, voltado para estudantes de cursos de graduação e pós-graduação. A partir da inserção do referido programa, as IES brasileiras, principalmente os IFs, se viram diante de alguns desafios na busca pela preparação de um processo de internacionalização mais abrangente, para além da mobilidade. Mais adiante, no presente trabalho, haverá considerações acerca da relação do referido programa com a RFEPCCT.

Para Marmolejo (2018, p. 8), a ordem do dia com relação à internacionalização de cada instituição está no centro do estabelecimento de programas e políticas, com foco no desenvolvimento das habilidades das universidades e das instituições de ensino superior para tirar proveito de redes globais e de sistemas educacionais cada vez mais integrados.

Nesse processo, é verdade que se deve considerar os diferentes graus de internacionalização das IES, mas também é verdade que se faz necessário às IES o desenvolvimento de políticas institucionais e administrativas, a fim de atingir objetivos que englobem:

[...] um processo de mudanças organizacionais, de inovação curricular, de desenvolvimento profissional do corpo acadêmico e da equipe administrativa, de desenvolvimento da mobilidade acadêmica com a finalidade de buscar a excelência na docência, na pesquisa e em outras atividades que são parte da função das universidades (RUDZKI, 1998, p. 16).

De acordo com Stallivieri (2017), tais objetivos serão atendidos no momento em que as instituições, através de seus dirigentes, compreenderem a necessidade da definição de metas, dos objetivos e das estratégias que utilizarão para alcançar os níveis de internacionalização desejados, respeitando o perfil, a vocação e outras particularidades, sejam elas regionais, linguísticas, culturais, entre outras. Para que isto ocorra, é fundamental a percepção dos gestores sobre a importância de se investir na área.

Ainda para a autora, mesmo que o plano de internacionalização tenha sido definido como ação prioritária a partir do PDI, nem todos os gestores têm o correto e aprofundado entendimento da necessidade de internacionalização, de seus ganhos e benefícios para a organização e tampouco de sua forma de operacionalização. As colocações desses autores dialogam com a questão da cultura da internacionalização na promoção das ações nos diferentes Campi do IFPE.

Rumbley (2015) endossa a visão de Stallivieri ao mencionar “a internacionalização inteligente” com foco na necessidade da aquisição do conhecimento relacionado à teoria e à prática a partir da aproximação dos diferentes atores ligados ao processo de internacionalização:

[..] intelligent internationalization”, which is grounded in a body of knowledge that coherently encompasses both theory and practice aimed at improving our understanding of the complex realities of internationalization locally and globally. It demands a commitment to the training of thoughtful practitioners in the field, working in tandem with researchers, policymakers, and institutional leaders who are sensitive to the practicalities that reside

within the ‘big issues’ dominating so many strategic discussions about internationalization today. (RUMBLEY, Laura, 2015, p. 16).⁵

Por isso, para aproximar os gestores do tema, a oferta de seminários e de capacitações com vistas à socialização de experiências exitosas com toda a comunidade acadêmica deve entrar como alternativa para a elaboração conjunta de metas e de formas de ação prospectiva para a internacionalização. Além disso, essa busca por boas práticas ajuda a vencer os obstáculos e impulsiona a qualidade acadêmica, lançando luz sobre a construção de políticas públicas e planos de internacionalização mais efetivos. Porém, para que isto ocorra, é necessário primeiro fazer com que os gestores percebam onde ações de internacionalização podem levar uma instituição. Aqui mais uma vez, contempla-se o tema acerca da percepção, no sentido de aproximar o gestor do conteúdo da área para um melhor engajamento nas ações.

Uma ação de relevância nesse sentido foi organizada pelo *British Council* a partir de diálogos com a Capes, a Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais (Abruem), a Confederação Nacional de Agências de Fomento (Confape) e outras Instituições brasileiras e britânicas. Com o objetivo de discutir os desafios e oportunidades atuais na área de internacionalização para as instituições brasileiras, as oficinas promovidas pelo *British Council* tiveram foco regional, com ênfase em capacitação de áreas estratégicas, tais como:

- O desenvolvimento de estratégias de internacionalização em nível institucional/universitário;
- O inglês como meio de instrução (EMI) e comunicação eficaz para pesquisadores, decisores e administradores;
- O reconhecimento mútuo de qualificações (incluindo treinamento sobre como utilizar a Plataforma Carolina Bori, do MEC);
- Abordagens eficientes para lidar com pressões conflitantes entre acadêmicos, departamentos e interesses gerais da universidade ao selecionar áreas de excelência;
- A inovação como ferramenta para desenvolver as partes interessadas, levantar fundos e capacitar.

(Universidades para o Mundo – Desafios e oportunidades para a internacionalização, 2018).

⁵[...] A internacionalização inteligente está alicerçada em um corpo de conhecimento que coerentemente engloba a teoria e a prática, objetivando melhorar nossa compreensão das realidades complexas da internacionalização local e globalmente. Ela demanda um comprometimento com o treinamento de profissionais cuidadosos em campo, trabalhando juntamente com pesquisadores, decisores políticos e líderes internacionais sensíveis às questões práticas que residem dentro das “grandes questões” e que dominam as muitas discussões estratégicas sobre a internacionalização nos dias de hoje (RUMBLEY, Laura, 2015, p. 16). Tradução nossa.

São oficinas como as mencionadas acima que promovem a aproximação dos gestores com o tema e seus desdobramentos, o que viabiliza o planejamento e a execução de metas estabelecidas a partir do olhar dos membros da gestão, encarregados da tomada de decisões estratégicas na instituição. Sem desprezar, claro, consulta prévia a toda a comunidade acadêmica, todavia, tendo à frente do processo um gestor com maior propriedade acerca do tema. Nesse contexto, o IFPE busca socializar as experiências exitosas desenvolvidas na Instituição através da promoção de encontros de internacionalização voltados à comunidade acadêmica.

Para Heppleston (2018, p. 15), saber por que a instituição precisa ser internacionalizada é o primeiro passo para se estabelecer prioridades. Como complemento à colocação de Heppleston, Stallivieri (2017) propõe dez passos para a internacionalização de uma IES, no qual o primeiro diz respeito ao reconhecimento da importância e a necessidade da internacionalização; o segundo desenvolve planos e metas para avançá-la; em seguida o terceiro passo diz respeito à institucionalização do processo de internacionalização; já o quarto trata da criação de estruturas adequadas para o processo; enquanto o quinto foca no estabelecimento de uma relação próxima entre as metas, a missão institucional e seus objetivos, levando em conta ensino, pesquisa, extensão e gestão; na sequência, o sexto passo traz a integração da dimensão internacional no desenvolvimento de projetos das unidades e dos departamentos da instituição como uma estratégia; em seguida o sétimo passo, que engloba a utilização de estratégias que incluam o ensino, a educação continuada, a pesquisa, a mobilidade acadêmica e administrativa, e, principalmente, a inovação curricular; a realização de avaliação sistêmica da internacionalização, de acordo com os padrões de qualidade é o oitavo passo; já o nono passo aborda a instituição de comitês de relações internacionais como agentes de mudanças institucionais, levando em consideração as necessidades da instituição; e, por fim, o décimo passo que discorre sobre a elaboração de um plano que dê visibilidade às atividades de internacionalização.

Os dez passos sugeridos pela autora passam pela decisão estratégica da gestão institucional, no entanto, para aquelas IES que não contemplam o tema internacionalização em seus objetivos do PDI, percorrer os passos acima se torna uma missão impossível, o que deixa a comunidade acadêmica em desvantagem perante outras IES que já tenham conseguido articular suas estratégias e implementar a cultura da internacionalização no âmbito institucional. Há duas gestões que o IFPE traz a internacionalização na redação de seus PDIs, o que de certa forma demonstra que a gestão reconhece a importância de pensar estratégias para viabilizar as ações nesse eixo.

Ainda sobre estratégias de gestão, Knight (2014) destaca o fato de a internacionalização ser um processo de mudança feito sob medida para atender às necessidades e interesses de cada IES e reforça que cada programa, instituição ou país precisa descobrir a sua abordagem individual com suas próprias bases, metas e resultados que espera obter. Laus (2004) vai além quando afirma ser necessário que os atores envolvidos na gestão universitária tenham uma compreensão estratégica de que a internacionalização é um processo e não um conjunto de ações com resultados imediatos. Adiante, através da análise das falas dos entrevistados, será possível conhecer, dentre as compreensões mencionadas por Laus, como se dá a percepção dos gestores do IFPE a esta abordagem.

Ora, para que essas estratégias se efetivem deve haver, antes de tudo, envolvimento dos gestores, das diferentes pastas (ensino, pesquisa, pós-graduação e inovação, extensão, administração, assistência estudantil) na tomada de decisão acerca da concepção de internacionalização que se deseja imprimir ao planejamento institucional. Nesse viés, os seminários estratégicos de gestão promovidos pelo IFPE são pensados para atender a esse fim.

Para Bulé (2015, p. 123), para que o processo de internacionalização tenha sucesso, é preciso que todas as partes envolvidas estejam em sintonia. No entanto, segundo os dados obtidos na investigação da autora, a internacionalização ainda é vista como atividade isolada, partindo dos pesquisadores à vontade com o tema, sem integração entre os diferentes setores.

Morosini (2008, p. 302) corrobora com Bulé ao esclarecer que a internacionalização do ensino superior era mais ágil e mais rápida na função acadêmica de pesquisa, uma vez que esta função tem uma autonomia ligada ao pesquisador e esta busca relações internacionais para o desenvolvimento do conhecimento. No entanto, a mesma autora pontua, que neste século, além da função pesquisa, a internacionalização tem como ponto principal o ensino. Dessa forma, amplia seu espectro às instituições de educação pós-secundarista de uma forma geral (MOROSINI, 2017, p. 291).

Essa informação é comprovada ao se observar o lançamento de chamadas voltadas à mobilidade estudantil, nível graduação e pós-graduação, pela Capes/MEC, como foi o caso do Programa CsF. Nesse contexto, as universidades foram as IES que mais enviaram estudantes por já possuírem uma estrutura mínima voltada à operacionalização das ações de internacionalização, enquanto os IFs estavam começando a ofertar cursos em nível superior.

Schmitz *et al.* (2016) utilizam os dados coletados no mencionado mapeamento SETEC/FORINTER, junto aos IFs, para tecer suas conclusões:

Em pelo menos 1/3 dos IFs, há apenas um servidor responsável por todas as ações de internacionalização, o que é considerado insuficiente, dada a

magnitude das ações decorrentes desse processo. Assim, faz-se necessário fortalecer a estrutura administrativa, com suporte, recursos humanos e materiais adequados para o cumprimento dos objetivos de cooperação e intercâmbio internacionais, com vistas a uma robusta inserção dessas instituições no cenário da educação mundial (SCHMITZ *et al.*, 2016.)

Na conjuntura atual do IFPE, há a disponibilização de sala equipada para o funcionamento do escritório de internacionalização, porém, ao invés de servidores lotados no setor, há apenas colaboradores eventuais que via portaria, contribuem no atendimento às demandas cotidianas e emergentes.

Nesse sentido, Sebastián (2004) pontua que as IES carecem de um setor responsável pelas políticas e pelas ações especializadas em sua gestão. A denominação e localização do setor responsável por essas ações na estrutura organizacional da instituição podem variar conforme a cultura institucional e seus modelos organizativos. Hoje, na maioria dos IFs, há uma estrutura mínima para o desenvolvimento das políticas de internacionalização. Vale ressaltar que no caso do IFPE, gestão 2020-2023, há a expectativa de uma maior valorização do setor a partir do momento em que, dentro da cadeia de valor da Instituição, a internacionalização passe a se apresentar no PDI como um macroprocesso gerencial. Ao redimensionar o setor, a gestão confere um maior protagonismo às ações de internacionalização promovidas pela IES, que no caso do IFPE, se traduz numa percepção mais aguçada sobre o papel da internacionalização na Instituição.

Esse redimensionamento dentro das fases do Ciclo de Políticas Públicas, entra como identificação do problema ou tema, primeira fase dentro do referido ciclo. Nesse contexto, basta comparar o cenário de oportunidades, no âmbito da Rede EFPECT, para notar quão distinto esse cenário se apresenta, uma vez que o status de internacionalização dos Institutos Federais varia, conforme dito anteriormente. Em outras palavras, o cenário de oportunidades gira em função da identificação dos problemas e da otimização no atendimento às demandas na área. Isto se apreciado no âmbito da RFEPCT, tem-se um quadro heterogêneo da internacionalização.

Assim, um ator, ao perceber os resultados alcançados em uma determinada instituição, a partir da implementação de ações estratégicas e bem consolidadas, pode passar a desejar a inclusão de tais estratégias como prioridade em sua agenda de gestão. Segundo Secchi (2013), a agenda é um conjunto de problemas ou temas entendidos como relevantes.

Nesse cenário, percebe-se o quanto os resultados de determinadas ações exitosas de uma instituição acabam por ocupar espaço na agenda de outras IES. No entanto, o fato de ocupar esse espaço não garante que os resultados venham a ser efetivos. É preciso considerar

as especificidades de cada instituição e o engajamento da comunidade. Assim, quando um país decide importar determinado modelo de outro país, sem um estudo preliminar cuidadoso, corre-se o risco de sua rejeição. Este está sendo o caso do Programa de Governo do Presidente Jair Bolsonaro, Future-se.

Longe de ser uma iniciativa que tenha envolvido os gestores das IES em sua concepção, o Programa Future-se do atual Ministério da Educação (2019) tem sido alvo de muitas críticas tanto por sua falta de clareza, como por indicar perda de autonomia universitária e institucional. Isto pode ser comprovado quando, do eixo IV – internacionalização, torna ato Do Poder Executivo disciplinar a política de internacionalização de conhecimento, dispondo sobre a organização e gestão dos processos.

Sem consulta prévia às comunidades acadêmicas das diversas IES, o programa de caráter *top-down decision*, já causou a rejeição dos Conselhos Superiores de algumas IES, assim como suscitou uma agenda na Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal para a realização de um ciclo composto de três audiências públicas sobre o programa. Graças a essa mobilização, o Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República lançou consulta pública acerca do projeto de lei que institui o referido programa a fim de coletar contribuições.

Nessa conjuntura, o IFPE publicou em seu Portal nota oficial do CONIF, cujo teor versava sobre preocupação quanto ao método adotado pelo governo para a construção do Programa Future-se, uma vez que o processo excluiu do debate os agentes públicos, os corpos dirigentes e as representações coletivas institucionais.

Nesse sentido e em oposição à ideia de um programa de caráter *top-down decision*, Stallivieri argumenta que a definição das ações de internacionalização deve estar rigorosamente alinhada ao plano de ação institucional. Partilhando desse mesmo entendimento, ratifica-se que esse alinhamento uma vez traduzido em objetivos previstos no PDI deve facilitar a execução das ações estruturantes, voltadas ao eixo da internacionalização. O PDI do IFPE para o quadriênio 2014 - 2018 trouxe o seguinte objetivo em sua redação: “consolidar e ampliar as relações interinstitucionais.”⁶

Passada a fase de tomada de decisão para o quadriênio (2014 - 2018) já materializada em objetivo previsto no PDI e em metas elencadas no Planejamento Estratégico da Gestão, o estágio pelo qual o IFPE passa no momento é o da implementação da política, definida por

⁶(PDI COMPLETO 2014-2018.pdf. IFPE, 08 de março de 2016. Disponível em:<<https://portal.ifpe.edu.br/aceso-a-informacao/institucional/pdi-1/pdi-completo-2014-2018.pdf/view>> Acesso em: 10 fev. 2019.

O'Toole Jr. (2003). Conforme o referido autor, a fase de implementação é aquela em que regras, rotinas e processos sociais são convertidos de intenções em ações. Nesse contexto, verifica-se que para o quadriênio 2020-2023, o IFPE inseriu a internacionalização como macroprocesso gerencial, dentro da Cadeia de Valor, o que deve facilitar a implementação dos objetivos táticos pensadas para o próximo período da gestão, a citar:

01 – Incrementar a política de internacionalização do IFPE, ampliando a rede de convênios e parcerias já existentes, com instituições internacionais para promover a socialização de conhecimentos e tecnologias mundiais, a troca de experiências que abarquem as dimensões políticas, econômicas, sociais e culturais entre instâncias envolvidas.

02 – Fortalecer as ações de intercâmbio e mobilidade acadêmica de servidores e estudantes, propiciando o acesso a experiências de mobilidade internacional.

03 – Fortalecer e ampliar as atividades do CELLE, por meio do estabelecimento de parcerias para a oferta de cursos que favoreçam novas abordagens metodológicas no ensino de línguas.

04 – Favorecer ações de intercâmbio com pesquisadores de outros países, visando agregar experiências e conhecimentos para a construção conjunta de currículos.

05 – Estabelecer acordos internacionais de pesquisa e publicações conjuntas, conferências e seminários internacionais.

06 – Propor programas de intercâmbio de estudantes e servidores para: estudo de línguas estrangeiras, estágios internacionais, além do programa diploma duplo.⁷

Observa-se que, tanto no primeiro PDI do IFPE, quanto no segundo, a mobilidade domina a agenda. Nesse aspecto, Laura Rumbley (2015) enfatiza que mesmo a mobilidade ainda sendo o tema mais recorrente na maior parte das discussões acerca da internacionalização, já se percebe que em alguns países outros pontos relevantes, sobretudo relacionados à política e à prática começam a surgir, como por exemplo, a valorização de parcerias internacionais mais sustentáveis e um maior investimento em suporte e treinamento intercultural e internacional voltado aos docentes e servidores/funcionários.

No tocante aos pontos mencionados por Rumbley, observa-se, já no objetivo primeiro do PDI do IFPE, preocupação com a ampliação da rede de convênios. Nota-se ainda, apesar de o PDI não explicitar, prioridade do IFPE em promover encontros com estudantes e

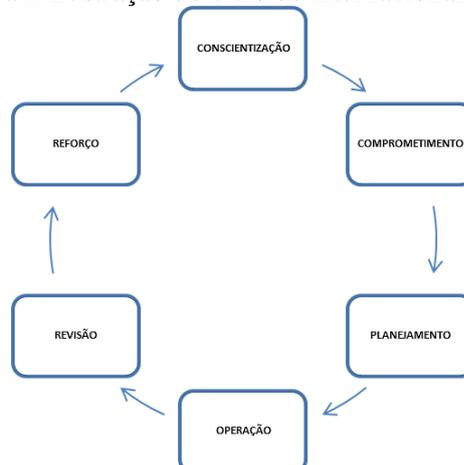
⁷ **Fonte:** Cadeia de Valor do IFPE (Resolução nº 06/2019/CGRC/IFPE, de 22/07/19)

servidores aprovados nas chamadas de mobilidade, a fim de fornecer suporte e treinamento intercultural e internacional, como foi nos casos das chamadas para o Instituto Politécnico de Bragança, Instituto Politécnico do Porto e Universidade Nacional Indígena da Bolívia – UNIBOL, além do edital para imersão em língua inglesa no Canadá, voltada a servidores.

Ainda relacionado ao PDI do IFPE, observa-se que a construção dos objetivos táticos para o período de 2020-2023 levou em consideração os objetivos propostos na gestão passada, materializados ou não. De acordo com Secchi (2013), estudar a fase de implementação significa visualizar erros anteriores à tomada de decisão, a fim de detectar problemas mal formulados, objetivos mal traçados. É a partir deste cenário que se pretende confrontar o que está posto como política de internacionalização para o IFPE e a percepção dos atores da alta gestão quanto a sua importância na promoção de uma educação de qualidade e socialmente referenciada.

Para isso, faz-se necessário uma aproximação do modelo de Ciclo da Internacionalização proposto por Knight (1994) e utilizado em dissertações e teses acadêmicas, a exemplo dos trabalhos de Miura (2006), Christino (2013) e Oliveira (2018). De acordo com os três autores citados anteriormente, o Ciclo da Internacionalização obedece às fases ilustradas na Figura 2.

Figura 2-Ilustração do ciclo de internacionalização



Fonte: Adaptado de Knight e De Witt (2007)

A fase de conscientização nos remete à importância da percepção da necessidade, dos propósitos, dos impactos e dos benefícios da internacionalização por parte dos estudantes, professores, gestores, departamentos e instituições de ensino e sociedade. Já a fase do comprometimento busca integrar e institucionalizar a dimensão internacional às funções da universidade, sendo o comprometimento da alta gestão fator crítico, além do engajamento dos

demais *stakeholders*. É na fase do planejamento que as razões, objetivos e interesses para internacionalizar devem estar claros, sobretudo no estabelecimento de um plano estratégico e operacional presentes na missão institucional.

Na sequência, a fase de operação visa a implementar os objetivos e estratégias estabelecidos no planejamento e criar uma cultura de apoio à internacionalização. Essa fase dependerá não apenas das prioridades e dos recursos disponíveis, mas também de fatores organizacionais e princípios orientadores. A penúltima fase, a de revisão, foca na avaliação e aumento contínuo da qualidade e dos impactos do processo de internacionalização em seus diferentes aspectos com o intuito de certificar-se de que os objetivos estejam sendo cumpridos dentro dos padrões e dos recursos disponíveis. Por fim, a fase de reforço, busca reconhecer, recompensar e incentivar a participação de docentes e técnicos-administrativos com vistas a desenvolver uma cultura de apoio à internacionalização.

Cabe aqui questionar o verdadeiro engajamento dos atores na idealização do PDI, no sentido de promover diálogo entre os diferentes setores, para que haja de fato uma construção coletiva à luz dessas interfaces, vindo a facilitar todo o processo que permeia o Ciclo de Internacionalização proposto por Knight. O fato de a gestão do IFPE ter se espelhado no PDI pensado para o período de 2014 - 2018 para nortear a construção do novo PDI – quadriênio 2020-2023, já foi um indicativo de que a gestão acompanha de perto o desenvolvimento das ações e sua continuidade ou não, como visto às páginas 19 a 22.

Oliveira (2018) utilizou a versão personalizada do referido modelo do Ciclo de Internacionalização a fim de investigar o processo nas Universidades Federal e Estadual da Bahia e concluiu que barreiras como a falta de uma política formal tem obscurecido os rumos da internacionalização nessas instituições. Em concordância com Oliveira, decidiu-se propor uma minuta de política de internacionalização para o IFPE, a partir da escuta dos gestores e da análise documental em nossa área.

O estudo de Laus (2012) também buscou investigar as principais políticas, estratégias e programas desenvolvidos no processo de internacionalização da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC desde o ano de 2008. Sua contribuição se constituiu de um quadro conceitual, com base em uma revisão da literatura nacional e internacional sobre globalização, internacionalização da educação superior e internacionalização das universidades.

Nesse mesmo viés, buscando levantar o status da internacionalização da educação superior na América Latina e Caribe, a pesquisa realizada pelo Observatório Regional sobre Internacionalização e Redes em Educação Terciária (OBIRET), através das autoras

Gacel e Rodrigues (2019), concluiu que houve um avanço significativo da área nos últimos anos, a partir da priorização da internacionalização nas agendas institucionais, embora com certa limitação das estruturas de gestão na hierarquia institucional. O levantamento ainda constatou um aumento expressivo no número de programas e ações de internacionalização, tais como mobilidade acadêmica, participação em redes internacionais de pesquisa e em programas de cooperação inter-regional, além de um maior investimento em idiomas. (Gacel – Ávila, Jocelyne; Rodríguez-Rodríguez, Scila, 2019)

Nesse contexto, em outubro de 2017, a CAPES realizou um levantamento acerca do status de internacionalização presente nas IES brasileiras e constatou que quanto maior o número de cursos de pós-graduação, maior o índice de internacionalização, traduzidos em um alto percentual de bolsas implementadas, acordos, projetos, etc. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2017).

O levantamento ainda apontou que o processo de internacionalização nas IES brasileiras não é mais insipiente, porém a tendência atual ainda é o desenvolvimento de uma internacionalização passiva, com baixas taxas de atração de profissionais internacionais e pouca disseminação do conhecimento obtido fora do país durante qualificações de estudantes dos cursos de PPGs.

A maioria das IES participantes do questionário da CAPES concorda quanto à necessidade de um plano estratégico para a internacionalização. A questão que fica para reflexão é a falta de proposição dos órgãos de fomento para a RFEPCT, uma vez que os IFs passaram a ofertar cursos superiores cerca de dez anos atrás, não possuindo ainda um número significativo de programas de pós-graduação, fato que obstrui o aumento do índice de internacionalização nos IFs.

Nesse viés, a SETEC, junto ao FORINTER, também buscou mapear o perfil de internacionalização dos Institutos Federais de todo o Brasil, com os objetivos de: obter um panorama atualizado das ações de internacionalização da RFEPCT; fornecer subsídios para as discussões das políticas de internacionalização da RFEPCT; promover acessibilidade aos dados de internacionalização da RFEPCT; fornecer subsídios para a construção de uma plataforma de gestão da internacionalização.

Para isso, partiu-se do ponto inicial de que as ações de internacionalização precisam ser consideradas nas políticas das instituições, assim como a pesquisa, a extensão, a gestão de pessoas e a tecnologia da informação. Um Grupo de Trabalho foi instituído para a formulação de um questionário que trouxe temas dentro do modelo conceitual da internacionalização

abrangente: mobilidade docente e discente, projetos de cooperação internacional, idiomas, parcerias, dentre outros.

O modelo da Internacionalização Abrangente ou *Comprehensive Internationalization* (HUDZIK, 2011) propõe o fortalecimento das ações indissociáveis entre o ensino, a pesquisa, a inovação e a extensão, que possam ser vivenciadas dentro e fora da IES. Hudzik afirma que a necessidade de uma internacionalização abrangente é impulsionada pelo cenário global das economias, pelos sistemas de comércio, pesquisa e inovação e pelo efeito das forças globais na vida local.

O mencionado modelo teve origem a partir de uma adaptação do Modelo para a Internacionalização Abrangente proposto pelo Centro para a Internacionalização e Engajamento Global (*Center for Internationalization and Global Engagement* – CIGE) do Conselho de Educação dos Estados Unidos (*American Council on Education* – ACE, 2015).

Segundo ACE (2015), o modelo de internacionalização abrangente pode ser contemplado a partir das seguintes categorias: *Articulated institutional commitment - Administrative leadership, structure, and staffing - Curriculum, co-curriculum and learning outcomes - Faculty policies and practices - Student mobility - Collaboration and partnerships*⁸.

As categorias acima listadas aparecem no site⁹ do *American Council on Education* – ACE e são denominadas de áreas alvo para o desenvolvimento da internacionalização abrangente.

Dentro de cada área alvo existem as sub áreas interconectadas, a fim de orientar as instituições quanto à operacionalização de cada uma dessas sub áreas. O Quadro 1 a seguir sintetiza o referido modelo.

⁸Compromisso institucional articulado - Liderança administrativa, estrutura e pessoal –Curriculum, co-curriculume resultados de aprendizagem - Políticas e práticas docentes - Mobilidade estudantil - Colaboração e parcerias. (Tradução nossa).

⁹<https://www.acenet.edu>.

▪ **Internacionalização Abrangente:**

Quadro 1- Ensino, pesquisa e serviço

<p>COMPROMISSO INSTITUCIONAL ARTICULADO</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Planejamento Estratégico ▪ Comitê de Internacionalização ▪ Representantes Chave ▪ Avaliação
<p>LIDERANÇA ADMINISTRATIVA, ESTRUTURA E PESSOAL</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Liderança Sênior ▪ Escritório Internacional
<p>CURRÍCULO, CO-CURRÍCULO E RESULTADOS DE APRENDIZAGEM</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Exigências Educacionais Gerais ▪ Disciplinas Voltadas para a Internacionalização ▪ Co-Corrículo ▪ Resultados de Aprendizagem ▪ Tecnologia
<p>PRÁTICAS E POLÍTICAS DO CORPO DOCENTE</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Políticas de Promoção e Estabilidade ▪ Diretrizes de Contratação ▪ Mobilidade do Corpo Docente ▪ Desenvolvimento Profissional no Campus
<p>MOBILIDADE ACADÊMICA</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Políticas de Aproveitamento de Crédito ▪ Fundo de Financiamento ▪ Reingresso ▪ Apoio Constante
<p>COLABORAÇÃO E PARCERIAS</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Planejamento estratégico ▪ Revisão estratégica ▪ Identificação de parceiros em potencial ▪ Gerenciamento contínuo

Fonte: American Council on Education. Model for Comprehensive Internationalization, 2015

Ainda sobre a internacionalização abrangente, em recente publicação no Portal da CAPES, os diretores dessa Coordenação anunciaram novidades sobre o modelo de avaliação, a concessão de bolsas e a inserção do Brasil no exterior. A nova proposta visa abarcar cinco dimensões e 16 indicadores a partir de um modelo multidimensional para o período de 2021 a 2024, passando a ser analisados aspectos do ensino e aprendizagem, pesquisa e produção científica, internacionalização, inserção e visibilidade, inovação e transferência de conhecimento, e impacto e relevância para a sociedade. Dentro do eixo internacionalização, o Diretor de Relações Internacionais da CAPES, Mauro Rabelo, afirma que “a estratégia atual é a internacionalização abrangente, que vá além da mobilidade e envolva toda a instituição e não pesquisas isoladas”. (CAPES, FUNDAÇÃO CAPES. Novidades na avaliação, bolsa e internacionalização. Brasília, 2019, on-line).

Na seara das políticas públicas voltadas à internacionalização, em especial à mobilidade acadêmica, conforme preconiza o modelo de internacionalização abrangente, o programa de educação bilateral, o Ciência sem Fronteiras - CsF, lançado em 2010, é considerado a mais relevante iniciativa do governo brasileiro no sentido de tornar o país protagonista no cenário da educação internacional. Cenário este responsável por motivar o desenho de pesquisa, de oferta de cursos com duplo diploma, de programas conjuntos, de mobilidade discente e docente, de diploma conjunto, além de promover a aproximação de pesquisadores.

Segundo o documento Brasil (2011a), o governo federal investiu R\$ 3,16 bilhões de reais, sendo R\$ 1,7 bilhões da Capes, com o quantitativo de 40 mil bolsas e R\$ 1,4 bilhões do CNPq, com mais 35 mil bolsas. Foi um montante de recurso voltado à mobilidade nunca antes visto no Brasil.

A pesquisa de Pinto (2017) refletiu sobre o impacto do Programa CsF no âmbito do IFPB e constatou que, por meio do intercâmbio de saberes e da troca de tecnologias, importante para a formação profissional e tecnológica dos discentes, a instituição passou a entender que a internacionalização é fundamental ao desenvolvimento do país.

A proposição inicial do referido programa era destinar 101 mil bolsas em quatro anos com o objetivo de promover a troca de conhecimentos. Na Região Nordeste foram 11.846 bolsas. Com o foco no desenvolvimento da inovação e da tecnologia, estudantes de cursos superiores puderam participar de uma relevante experiência internacional, em busca de desenvolver habilidades adequadas que os tornassem mais qualificados para atender às exigências dos mercados globais.

Além disso, a mobilidade internacional promoveu a expansão da cultura, a troca de experiências e o aprendizado intercultural, contribuindo para o desenvolvimento pessoal e social dos participantes. “O maior mérito do Programa CsF foi a abertura do diálogo qualificado entre as instituições congêneres localizadas nas mais diferentes partes do planeta”, enfatiza Stallivieri. (STALLIVIERI, 2017, p. 132).

Em sintonia com Stallivieri, Bulé (2015, p. 122), ratifica que os objetivos da internacionalização permeiam não apenas o enriquecimento profissional, curricular, mas principalmente a busca de experiências inovadoras, crescimento e evolução como ser humano e compreensão das diferentes culturas, costumes e hábitos fora do país de origem. Essa vivência foi proporcionada aos participantes do Programa CsF e, se a instituição soube conduzir as atividades dos egressos, a experiência pôde ser socializada com a comunidade acadêmica, gerando inclusive outras ações na dimensão da internacionalização.

Cichoski (2017) corrobora com Bulé ao relatar que estudantes mencionaram a convivência com as novas culturas como algo que lhes trouxeram aprendizagens e mudanças, sendo as mais significativas em relação ao domínio de uma nova língua, mudança de visão de mundo, de abandono de preconceitos, de mudanças de hábitos alimentares e de aprendizagem de uma rotina de estudos.

O surgimento do Programa CsF, no Governo da Presidenta Dilma Rousseff, foi a mola propulsora para que a RFEPCCT buscasse estruturar os escritórios dos IFs para atender às demandas inseridas no eixo da internacionalização. Além da institucionalização de parcerias via Protocolo de Intenção ou Memorando de Entendimento ou mesmo Acordo de Cooperação, era necessário um *staff* preparado para gerenciar a plataforma de seleção dos candidatos às bolsas do CsF e até mesmo uma equipe multidisciplinar para acompanhar os estudantes antes, durante e pós retorno do programa.

Foi nesta ocasião que as comunidades acadêmicas perceberam um maior engajamento institucional a fim de reunir esforços e priorizar o envio de estudantes ao exterior, visto que as bolsas foram disponibilizadas via política pública de educação. O que, no entanto, talvez tenha sido um equívoco por parte dessas mesmas comunidades, foi relacionar a mobilidade acadêmica a apenas viajar ao exterior.

Esse fato demonstraria um total desconhecimento das demais possibilidades de ganhos pessoais e institucionais. Esse desconhecimento talvez esteja, ainda hoje, levando as comunidades à inércia e obstaculizando o engajamento dos docentes e técnicos no processo de efetivação da internacionalização.

O IFPE soube aproveitar o lançamento do referido programa para estruturar seu escritório, estabelecer parcerias com instituições estrangeiras, além de construir alguns documentos importantes para a viabilização das ações de internacionalização, tais como a Resolução nº 059/2012 que normatizou o Programa de Mobilidade Acadêmica Internacional; a Resolução nº 05/2013 a qual estabeleceu o Programa de Acolhimento ao Visitante Internacional – PAVI; a Resolução nº 32 que dispôs sobre a Revalidação de Diplomas e Certificados de Cursos Técnicos e Superiores de Tecnologia e a Resolução nº 88/2013 que aprovou o Regimento Interno do Centro de Línguas Estrangeiras do IFPE. A maior parte desses já citados documentos foram ou estão sendo revisitados durante a atual gestão.

O que o CsF não conseguiu impulsionar no IFPE foi a conscientização da necessidade de se alocar pessoal e recurso para a Assessoria de Relações Internacionais a fim de atender às demandas internas e externas. Até o início de 2020, a Arinter continuava

funcionando com seu *staff* reduzido, contando apenas com o apoio de eventuais colaboradores de diferentes Campi, sendo 4 o total de membros de seu quadro efetivo.

No âmbito do IFPE, o CsF homologou cerca de 75 inscrições de estudantes dos Cursos de Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Agroecologia, Design, Enfermagem, Engenharia de Produção, Engenharia Mecânica, Física, Geografia, Gestão Ambiental, Gestão de Turismo, Matemática, Química e Radiologia. Ao participarem de entrevista na época de seu retorno a Pernambuco, deixaram, na sua maioria, depoimentos positivos sobre a oportunidade, sobretudo com relação à visão de mundo que se ampliou, o aspecto das diferenças culturais e o aprendizado do idioma.

Embora o CsF exigisse submissão prévia do Acordo de Estudos ao coordenador do curso, muitos participantes não conseguiram revalidar os créditos ao retornar, o que passou a impressão para alguns docentes de que não teria havido aproveitamento esperado para os estudantes nessa vivência internacional. Provavelmente faltou maior socialização das experiências vivenciadas pelos estudantes no exterior para que a comunidade pudesse conhecer de perto os ganhos obtidos com a participação no programa.

Por fim, acredita-se que o Programa CsF foi muito mais além de uma experiência de intercâmbio; ele possibilitou a muitas das IES participantes, verdadeiros avanços institucionais, a partir das considerações abaixo elencadas, considerando os resultados e a reputação, de acordo com Allison, 2017:

(i) Resultados - quem estuda fora tem melhor desempenho acadêmico e chances de empregabilidade, influenciando números em rankings; Parcerias: intercâmbios podem abrir portas para colaboração em ensino, pesquisa e trocas de conhecimentos entre instituições.

(ii) Reputação - estudantes são embaixadores de suas universidades, com potencial para atrair estudantes e *staff* acadêmico do exterior; Cultura: os jovens retornam com visão global e acolhem melhor os estrangeiros no Campus, aprimorando a internacionalização em casa. (ALLISON, 2017).

Entende-se que o Programa CsF não deveria ter sido descontinuado, mas sim, passado por ajustes, de modo que pudesse atender os critérios de eficácia, efetividade e eficiência, através da adoção de estratégias que levassem o programa a ganhar maior autonomia financeira e de gestão.

Citando como exemplo de estratégia a ser modificada, o fato de que durante a vigência do programa, as IES chegaram a enviar estudantes para o estrangeiro sem o nível linguístico esperado, o que estendeu o período da mobilidade até seis meses, uma vez que os participantes tinham que adquirir a proficiência no idioma antes de iniciar os estudos dos componentes curriculares acordados.

Esse fato acabou contribuindo para onerar o programa. As IES de destino exigiam uma nota mínima em teste de proficiência e aqueles estudantes que não conseguissem atingir teriam que retornar ao Brasil. (COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA. Senado Federal. Relatório. Brasília. 2015). Diante do exposto, entende-se que o domínio de uma língua estrangeira é vista como estratégia de internacionalização.

A fim de repensar as estratégias e os desafios que as IES precisam vencer para dar início ao processo de internacionalização, no sentido de atingir um status de relevância perante os cenários nacional e internacional, o British Council, através da realização de workshop, destacou os seguintes pontos:

[...] fazer as pessoas trabalharem juntas dentro da universidade; oferecer infraestrutura para mobilidade interna (incluindo línguas estrangeiras); reduzir a desigualdade de acesso e de oportunidade; criar ilhas de excelência; qualidade dos estudantes (estrangeiros estudando no Brasil e não apenas sobre o Brasil); encontrar parceiros com perfis certos; transformar colaboração individual em institucional; construir parcerias sustentáveis e duradouras; estabelecer relações horizontais com parceiros, apesar das diferenças em políticas nacionais e condições de financiamento.(BRITISH CONSUL, 2019, p.16).

Todos os pontos elencados acima são considerados estratégicos, porém demandam tempo e planejamento. Não há dúvidas, no entanto, que as línguas permitem a realização de vários feitos no bojo da internacionalização; não apenas dão conta da mobilidade interna e externa, mas também proporcionam oportunidades ligadas à participação em pesquisa conjunta, cursos à distância, escrita de artigos, reuniões de prospecção voltadas ao estabelecimento de parcerias e à construção de planos de trabalho, oferta de componentes curriculares, dentre outros.

No sentido de ampliar as possibilidades a partir do incremento da proficiência em línguas estrangeiras para atendimento às demandas, o IFPE acabou de elaborar uma proposição para a sua Política Linguística, entretanto, antes dessa construção, houve fatores que impulsionaram a compreensão dos gestores para a necessidade de sua implantação, como será visto ao longo deste texto.

Para tratar de Política Linguística, é fundamental a retomada do Programa CsF, pois foi durante este período que um dos pontos mais frágeis do país veio à tona: a falta de proficiência dos brasileiros em um idioma estrangeira, sobretudo em língua inglesa, fator primordial para o desenvolvimento de ações voltadas à internacionalização. Essa barreira linguística tem deixado vários estudantes inaptos a concorrer a bolsas de programas no exterior. O próprio IFPE já teve estudantes de excelência participando de seleções para

programas no exterior, porém sem chegar à fase final devido à baixa proficiência em língua inglesa.

Na tentativa de suprir esse entrave linguístico, o Brasil lançou o Programa Idiomas sem Fronteiras – IsF, o qual ofertava cursos em línguas estrangeiras – inglês, francês e espanhol, além de promover gratuitamente, exames de proficiência internacionalmente reconhecidos em língua inglesa, como o Test of English as a Foreign Language (TOEFL). Dessa forma, esperava-se preparar os estudantes candidatos às bolsas do CsF para os exames em língua inglesa, solicitados em instituições acadêmicas no exterior. Entretanto, a iniciativa do Programa IsF surgiu depois que o CsF já estava em operação.

Foi assim que a comunidade acadêmica brasileira foi alertada para a urgência da elaboração e implementação de uma Política Linguística efetiva na promoção de oportunidades que viessem a acelerar a aprendizagem de uma língua estrangeira, principalmente da língua inglesa, para que dessa forma, o Brasil não mais ficasse à parte das discussões mais importantes nas diferentes áreas do saber.

Foi nesse contexto que o Governo Federal lançou a Chamada Pública Setec/MEC nº 01/2015, de 22 de setembro de 2015, com o objetivo de capacitar docentes de língua inglesa da RFEPCT durante um período de oito semanas, nas instituições consorciadas à Northern Virginia Community College (NOVA), nos Estados Unidos da América. Foram 2 edições da referida capacitação, vindo a somar um total de 156 docentes contemplados na chamada, o que contribuiu para o fortalecimento do papel daqueles que se constituem como peça-chave na agenda de políticas de internacionalização. Do IFPE foram 14 docentes selecionados.

Como contrapartida pela participação no referido programa, os docentes egressos teriam que executar um plano de trabalho, por um período mínimo de um ano, nas ações do Programa IsF, em suas unidades da RFEPCT ou em escolas da rede pública de ensino – municipal/estadual, de maneira a socializar os novos saberes construídos, contribuindo com atividades de ensino, pesquisa, extensão, inovação e internacionalização, além de fortalecer o ensino da língua inglesa no âmbito da RFEPCT. Alguns dos planos de trabalho dos docentes do IFPE egressos do programa NOVA resultaram em formações para professores de línguas das escolas públicas do município e estado, além da atuação no Centro de Libras e Línguas Estrangeiras – CELLE, do IFPE. Essas ações foram acompanhadas de perto pela gestão até porque haviam entrado no planejamento da Assessoria de Relações Internacionais à época.

Nesse panorama, houve uma iniciativa positiva por parte do Governo Federal, via MEC, para a viabilização de ações norteadoras da construção de uma política linguística

efetiva no Brasil, assim como para fomentar a internacionalização, principalmente ao se levar em conta os objetivos do Programa SETEC-CAPES/NOVA (2017/2018).

Dentro dessa mesma perspectiva de construção da Política Linguística no Brasil, o MEC lançou mais uma chamada para capacitação de docentes de língua inglesa e dessa vez estabeleceu a oferta de vagas para toda a rede pública de ensino, além da RFEPCT. Trata-se do Programa de Desenvolvimento Profissional para Professores de Inglês – PDPI, o qual enviou 67 docentes da RFEPCT para um período de 06 semanas nos Estados Unidos da América, no ano de 2018. Na ocasião houve a demanda de um plano de trabalho similar ao que foi requisitado no Programa SETEC/MEC/NOVA em suas duas edições, 2016 e 2017. Dessa feita o IFPE enviou 3 professores para os Estados Unidos que, ao retornarem, ministraram oficinas para as redes municipais das cidades do Cabo de Santo Agostinho e Afogados da Ingazeira.

Em nossa visão, não há dúvidas de que a participação dos 17 docentes de língua inglesa, do IFPE, nos programas de capacitação acima citados contribuiu para fortalecer as ações de internacionalização no âmbito da instituição, seja através do aumento de cursos ofertados pelo CELLE, aplicações de exames internacionais de proficiência, participação como “links” da Arinter em seus Campi, atuação nas seleções de mobilidade estudantil, participação nos Grupos de Trabalho para a construção de documentos relativos à internacionalização, tradução, cursos de formação de professores e até colaboração técnica na Arinter.

Ainda relacionado às estratégias de construção da política linguística para a RFEPCT, em 2017, foi lançada a chamada para a adesão e readesão dos IFs ao Programa Inglês sem Fronteiras (IsF), anteriormente conhecido como Idiomas sem Fronteiras. Nem todos os IFs aderiram e os que o fizeram foi na intenção de continuar aplicando os Testes internacionais TOEFL e TOEIC (Test of English for International Communication), além de inscrever estudantes e servidores nos cursos de inglês à distância – My English On-line (MEO). Na ocasião do lançamento, os IFs que decidissem aderir, teriam que apresentar uma minuta de política linguística, tendo um prazo de até dois anos para aprová-la no Conselho Superior da Instituição.

Registre-se aqui o descontentamento de alguns gestores de Relações Internacionais que se manifestaram contra o formato do IsF proposto para a RFEPCT. Enquanto às universidades federais e estaduais era facultado a oferta de cursos presenciais com a concessão de bolsas para estudantes dos cursos de letras, aos IFs só era permitida a oferta dos

cursos via plataforma MEO. Vale ressaltar que o orçamento anual do MEC para o IsF girava em torno de oito milhões.

Outrossim, vale ressaltar aqui a falta de políticas públicas do MEC em relação à valorização da língua espanhola na RFEPC. Ao longo das últimas gestões, as chamadas lançadas contemplaram apenas docentes de língua inglesa, o que de certa forma contraria a tentativa de mudar, no âmbito do Mercosul, o status das línguas portuguesa e espanhola (supercentrais) para hipercentrais (lugar ocupado pela língua inglesa). No artigo “*Affirming Academic Values in Internationalization of Higher Education: A Call for Action*”, da *International Association of Universities* – IAU, 2012, a preocupação é com a dificuldade para solucionar o impacto adverso causado pela hegemonia cultural da língua inglesa:

The prevalence of English, though driven by the advantages of having a common medium of communication, has the potential to diminish the diversity of languages studied or used to deliver higher education. The widespread use of English may thus homogenize and finding solutions for these lead to cultural adverse impacts, even though recognized, is difficult. (INTERNATIONAL ASSOCIATION OF UNIVERSITIES, 2012, p. 3)¹⁰

No âmbito do Programa IsF, a hegemonia da língua inglesa também pôde ser comprovada, a partir da predominância de cursos de inglês ofertados via MEO e dos testes internacionais Toefl e Toeic aplicados para estudantes e servidores da Rede Federal, não tendo havido sequer a possibilidade da oferta de um teste de proficiência em espanhol, apesar da demanda.

A seguir, apresenta-se a Tabela 2, contendo dados acerca da oferta de cursos de língua inglesa, via IsF, modalidade presencial, nas universidades brasileiras e dados sobre MEO e Testes Toefl ITP aplicados nas IES (Universidades e IFs).

Tabela 2- Idiomas sem fronteiras em números – IFs e Universidades total entre 2013 e 2018

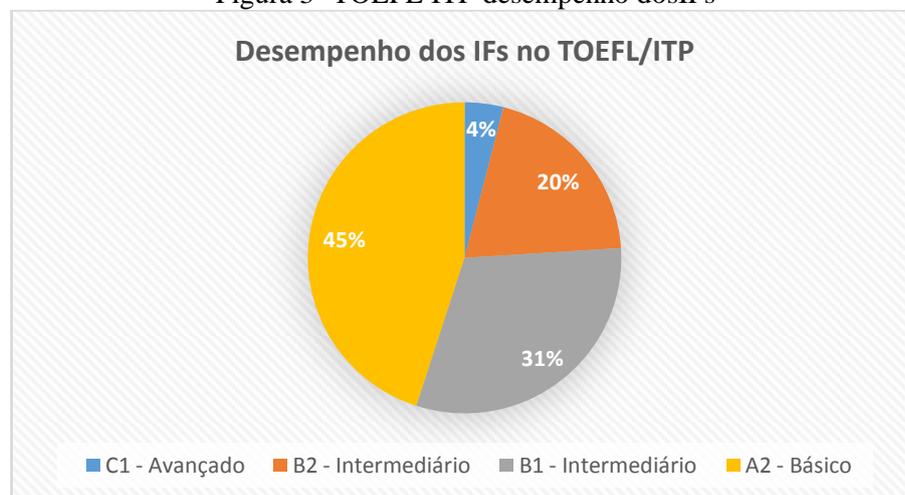
Vagas Ofertadas para aulas presenciais em inglês	438.578
Vagas Ofertadas para aulas presenciais em inglês	438.578
Professores de Inglês - em sua maioria estudantes de graduação em Letras-Inglês	1.241
Coordenadores - Especialistas na área de língua inglesa das IES parceiras	257
Parceiros Internacionais	14
IFs que aderiram ao Programa NuLiIsF	9
Estudantes beneficiados nos Cursos MEO	900.000
Número de testes Toefl ITP aplicados entre 2013 e 2018 nas IES brasileiras via Programa IsF	454.715

¹⁰A prevalência do inglês, embora impulsionada pelas vantagens de ter um meio de comunicação comum, tem o potencial de diminuir a diversidade de idiomas estudados e usados para ofertar ensino superior. O amplo uso do inglês pode, portanto, levar à homogeneização cultural e encontrar soluções para esses impactos adversos, apesar de reconhecidos, é difícil. Tradução nossa

Fonte: Idiomas sem Fronteiras(2017); MEC (2017)¹¹

No ano de 2019, o IFPE traçou um plano de ação para otimizar as ações do IsF na instituição a partir da divulgação dos cursos MEO e da oferta dos Testes Toeic Bridge para toda a comunidade e o resultado foi um incremento nos números alcançados. Foram mil quatrocentos e catorze inscritos nos cursos de inglês via plataforma MEO e mil, trezentos e vinte e uma aplicações do teste internacional TOEIC BRIDGE. Em anos anteriores, o MEC através de parceria com a MASTERTEST, pôde realizar a oferta de testes Toefl ITP para servidores e estudantes dos cursos superiores dos IFs e universidades. A seguir, na Figura 3, pode-se conferir o desempenho dos IFs na referida prova de proficiência em língua inglesa no período de 2013 a 2018.

Figura 3- TOEFL ITP desempenho dos IFs



Fonte: Ministério da Educação. Idiomas Sem Fronteiras. Disponível em: <<http://isf.mec.gov.br/>>. Acesso em: 29 ago. 2019

Diante dos níveis linguísticos aferidos através do Exame Toefl ITP, verifica-se que 76% da comunidade acadêmica dos IFs vai do básico ao intermediário, o que é insuficiente para estudo acadêmico ou para consumir a maior parte da mídia em inglês, conforme prescrito pelo Quadro Comum Europeu de Referência para Línguas. Ainda de acordo com o referido quadro, o nível de proficiência desejável para acompanhar o dia a dia acadêmico é o C1.

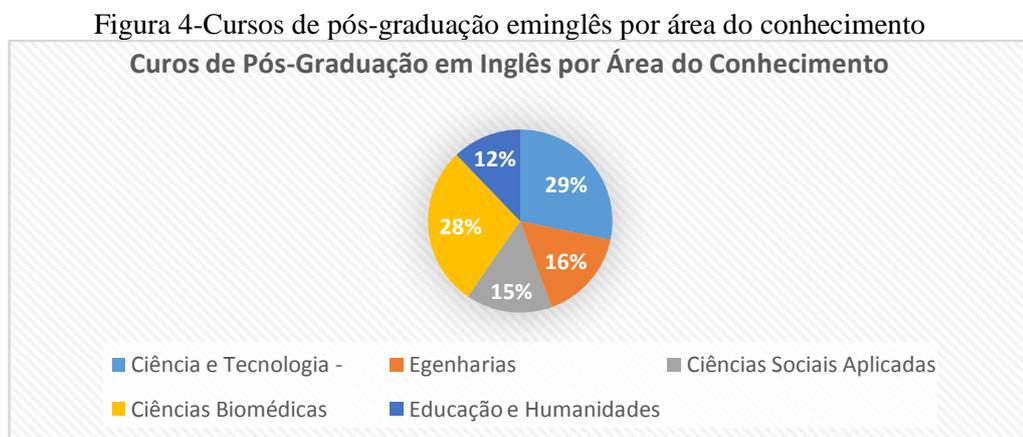
Segundo pesquisa realizada pelo Programa IsF (Revista Universidades para o Mundo, p. 28, 2019), apenas 3% dos acadêmicos e pesquisadores de universidades brasileiras com pós-graduação possuem o nível C1 de inglês. Com tão baixa proficiência no idioma fica

¹¹Idiomas sem Fronteiras, 2017. Disponível em: <<http://isf.mec.gov.br/entenda-isf-botoes/pesquisas-e-relatorios/33-pesquisas-e-relatorios/199-relatorio-nacional>>Acesso em:03 de abril de 2019; MEC, 2017. Disponível em:<<http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/39041-my-english-online>>Acesso em:03 de abril de 2019.

difícil publicar pesquisas em periódicos científicos internacionais, receber acadêmicos estrangeiros, ministrar componentes curriculares em inglês, dar palestras e toda sorte de atividades que venham a consolidar os processos de internacionalização em casa.

Através do fortalecimento do idioma, espera-se melhorar a interlocução com parceiros estrangeiros de modo a facilitar a interação com pesquisadores internacionais e alavancar a produção da escrita acadêmica e científica, viabilizando a aprovação de trabalhos em revistas de impacto internacional. Espera-se ainda, aumentar a capacidade linguística de docentes das mais diversas áreas do conhecimento.

Graças ao domínio da língua inglesa por parte de alguns docentes é que cerca de 400 cursos em nível de pós-graduação são ofertados atualmente no Brasil, através da metodologia *English as a Medium of Instruction* – EMI, sendo a oferta maior proveniente do segmento da extensão por se tratar de cursos de curta duração, onde a adequação de rota é tida como mais simples. A Figura 4 a seguir apresenta percentuais quanto à oferta de cursos de pós-graduação, dividido por área do conhecimento. Nota-se a predominância da oferta nos cursos de ciência e tecnologia, ciências biomédicas e engenharias. Esses e outros dados podem ser consultados no *GuidetoEnglish as a Medium of Instruction in Brazilian HEIs 2018-2019*, como o percentual de 85% das IES consultadas ofertarem alguma atividade em língua estrangeira.



Fonte: Disponível em: www.faubai.org.br/guideemi (Acesso em: 10 de dez. 2019)

Baumvol e Sarmiento (2019) ressaltam que a adoção de práticas de EMI por IES brasileiras pode (e deve) servir para empoderar alunos brasileiros de forma a aumentar sua participação em diferentes situações acadêmicas que envolvam o uso do inglês. Ele conduziu pesquisa sobre os benefícios do EMI, com mais de 5 mil docentes, que consideraram mais de uma resposta. Os resultados encontrados estão ilustrados na Tabela 3.

Tabela 3-Benefícios do EMI na visão de docentes

Respostas	Quantidade em porcentagem
Estudantes brasileiros podem melhorar sua proficiência na língua inglesa	69%
Estudantes estrangeiros podem participar das aulas	55%
Professores podem aprimorar sua proficiência na língua inglesa	55%
Internacionalização em casa para os estudantes	47%
Preparação dos estudantes para o mercado de trabalho	47%
Inglês com língua da ciência e da tecnologia	43%
Internacionalização em casa para os professores	35%
Melhora na qualidade das aulas	23%
Nenhum benefício	5%

Fonte: Adaptado de Baumvol e Sarmento (2019)

Segundo a presidente do Programa IsF, Denise Abreu-e-Lima (Universidades para o Mundo, 2019, p.22) nunca se falou tanto sobre a necessidade de se construir a política linguística no país como agora. Mais uma vez reforça-se que tal demanda pode ser atribuída aos editais IsF/2017 e CAPES Print, que exigiram como condição indispensável às IES, a construção da política linguística para fins de credenciamento. A constatação de Abreu-e-Lima é reforçada pela opinião de Pereira (2017):

O conhecimento de línguas estrangeiras é um diferencial quando amplia a gama de possibilidades e oportunidades de ingresso de novos patamares profissionais e acadêmicos, tendo em vista que as habilidades e competências relacionadas ao domínio de idiomas são amplamente reconhecidas e valorizadas. Além disso, saber novas línguas é essencial para o desenvolvimento pessoal, para a comunicação em viagens, no contato com turistas, na interação com novas culturas e nas práticas de lazer, entretenimento, negócios e estudos.

Stallivieri acrescenta sua visão defendendo que o investimento no aprendizado de idiomas se caracteriza como estratégia prioritária no processo de internacionalização, principalmente quando o foco é a capacidade de negociação:

O processo de internacionalização terá ganhos efetivos em qualquer uma de suas ações sempre que contemplar como prioritária a dinâmica da comunicação intercultural e quando estiverem envolvidos os objetivos de desenvolvimento dos conhecimentos de língua e cultura. Isso tem como finalidade a garantia do correto estabelecimento de negociações internacionais que sejam benéficas para todas as partes envolvidas. A capacidade de negociação internacional precisa ser sempre priorizada, sob pena de prejudicar o bom desenvolvimento de qualquer projeto ou parceria internacional. (STALLIVIERI, 2017, p.63).

No sentido de ampliar o desenvolvimento de língua e cultura, sugerido por Stallivieri, o IFPE através de portaria, reuniu docentes de línguas representantes de todos os Campi no intuito de oportunizar discussão que viesse a gerar a construção da política

linguística pensada para o IFPE. No momento, a referida política (Anexo A) está passando por análise dos setores, para em seguida ser apreciada e aprovada pelo Conselho Superior do IFPE.

Cabe lembrar que no documento da SETEC/MEC “Política de Internacionalização da Rede Federal de Educação Tecnológica do Brasil” (2017), referência para a estruturação das ações de internacionalização nas instituições da RFEPCT, Idiomas é um dos eixos prioritários, além de Estruturação; Integração nas Fronteiras; Ecossistemas de Inovação; Financiamento e Cooperação. Dentro do eixo de Idiomas, a prioridade orientadora é criar a política de idiomas nas instituições da RFEPCT.

Nesse cenário, o documento do grupo de trabalho da Associação Brasileira de Educação Internacional (FAUBAI, 2017) de Políticas Linguísticas para internacionalização, afirma que para um projeto de internacionalização obter êxito, são necessários procedimentos que deem sustentação ao processo, tais como reconhecer ações investidas em língua estrangeira, tanto para quem oferta como para quem participa, seja com reconhecimento de créditos, liberação de carga didática, pontos na promoção na carreira, requisitos para concessão e renovação de bolsas na instituição, entre outros reconhecimentos que demonstrem à comunidade que a instituição valoriza o tempo investido no aprendizado em línguas adicionais, com foco na internacionalização. Outra forma de reconhecimento das ações investidas é a oferta de cursos de português como língua adicional, de forma consistente, permitindo que a comunidade internacional possa se integrar à comunidade local da instituição.¹²

Em sua proposição de documento voltado à política linguística, o IFPE utilizou como norte o documento de Políticas Linguísticas para a Internacionalização/GT/FAUBAI (2017) acima citado, buscando contemplar objetivos e valores que fortaleçam suas atividades de internacionalização, tais como: reforço das ações do Centro de Libras e Línguas Estrangeiras (CELLE) pela oferta de cursos regulares de línguas adicionais nos campi/EAD e reitoria; execução do programa Idiomas sem Fronteiras (IsF), como cursos de línguas e aplicação de testes de proficiência internacionais; oferta de componentes curriculares em língua adicional nos diversos níveis de ensino; criação e acompanhamento de fóruns de discussão de práticas de ensino de língua para fins específicos; fortalecimento e ampliação das parcerias do IFPE com Instituições de Ensino Superior (IES) estrangeiras.

¹²(Documento do GT de Políticas Linguísticas da FAUBAI, 2017. Disponível em: <<http://faubai.org.br/pt-br/wp-content/uploads/2019/01/Documento-do-GT-de-Pol%C3%ADticas-Lingu%C3%ADsticas-da-FAUBAI.pdf>> Acesso em: 03 de março de 2019)

Ainda quanto a documentação de Políticas Linguísticas para a Internacionalização/GT/FAUBAI (2017), princípios são levados em consideração, tais como: respeito à diversidade linguística e cultural nas situações de uso de língua; formação crítica e cidadã do aprendiz de línguas; democratização e inclusão do processo de aprendizagem de línguas; convivência harmoniosa com comunidades plurilíngues; fomento do letramento científico e acadêmico; promoção da cooperação internacional; preparação para a mobilidade internacional; difusão internacional das produções científica e artística do Instituto. (Anexo A – Política Linguística do IFPE)

Espera-se que, a partir da implementação da Política Linguística do IFPE, a instituição consiga atender às demandas provenientes do setor de internacionalização da instituição de forma mais efetiva e redimensionar o ensino da língua estrangeira, para além da leitura, visto que, de acordo com a pesquisa de Sá (2020), 96,6% das ementas das disciplinas de inglês instrumental no IFPE têm como objetivo exclusivo ou predominante o desenvolvimento de leitura. Segundo a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o ensino da língua estrangeira deve desenvolver competências que vão além de ler, interpretar e resolver problemas. Envolve práticas de linguagem com foco na compreensão (escuta) e na produção oral (fala).

Dessa forma, se o foco das aulas for apenas na leitura e interpretação de textos, os estudantes não têm como desenvolver as demais habilidades, o que inviabiliza o progresso linguístico e conseqüentemente o avanço das competências necessárias para por exemplo, obter aprovação em testes internacionais, desenvolver pesquisa em língua estrangeira, participar de programas de intercâmbio, etc. Daí a relevância de uma política linguística que venha a assegurar minimamente a aquisição dessas competências garantindo o êxito de estudantes e servidores na participação de ações de internacionalização.

Para Lima (2009), as línguas de internacionalização trazem efeitos sobre participação, poder, acesso ao conhecimento, assim como sobre bens culturais e afetam o equilíbrio entre parceiros, determinando, em muitos casos, uma internacionalização mais ativa ou passiva. É por esta razão que a construção da Política Linguística deve dialogar com os propósitos pensados pela IES para seu processo de internacionalização.

Durante o capítulo que abordou as visões teórico-descritivas, práticas sociais e o contexto institucional, foi feita menção a importantes documentos que regem os processos de internacionalização das IES brasileiras e das IES estrangeiras, além de trazer colocações de teóricos e pesquisadores sobre a construção não só de uma política, mas também de um plano

de internacionalização alinhado às políticas institucionais, através da conscientização e do comprometimento dos membros da alta gestão.

Nesse sentido, iniciativas do MEC nos últimos anos têm contribuído para o fortalecimento do eixo de internacionalização enquanto política pública, através de ações aqui citadas, como os Programas CsF e IsF, além dos editais voltados à formação de docentes em língua inglesa, da oferta de cursos de idioma online e aplicações de testes internacionais de forma maciça para nas IES brasileiras, demonstrando compromisso com o desenvolvimento do país a partir de uma percepção mais acurada sobre os benefícios da internacionalização.

Constatou-se que o Programa CsF foi o maior vetor da abertura de processos de internacionalização na RFEPCT, vindo a revelar uma das maiores barreiras nesse eixo: a baixa proficiência em línguas estrangeiras da comunidade acadêmica. Esta revelação fez com que o MEC investisse em capacitações para professores de língua inglesa nos Estados Unidos e isto fortaleceu o CELLE do IFPE, que ampliou o número de cursos em língua estrangeira ofertados, assim como o número de testes internacionais aplicados. A partir dos avanços na gestão do CELLE, a Arinter ganhou maior protagonismo, passando a articular a construção da política linguística do IFPE, através de uma comissão onde docentes de línguas estrangeiras de cada Campus pudessem opinar acerca dos objetivos, diretrizes e princípios do que seria um dos documentos diretamente ligados à dimensão internacional pensada para a instituição.

No capítulo seguinte, será verificado o nível de internacionalização do IFPE a partir da análise dos documentos norteadores neste eixo. Também serão analisadas as falas dos membros da alta gestão a fim de levantar a percepção acerca da importância da internacionalização no âmbito da instituição. Será testada a hipótese de que formações acadêmicas no exterior, desenvolvimento de projetos e/ou programas em rede (cooperação internacional) e domínio de uma língua estrangeira contribuem positivamente na percepção do gestor acerca da importância da internacionalização.

3 METODOLOGIA

Este capítulo descreve as principais características do desenvolvimento da pesquisa em questão, com o objetivo de aumentar a transparência e garantir a replicabilidade dos resultados alcançados durante o estudo (KING, 1995; JANZ, 2016).

O estudo foi classificado como exploratório, haja vista o pouco conhecimento acerca do fenômeno da internacionalização da educação superior em IES pernambucanas, assim como pela necessidade e desejo de avançar na compreensão dessa temática, contribuindo para a disseminação da cultura de internacionalização no IFPE.

O objetivo desta dissertação é analisar as percepções de membros da alta gestão sobre a importância da internacionalização, assim como verificar o nível de atualização normativa dessa área, no âmbito do IFPE. A pesquisa tratou de um estudo de caso, dentro de uma abordagem qualitativa, que utilizou como procedimentos metodológicos, a análise documental e a análise de conteúdo através da entrevista semiestruturada com os membros da alta gestão do IFPE.

Nesse viés, Bogdan e Biklen (1994) caracterizam a pesquisa qualitativa como estudos que privilegiam, essencialmente, a compreensão dos comportamentos a partir da perspectiva dos sujeitos da investigação. Desta maneira, os significados exercem um papel de relevância, uma vez que o foco central da pesquisa qualitativa está sobre as representações, experiências e interpretações que os sujeitos da investigação tecem acerca de um determinado fenômeno.

O estudo pretendeu ainda, analisar documentos existentes, a fim de constatar o nível de atualização normativa da referida área. Para isso, utilizou como parâmetro a política de internacionalização construída para a RFEPCT. Este trabalho também buscou fornecer subsídios para o fortalecimento da área em estudo, no IFPE. Para isso, apresenta uma minuta de política de internacionalização, fruto da escuta dos gestores e da análise documental.

Para a organização, tratamento e análise dos dados desta pesquisa, foi considerada a técnica de análise de conteúdo proposta por Bardin (2004), a qual abrange um conjunto de análises das comunicações visando obter indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens. (Bardin, 2004).

Batista (2009), ao realizar pesquisa exploratória (estudo de caso) dentro do eixo da internacionalização, utilizou entrevistas semiestruturadas. A presente pesquisa replica parte dos roteiros de entrevista utilizados nos referidos procedimentos metodológicos de Batista.

Além do levantamento bibliográfico inicial, os passos metodológicos para a análise dos dados desta pesquisa se deram no campo, em duas fases consecutivas. A citar:

Análise dos seguintes documentos institucionais: Política de Internacionalização da RFEPCT, Regimento Geral do IFPE, PDI, Relato Integrado de Gestão/2018, Relatório de Gestão/2013, Organização Acadêmica, Regulamento de Mobilidade Estudantil Internacional, Regulamento sobre a concessão de ajuda de custo para Participação de Estudante em Eventos, Regimento do CELE, Programa de Acolhimento ao Visitante, Normas de revalidação de diplomas estrangeiros (Resolução nº 32/2013); Processo seletivo de afastamento total para participação em programa de pós-graduação *Stricto Sensu* e estudo no exterior (Edital 08/2020), registros em que se estructure o processo de internacionalização do IFPE;

20 entrevistas semiestruturadas com sujeitos pertencentes a três segmentos da comunidade acadêmica do IFPE, a saber: diretores gerais, diretores sistêmicos e pró-reitores. O intuito foi identificar a percepção acerca da importância da internacionalização no âmbito da instituição. Os roteiros das entrevistas estão disponíveis nos Apêndices A, B e C.

O passo metodológico “a”, acima elencado, têm o objetivo secundário de possibilitar um comparativo entre o disposto à RFEPCT como política de internacionalização e os documentos do IFPE relacionados ao assunto. Os resultados desta análise servirão de parâmetro para a avaliação e reconstrução de metas e objetivos que levem o IFPE a um cenário de maior efetividade dos resultados almejados para a área, proporcionando maior visibilidade nacional e internacional à instituição. O passo metodológico do item “b” acima, tem objetivo de maior destaque, abordando a análise de conteúdo a partir das entrevistas com os gestores sobre a percepção destes sobre a importância da internacionalização.

Para esta análise documental a pesquisa buscou mapear os principais registros dos processos decisórios em andamento na Instituição, sob a rubrica da internacionalização com o intuito de verificar o status de atualização normativa na área de internacionalização no âmbito do IFPE. Assim, foram selecionados documentos produzidos entre 2013 e 2019, disponibilizados no site do IFPE ou nos setores responsáveis.

Ainda, sobre o uso desta técnica de análise documental na pesquisa, de acordo com Cellard (2008), o objetivo foi tornar possível ampliar o entendimento de objetos, cuja compreensão necessite de contextualização, histórica e sociocultural. Além do mais, os documentos servem como registro das ações desenvolvidas no âmbito da instituição, sendo

sua análise importante instrumento na observação do processo de evolução de conceitos, práticas e comportamentos de atores que fazem a instituição.

Nesse cenário e em consonância com Cellard (2008), no que diz respeito à análise como instrumento na observação da construção da identidade institucional, espera-se que os resultados desta pesquisa contribuam para a formulação de uma proposição de política de internacionalização para o IFPE, a partir da consideração de pontos-chaves presentes nos documentos norteadores da instituição e da escuta de atores da gestão, partícipes do processo decisório.

No segundo e último passo metodológico, a entrevista semiestruturada, a forma de seleção dos elementos da população foi não probabilística. O tamanho da amostra é composta por 20 membros da alta gestão que aceitaram de forma voluntária, participar desta pesquisa, sendo 12 diretores gerais, 5 pró-reitores e 3 diretores sistêmicos- (Pró-reitoria de Ensino - PRODEN, Pró-reitoria de Pesquisa - PROPESQ, Pró-reitoria de Extensão - PROEXT, Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional - PRODIN e Pró-reitoria de Administração - PROAD) e diretores sistêmicos - (Assessoria de Comunicação - ASCOM, Direção de Gestão de Pessoas - DGPE, Direção de Assistência Estudantil - DAE) . As entrevistas foram realizadas no IFPE, entre novembro (2019) e janeiro (2020).

No grupo dos diretores gerais voluntários foram entrevistados doze representantes de Campi do IFPE, sendo três indivíduos do sexo feminino e nove do sexo masculino. Para fins de garantia do anonimato dos entrevistados, ao longo do texto serão tratados a partir da nomenclatura DG1, DG2...DG12.

No grupo dos membros da reitoria foram entrevistados, pró-reitores e diretores sistêmicos, sendo quatro do sexo feminino e quatro do sexo masculino. Para preservar o anonimato dos respondentes, estes foram aqui denominados por PR1, PR2...PR5 e DS1, DS2, DS3. É importante ressaltar que todos os entrevistados somente tiveram contato com o instrumento de coleta de dados no momento da realização da pesquisa.

A escolha dos integrantes do grupo de gestores ocorreu em função da natureza dos cargos ocupados na instituição como também do nível de informação e envolvimento que possuem no planejamento do desenvolvimento institucional e de seu acompanhamento. Essa estratégia é defendida por Stallivieri (2017) ao afirmar que o envolvimento dos gestores faz com que os mesmos envidem esforços na obtenção do sucesso para a internacionalização e consequente projeção da instituição nos cenários das melhores instituições de Ensino Superior de qualidade.

As aproximações para solicitação da contribuição dos gestores foram realizadas por meio de abordagens informais nas dependências dos Campi e dos departamentos da reitoria. Em seguida, foram formalizadas via e-mail, a partir do preenchimento do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, Apêndice D.

Com base nas análises das entrevistas semiestruturadas concedidas pelos gestores, membros da alta gestão, as unidades de análise foram agrupadas em 10 categorias, conforme exposto abaixo:

- 1- Conceito de internacionalização
- 2- Avaliação da Política de Internacionalização da RFEPCT
- 3- Papel do Gestor na formulação e implementação da Política de Internacionalização
- 4- Internacionalização como prioridade institucional
- 5- Internacionalização como estratégia no Plano de Gestão
- 6- Prioridade Geográfica
- 7- Razões para se internacionalizar o IFPE
- 8- Benefícios da internacionalização
- 9- Demandantes da internacionalização
- 10- Ações de internacionalização no IFPE

O próximo capítulo contém a apresentação e análise dos resultados encontrados durante o levantamento dos dados. Tal análise se divide em duas partes: a documental, com base nos documentos existentes na RFEPCT e em especial, no IFPE e a de conteúdo, a partir da fala dos entrevistados.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Uma vez elencadas as fases para o desenvolvimento da pesquisa, o próximo passo é a elaboração de cada uma dessas etapas, a citar a apresentação da Política de Internacionalização construída para a REFPECT e sua análise à luz dos teóricos, para em seguida relacioná-la aos documentos existentes no âmbito do IFPE, voltados ao processo de internacionalização. Compreende-se assim, que as duas fases iniciais aqui propostas caminharão lado a lado. Em seguida, e como objetivo maior desse estudo, será feita a análise das falas dos membros da alta gestão do IFPE, destacando suas percepções sobre a importância da internacionalização.

Quanto às políticas nacionais de internacionalização pensadas para nortear as políticas institucionais, Helmes e Rumbley (2016) indicam cinco grandes áreas: a mobilidade estudantil; a colaboração entre pesquisadores; a educação transfronteiriça; a internacionalização “em casa” e as políticas de internacionalização abrangente. De acordo com os autores, as cinco áreas aqui referidas mais as políticas institucionais são vistas como elos para alavancar o desenvolvimento nacional.

A partir das cinco grandes áreas sugeridas por Helmes e Rumbley, buscar-se-á a análise dos objetivos da política de internacionalização da REFPECT, proposta pelo Fórum de Relações Internacionais (Forinter), confrontando-as com documentos-chaves vigentes no IFPE, a fim de levantar o status das normatizações institucionais e verificar quais ações estão sendo obstruídas por falta de legislação interna vigente.

De início busca-se relacionar as áreas citadas por Helmes e Rumbley aos objetivos da política pensada para a Rede. Dentro das áreas ‘mobilidade estudantil’ e ‘colaboração entre - pesquisadores’, podendo-se mencionar como objetivos da referida política ‘ampliar os processos de cooperação promovendo atividades de intercâmbio internacionais da REFPECT no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão’, assim como ‘qualificar estudantes, professores e técnicos administrativos a partir da inserção internacional destas instituições e das instituições parceiras internacionais alinhadas ao desenvolvimento institucional’.

Já nas áreas de ‘educação transfronteiriça’ e ‘internacionalização em casa’, os objetivos seriam ‘proporcionar visibilidade às ações da REFPECT em âmbito nacional e internacional’; ‘mapear diferentes práticas de políticas públicas da educação profissional e Tecnológica, além de outras culturas e idiomas’; ‘realizar cursos e oficinas para a qualificação

das equipes que integram o sistema de relações internacionais da RFEPCT’ e ‘sensibilizar a comunidade acadêmica para os benefícios da internacionalização no processo educacional’.

Por fim, para a quinta e última área mencionada por Helmes e Rumbley, a de ‘políticas de internacionalização abrangente’, o objetivo retirado da política da Rede é o de:

[...] institucionalizar a cultura da internacionalização como tema transversal no âmbito das instituições de ensino profissional e tecnológico, de maneira que as discussões permeiem, além da cooperação e mobilidade, a discussão de currículos, pesquisa, avaliação, certificação profissional, acreditação, extensão e gestão administrativa(FORINTER, 2017, p. 3).

Pode-se dizer que os objetivos traçados pela política de internacionalização construída para a RFEPCT se inserem dentro das cinco grandes áreas mencionadas por Helmes e Rumbley. Entretanto, diante do cenário heterogêneo da RFEPCT, não é possível enumerar os IFs que já tiveram sua política elaborada e aprovada no Consup.

Embora os objetivos aqui apresentados sirvam de norte para a construção da política de internacionalização de cada IF, as instituições devem considerar suas realidades, com suas diferentes especificidades na hora do debate acerca de uma proposição de política. No caso do IFPE, decidiu-se verificar, através da análise documental, as lacunas existentes nas normativas da instituição para o cumprimento dos objetivos previstos na política pensada para a Rede.

O IFPE está para começar esse diálogo a fim de elaborar sua política de internacionalização. Por isso, na intenção de contribuir com esse processo, assim como apresentar um produto técnico, foi elaborada uma minuta inicial dessa política, a partir das análises documentais e das análises de conteúdo, extraídas tanto dos documentos norteadores do IFPE, como das falas dos gestores. Esta minuta pode ser conferida através da leitura do Anexo B.

Ainda com referência à política proposta pelo Forinter para a RFEPCT, destacam-se como linhas de ação para a Cooperação e a Mobilidade Acadêmica: o relacionamento com instituições da América Latina e em especial com as do MERCOSUL e com a cooperação Sul-Sul; o relacionamento com instituições do continente africano; o aumento do envolvimento da Rede Federal com instituições da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP); a ampliação das ações com a UNESCO-UNEVOC (International Centre for Technical and Vocational Education and Training); a aproximação da Rede Federal com agências de fomento nacionais e internacionais.

Apesar de a política ter sido construída com a participação dos Assessores de Relações Internacionais de toda a Rede e entregue à Câmara de Relações Internacionais do

Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF), a não previsão de orçamento voltado às ações de internacionalização da Rede pode ser um obstáculo ao processo de internacionalização. Ademais, toda política deve não apenas prever orçamento, mas também ser acompanhada de um plano que informe como irá se materializar e a Rede não apresentou um plano nesse sentido.

Inicialmente os documentos selecionados abrangem todo o IFPE, a exemplo da Organização Acadêmica (O.A.), marco legal que norteia as orientações e tomadas de decisão pertinentes à vida acadêmica (adiante serão indicados documentos específicos do eixo de internacionalização). Os documentos selecionados foram: Regimento Geral do IFPE, Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), Relatório de Gestão 2013, Relato Integrado 2018 e a Organização Acadêmica.

O primeiro documento a ser comentado é o Regimento Geral do IFPE, mais precisamente seus Art. 70 e 71, os quais informam o vínculo da Assessoria de Relações Internacionais e suas competências. Vale salientar que o fato de o referido regimento contemplar a área de internacionalização, já permite vislumbrar que a gestão percebe sua importância para a instituição. Abaixo, destaque para pontos relevantes.

O Art. 70 do Regimento Geral do IFPE vincula a Assessoria de Relações Internacionais diretamente à reitoria, dentro da estrutura organizacional e destina a ela a responsabilidade pelo assessoramento das pró-reitorias, diretorias e demais entes do IFPE, no estabelecimento de relações interinstitucionais internacionais.

Já o Art. 71 do referido Regimento prevê diversas competências à Assessoria de Relações Internacionais, dentre as quais destacam-se: assessorar Comissões e Comitês do IFPE instituídos por tratados firmados pelo Brasil ou advindos de acordos de cooperação entre o IFPE e outras instituições estrangeiras; organizar visitas de delegações estrangeiras ao IFPE de forma coordenada com a Assessoria de Cerimonial e de Relações Institucionais; desempenhar funções de articulação entre IFPE e o Ministério das Relações Exteriores, postos diplomáticos, organizações internacionais, instituições estrangeiras e outras entidades, quanto ao intercâmbio de informações; auxiliar na elaboração e implementação de acordos de cooperação técnica ou instrumentos congêneres a serem firmados pelo IFPE com organismos internacionais ou entidades estrangeiras; sugerir aprovação de regulamentos e manuais relativos ao funcionamento de atividades e processos de sua competência; observar a legislação, as normas e instruções aplicáveis às suas atividades; definir metas em consonância com o planejamento estratégico e diretrizes de implementação da gestão; formular e executar planos, controlar e avaliar os resultados; manter sistemática apropriada para coleta,

armazenamento e atualização das bases de informações gerenciais, de forma a propiciar análises, avaliações e relatórios sobre suas atividades, metas e indicadores de desempenho.¹³

Apesar do Regimento informar que o setor de relações internacionais do IFPE está ligado ao gabinete da reitoria, no dia a dia, segundo a cultura institucional, os procedimentos passam pelo crivo da pró-reitora de extensão antes de seguir para o gabinete, o que retarda os trâmites cotidianos, além de retirar a autonomia do setor, diminuindo suas articulações com as unidades do IFPE e deixando o processo confuso. Para Stallivieri (2004), é preciso clareza quanto à definição das responsabilidades estratégicas e executivas dos departamentos de relações internacionais, uma vez que seu funcionamento e atuação estão vinculados aos anseios institucionais e às metas estabelecidas pela gestão para alcançar o nível de internacionalização almejada.

Muito se fala que no ano de 2020, a Assessoria de Relações Internacionais tornar-se-á um macro processo gerencial, ligado de fato ao gabinete da reitoria, no entanto, até isso ocorrer, é preciso uma revisão da lista de competências trazida no Regimento, uma vez que a referida lista determina 22 atribuições diferentes para um setor que carece de recursos humanos para operacionalizar as demandas. Outrossim, algumas dessas demandas necessitam de uma rubrica orçamentária para se materializar e o IFPE ainda não se programou para atender a essa necessidade.

Agora com enfoque ao Plano de Desenvolvimento Institucional/Resolução nº 57/2015 para o período de 2014 a 2018, já havia sido apresentada durante o levantamento da SETEC/MEC, no ano de 2017, a preocupação com a não vinculação das ações de relações internacionais ao PDI.¹⁴

A seguir, serão focadas as citações ao setor de relações internacionais no PDI do IFPE. De início, há um texto introdutório apresentando as atribuições da Arinter, sua estrutura organizacional, competências retiradas do Regimento Geral do IFPE e cronograma de oferta de programas. Abaixo o texto de abertura a respeito do setor de relações internacionais, dentro do PDI:

¹³ (Regimento Geral do IFPE). Disponível em: <https://portal.ifpe.edu.br/o-ifpe/desenvolvimento-institucional/documentos-norteadores/regimento-geral-do-ifpe.pdf/view> Acesso em: 12 de fev. 2020.

¹⁴ Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/maio-2018-pdf/87481-aco-es-de-internacionalizacao/file>). Acesso em: 12 de fev. 2019.

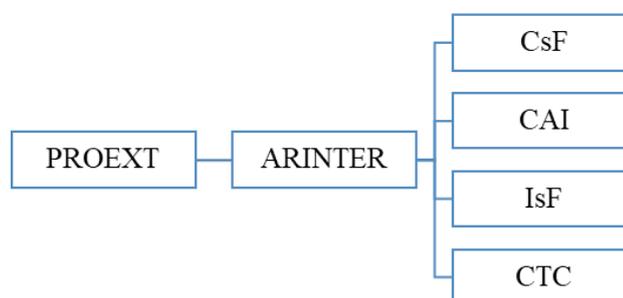
11.5.2 Relações Internacionais

Dentre as atribuições do IFPE, encontram-se a divulgação, promoção e conscientização da importância das atividades de cooperação internacional no âmbito da comunidade acadêmica, tendo como foco a busca de intercâmbios com instituições e agências de cooperação técnica, tecnológica, científica e cultural, no exterior. Em decorrência destas atribuições, presta assistência a participantes que se encontram em atividade na Instituição, promovendo a inserção destes junto aos Campi. (Plano de Desenvolvimento Institucional/Resolução nº 57/2015).¹⁵

Quanto à busca de intercâmbios (citada no texto acima), os critérios de procura bem como do estabelecimento de parcerias com outros países, vêm sendo norteados pelas diretrizes da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC - / MEC, a partir da criação do FORINTER (Fórum de Relações Internacionais das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica) e da Câmara de Relações Internacionais do CONIF (Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica), embora ações isoladas já viessem acontecendo em diferentes escolas da Rede Federal.

Com o intuito de atingir as metas projetadas para o período de 2014-2018, o IFPE propôs, no PDI, diretrizes com vistas a uma política institucional na área de cooperação internacional, ensino de idiomas e mobilidade, divulgando suas atividades em outros países, no interesse do Ensino, da Pesquisa e da Extensão. Para o desenvolvimento de todas essas atividades, o IFPE conta com a Assessoria de Relações Internacionais – ARINTER -, a qual possui a estrutura ilustrada na Figura 5 a seguir.

Figura 5- Ilustração do organograma da Arinter



Fonte: Elaborado pela autora com base no documento PDI do IFPE (2015)

¹⁵Disponível em: <<https://portal.ifpe.edu.br/o-ifpe/conselho-superior/resolucoes/resolucoes-2015/resolucao-57-2015-aprova-o-plano-de-desenvolvimento-institucional-do-ifpe.pdf>> Acesso em: 22 de março de 2020.>

- CAI - Coordenação de Acordos Internacionais - Recebe e apoia demandas externas de propostas de cooperação internacional em suas modalidades, emitindo, quando necessário, pareceres nos processos de acordos e convênios internacionais.
- IsF - Coordenação do Idiomas sem Fronteiras - Divulga os cursos de idiomas online e organiza a aplicação dos testes de proficiência na Língua Inglesa, TOEFL.
- CsF - Coordenação do Ciência sem Fronteiras - Gerencia as informações referentes ao programa da Rede Federal através da divulgação dos editais no site da Instituição e visitas aos Campi, além do monitoramento das inscrições da CAPES e o do CNPq.
- CTC - Coordenação de Tecnologia e Comunicação - Mantem atualizada a página de internacionalização e o blog do intercambista.

Levando-se em conta que o processo de internacionalização requer análise e planejamento das ações voltadas ao interesse desta Instituição, o PDI do IFPE propôs um conjunto de metas a serem alcançadas, no que se refere à política de Relações Internacionais do IFPE para o período de 2014-2018, a serem conferidas no Anexo C¹⁶.

No tocante às áreas de prioridade para o desenvolvimento da política institucional, destaca-se trecho da primeira parte do programa do PDI no que concerne às diretrizes da Arinter: “Com o intuito de atingir as metas projetadas para o período de 2014-2018, o IFPE propõe diretrizes com vistas a uma política institucional na área de cooperação internacional, ensino de idiomas e mobilidade, divulgando suas atividades em outros países, no interesse do Ensino, da Pesquisa e da Extensão.”

Nesse contexto, o cruzamento das diretrizes do PDI 2014-2018 (com ações previstas em seu cronograma) e os relatórios de gestão dos anos de 2018 e 2019, indica que as seguintes ações se materializaram:

Eixos de cooperação acadêmica e mobilidade:

Parcerias firmadas com instituições do Chile, Bolívia, Canadá, Espanha, Estados Unidos e Portugal, tendo algumas dessas parcerias resultado em chamadas de mobilidade estudantil e de servidores, além do desenvolvimento de pesquisa em conjunto, cursos de verão ministrados no exterior e captação de recursos.

¹⁶ (Plano de Desenvolvimento Institucional/Resolução nº 57/2015). Disponível em: <https://portal.ifpe.edu.br/o-ifpe/conselho-superior/resolucoes/resolucoes-2015/resolucao-57-2015-aprova-o-plano-de-desenvolvimento-institucional-do-ifpe.pdf> Acesso em: 22 de março de 2020.

As chamadas de mobilidade estudantil foram para o Instituto Politécnico de Bragança (IPB), a Universidade Indígena da Bolívia (UNIBOL) e o Instituto Politécnico do Porto (IPP), sendo a ação para o IPB destinada ao ensino – cursar um semestre de graduação e as ações para a UNIBOL e o IPP, desenvolvimento de projetos de pesquisa e extensão. Houve ainda uma chamada de mobilidade para servidores no Canadá, com o objetivo de realizar um mês de imersão em língua inglesa.

Eixo de ensino de idiomas:

Fortalecimento do CELLE, tanto no número de estudantes atendidos em cursos presenciais e à distância, quanto na oferta de exames de proficiência internacionalmente reconhecidos.

Na área de ensino de idiomas - incremento no número de estudantes atendidos pelo CELLE, nos diferentes Campi do IFPE, inclusive com a oferta de cursos de português para estrangeiros, nível iniciante e intermediário; aumento da oferta dos testes internacionais Toeic Bridge, nos Campi do IFPE; ampliação do quadro de inscritos na Plataforma My English Online (MEO), além da oferta de oficinas voltadas para o treinamento de professores da área técnica, em English as a Medium of Instruction (EMI) e Content Language Integrated Learning (CLIL).

Uma vez que já foi discorrido sobre as atribuições da Arinter a partir do Regimento Geral do IFPE, passa-se a comentar acerca do organograma do setor para o período de 2014-2018. Dentre as 3 coordenadorias, a do CsF praticamente não atuou devido à descontinuidade do programa. Frente a estas coordenadorias, docentes colaboradores que atuam no setor 1 dia por semana, desenvolvendo atividades de apoio à Arinter. O ideal seria ter servidores tecnicamente capacitados no setor para o pleno atendimento às demandas.

Ainda sobre o organograma da Arinter, a coordenadoria do IsF foi atuante porque gerenciou as aplicações dos testes Toefl e Toeic para estudantes e servidores, além de divulgar o My English Online (MEO) em toda a Instituição, vindo a conseguir cerca de 1.400 inscritos para o curso de língua inglesa à distância. Essas operações foram divididas com a coordenação geral do CELLE.

A terceira e última coordenadoria, a CTEC, é responsável por alimentar a página de internacionalização, aba do Portal do IFPE, no entanto, ainda é preciso que os textos ou informativos da referida página sejam disponibilizados nas línguas inglesa e espanhola para que possam vir a atrair estudantes de IES estrangeiras.

Dando sequência à análise, o Programa de Gestão voltado a área de internacionalização para o período de 2014 a 2018 (proposto pelo IFPE no PDI) pouco desenvolveu da ação vinculada à pesquisa e pós-graduação conjuntas, não tendo sido encontrados registros oficiais voltados a este segmento. Também foi percebido que a

atualização da Comissão Multidisciplinar de Mobilidade Internacional (CMMI) não se concretizou; desta forma, mesmo não constando do programa de gestão, a Arinter instituiu links do setor em cada um dos Campi do IFPE, tendo surtido efeito positivo, tanto nas articulações, como na operacionalização das ações.

Ainda com relação às ações do programa de gestão, a atividade de workshops para estudantes do Programa CsF não foi implantada devido à sua descontinuidade à época.

A formalização de um setor/escritório de relações internacionais passou a ser priorizada pelas IES quando perceberam a falta de estrutura adequada para tratar da mobilidade durante o Programa CsF. Nesse sentido a Revista UNESPCIÊNCIA, (2015) ressalta que poucas são as instituições que contam com um escritório internacional estabelecido, com dotação orçamentária e recursos humanos bem capacitados para desenvolver suas atividades.

A mesma revista segue perguntando de que forma se pode transformar um escritório, que muitas vezes funciona com apenas um profissional, em agente motor de transformação das instituições e conclui que isso depende fundamentalmente da vontade política e do compromisso dos dirigentes da instituição.¹⁷

No contexto do IFPE, além do setor de internacionalização constar no Regimento Geral e no PDI, há a designação de um servidor para responder pelas ações, assim como uma sala é disponibilizada, diferentemente de alguns IFs que ainda carecem de uma estrutura mínima para funcionar, conforme levantamento feito pelo GT de Políticas de Internacionalização do MEC. (Portal do MEC: Levantamento das ações de internacionalização da Rede Federal de EPT e Resultados do GT de Políticas de internacionalização, 2018).

Ao se comparar os relatos de gestão dos anos 2013 e 2018, respectivamente, pode-se conferir o quanto a internacionalização avançou no IFPE. Abaixo seguem os resumos das ações desenvolvidas na instituição, extraídos das Resoluções nº 09/2014 e nº 27/2018, do CONSUPE/IFPE.

No ano de 2013, as ações se resumiram à assinatura de protocolos de intenção com Instituições de Ensino de outros países, intercâmbio de estudantes estrangeiros, participação

¹⁷ (D'Ambrosio, Oscar Alejandro Fabian Unesp Ciência, 2015, ano 7, número 70. Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", 2015. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/138838>>. Acesso em: 10 de janeiro de 2020).

de estudantes no Programa Ciência sem Fronteiras, realização de missões internacionais e implantação do Centro de Língua Estrangeira.¹⁸

Quanto ao Relato de gestão de 2018, pode-se destacar a participação de docentes no Programa de Desenvolvimento Profissional para Professores de Língua Inglesa nos EUA (PDPI); Programa Leitor Francês, em parceria com a Embaixada da França no Brasil; organização da Missão IFPE a Portugal e Espanha, visando parcerias com IES estrangeiras; tratativas para a realização de Missão do IFPE à Bolívia, objetivando firmar parcerias e ampliar atividades acadêmicas, no âmbito do Ensino, Pesquisa e Extensão, para estudantes indígenas e quilombolas; fortalecimento do estudo de idiomas, nos campi, com atendimento de aproximadamente 800 estudantes de Inglês, Francês, Espanhol, Inglês para pessoas com Síndrome de Down, Português como Língua adicional para Estrangeiros; Testes de proficiência em Língua Inglesa, aplicados para estudantes e servidores, contribuindo para programas de mobilidade internacional; pesquisa; publicação de artigos em parceria com instituições internacionais; cursos a distância; estágio; apresentação de trabalhos em eventos e atividades culturais ou artístico-culturais. 19

Do relato integrado de gestão referente ao ano de 2018, pode-se extrair as seguintes ações ou categorias que contribuem para o desenvolvimento da internacionalização nas Instituições de Ensino, conforme Stallivieri: formação docente no exterior; programa professor visitante; missões institucionais para a prospecção de parcerias; estabelecimento de acordos de cooperação; mobilidade estudantil; fortalecimento do CELLE; aplicação de testes internacionais; publicação conjunta; estágio e Participação em eventos internacionais. Percebe-se assim, a presença do caráter transversal da internacionalização através da aproximação com as áreas finalísticas – ensino, pesquisa e extensão.

Os registros na Arinter (via Portal IFPE) citam as atividades complementares às desenvolvidas em 2018. Além das categorias mencionadas acima, em 2019, houve: mobilidade voltada aos servidores; captação de recursos; formação na área de internacionalização; cooperação acadêmica e adesão ao Programa English Fellow da Embaixada americana.

18 (CONSUPE IFPE. Resolução N° 09 de 31 de março de 2014. Aprova o Relato Integrado relativo ao ano de 2013 do IFPE, 20xx. Recife, 2014. Disponível em: <<https://portal.ifpe.edu.br/o-ifpe/conselho-superior/resolucoes/resolucoes-2014>> Acesso em: 03 de jun. De 2020).

19 (Consup IFPE. **Resolução N° 27 de 30 de Abril de 2019**. Aprova o Relato Integrado relativo ao ano de 2018 do IFPE, 2018. Recife, 2018. Disponível em: <<https://portal.ifpe.edu.br/o-ifpe/conselho-superior/resolucoes/resolucoes-2019>> Acesso em: 03 de jun. De 2020).

Uma questão relativa ao desenvolvimento de ações no eixo de internacionalização no âmbito do IFPE é a normatização presente na Organização Acadêmica, uma vez que sua redação prevê apenas a categoria do intercâmbio estudantil, na modalidade *out*, conforme Artigos 89 e 110, onde está previsto que o estudante egresso de programas de intercâmbio cultural tenha seu certificado ou declaração de estudos submetida à análise da Assessoria Pedagógica do Campus, para fins de classificação no período ou módulo que corresponda ao seu nível de escolaridade, de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais e com o Projeto Pedagógico do Curso.

Percebe-se ainda que na Organização Acadêmica do IFPE não há previsão para a recepção de estudantes estrangeiros nos cursos regulares da instituição, ficando a modalidade de intercâmbio *in* prejudicada e conseqüentemente, a categoria “internacionalização em casa”. Este fato obstrui o processo de internacionalização já que a instituição não conta com a presença de estudantes estrangeiros e tudo o que isto pode trazer para dentro do IFPE em termos de trocas culturais, de conhecimento, aprendizado e respeito à diversidade²⁰.

Mesmo com a necessidade de atualização de vários aspectos das normativas presentes na Organização Acadêmica do IFPE, a Instituição construiu outros documentos, além dos já aqui mencionados que vieram a viabilizar as ações na dimensão da internacionalização, salientando-se que a seleção se deu pela relação com o assunto em estudo, conforme ilustra o Quadro 2 a seguir.

Quadro 2- Documentos do IFPE no eixo da internacionalização

Regimento do CELE (Resolução nº 04/2013).
Programa de Acolhimento ao Visitante (Resolução nº 05/2013).
Normas de revalidação de diplomas estrangeiros (Resolução nº 32/2013).
Processo seletivo de afastamento total para participação em programa de pós-graduação <i>Stricto Sensu</i> e estudo no exterior (Edital 08/2020).
Regulamento de Mobilidade Estudantil Internacional (Resolução nº 26/2019);
Regulamento sobre a concessão de ajuda de custo para Participação de Estudantes em Eventos nacionais e internacionais (Resolução nº 64/2019);

Fonte: Elaborado pela própria autora com base nas Resoluções do Consup/IFPE.

As próximas linhas abordarão aspectos gerais de cada um dos documentos do quadro acima, presentes no Portal do IFPE.

²⁰ (IFPE, **Organização Acadêmica**. Recife, 2014. Disponível em: <<https://portal.ifpe.edu.br/o-ifpe/ensino/documentos-norteadores/organizacao-academica.pdf/view>> Acesso em: 22 de outubro de 2019).

Foi graças à aprovação do Regulamento de Mobilidade Estudantil que o IFPE conseguiu viabilizar duas chamadas para a seleção de estudantes para o desenvolvimento de projetos de pesquisa e extensão nas Instituições parceiras UNIBOL/Bolívia e IPP/Portugal, através da rubrica orçamentária ajuda de custo.

Em relação ao Regulamento que concede ajuda de custo para participação em eventos, mesmo este sendo do ano de 2019, o IFPE já tinha a prática de conceder o auxílio a estudantes pesquisadores e extensionistas anteriormente, incentivando a comunidade acadêmica a participar de atividades científicas dentro e fora do país.

Quanto ao Regulamento do Centro de Idiomas, a Resolução nº 04/2013 está sendo revisitada no momento, para a inserção oficial dos cursos de libras, passando de CELE para CELLE – Centro de Libras e Línguas Estrangeiras e prevendo a possibilidade dos cursos de línguas se transformarem em Cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), voltados à capacitação de estudantes que desejem entrar ou retornar ao mercado de trabalho de maneira mais rápida e eficiente. Uma vez FIC, os cursos trarão recurso a mais vindo do MEC, para o IFPE.

O Programa de Acolhimento ao Visitante permite a estada de estudantes, docentes e pesquisadores em casas de servidores voluntários, o que contribui para otimizar custos, além de promover a aproximação com nossos hábitos e cultura, proporcionando aprendizado da língua portuguesa de maneira mais efetiva.

Normas de revalidação de diplomas estrangeiros vieram a preencher uma lacuna no âmbito da sociedade ao permitir que pessoas que realizaram seus cursos técnicos e superiores de tecnologia fora do país pudessem revalidar seus conhecimentos, vindo a conferir aos diplomas caráter legal para todos os fins, inclusive o do exercício da profissão.

O processo seletivo de afastamento de servidor para fins de participação em programas de pós-graduação *Stricto Sensu* e estudos no exterior se deu em função da necessidade dos IFs atenderem à regra estabelecida pelo MEC, na qual é vedada à instituição o afastamento de mais de 2% de seus servidores para capacitação e/ou formação no Brasil ou no exterior.

Pela falta de normas, a categoria internacionalização em casa fica, portanto, comprometida, visto que tanto a Organização Acadêmica quanto o Regulamento de Mobilidade Estudantil não preveem a entrada de estudantes estrangeiros nos cursos regulares do IFPE, sendo preciso construir um regulamento de mobilidade *in*.

Mesmo que o contexto do IFPE demande maior número de resoluções para a área de internacionalização, os documentos vigentes já abrangem diversos processos, conforme relato

integrado de gestão já comentado. Dentre as resoluções a serem formuladas, pode-se citar o Regulamento de Dupla Diplomação e o Aproveitamento de Créditos cursados em IES estrangeiras.

Dessa forma, conclui-se que a análise documental indica evoluções bem como necessidade de atualizações para trazer a área de internacionalização aos patamares estabelecidos nas diretrizes da política de internacionalização estabelecidas para a RFEPCCT.

Segue o último passo metodológico, que trata da análise da percepção dos membros da alta gestão do IFPE sobre a importância da internacionalização. Serão apresentados os resultados das avaliações a partir de entrevistas semiestruturadas com a participação de vinte servidores, conforme ilustra o Quadro 3 a seguir.

Quadro 3- Entrevistados por segmentos

12	Diretores gerais
05	Pró-reitores
03	Diretores sistêmicos

Fonte: Elaborado pela própria autora (2020)

A primeira pergunta da entrevista semiestruturada buscou extrair dos entrevistados a compreensão do que venha a ser internacionalização de uma instituição de ensino. Para que se visualizem as respostas de forma mais clara, adotou-se a técnica da nuvem de palavras, método de análise que aponta caminhos para o que deve ser observado num texto ou num grupo de textos, conforme ilustra a Figura 6.

Figura 6-Visão dos gestores sobre internacionalização



Como visto na figura acima, para cerca de seis dos participantes da pesquisa, a internacionalização é interpretada como troca de conhecimentos, conforme trechos extraídos

das entrevistas com os membros da alta gestão do IFPE. O entrevistado DG2 narrou o seguinte:

Na minha concepção a internacionalização [é] a troca de conhecimento de uma região no nosso caso, [menciona o Campus] para os alunos do [menciona região] entender[em] como é que funciona uma instituição em outro país, a forma como eles ensinam pra trazer todo conhecimento de lá adquirido para a região para a partir disso ele começa[r] a ter uma concepção do que [é] a nossa instituição, como ela funciona, outra instituição em outro país aí esse relacionamento começa a aumentar os conhecimentos internos da nossa instituição(DG2).

Os entrevistados DG2 e DG4 têm a mesma concepção sobre internacionalização como forma de troca de conhecimentos. O DG4 exemplifica a troca de conhecimentos através da comunicação como facilitador em abrir portas para que se conheça o novo e a partir disso, se usufrua de oportunidades no eixo da internacionalização, provenientes de novos ambientes, novas conexões(íbid):

Eu entendo como uma oportunidade da gente, a partir de extensões, se comunicar com o ambiente externo, com outros países, outras culturas, outras ideias, outras propostas(DG4).

A concepção de que a internacionalização é um processo de troca de conhecimento, seja esse relacionado às atividades acadêmicas ou mesmo às atividades de gestão é defendida por Oliveira (2019), ao afirmar que “o valor da internacionalização como parte do ecossistema universitário é o de gerar redes de conhecimento que promovam um ambiente mais diverso de pesquisa, ensino e inovação” (Oliveira, 2019, p.8). Stallivieri (2017) vai mais além ao esclarecer (íbid):

[...] a possibilidade de aprender e de adquirir conhecimentos sob outra ótica – tendo a oportunidade de ouvir outras opiniões, presenciar outras manifestações culturais e enriquecer a capacidade linguística – seguramente faz a diferença no potencial de conhecimento adquirido. Valor ainda maior está localizado na possibilidade que cada indivíduo tem de poder interagir com um cidadão de outra cultura, que possui outras formas de compreender os mesmos fenômenos, de falar outras línguas e manifestar sentimentos e emoções diante das mesmas descobertas científicas, profissionais ou pessoais, mediante o uso de outros códigos. Essas oportunidades são únicas na vida acadêmica de um estudante ou de um professor universitário e devem ser valoradas e legitimadas como manifestações educativas de alta grandeza.(STALLIVIERI, 2017, p.53).

Assim, constata-se que a concepção de internacionalização como troca de conhecimento presente nas falas dos entrevistados DG2 e DG4 está de acordo com o que preconizam os pesquisadores Oliveira (2019) e Stallivieri (2017).

Ainda com relação à pergunta de número 1, o painel da nuvem de palavras traz a globalização como segunda categoria extraída a partir das respostas dos entrevistados sobre a

compreensão do conceito de internacionalização de uma instituição de ensino, conforme o extrato da fala do DG1(íbid).

Para mim a internacionalização é uma política do qual se prepara pra enfrenta [r] os desafios desse mundo globalizado, em seus processos finalísticos, no ensino, na pesquisa e extensão, não se limitando apenas a intercâmbio, mas também a programas de cooperação e melhorias (DG1).

O entrevistado DG3 também partilha da mesma visão defendida pelo DG1 acerca do entendimento sobre internacionalização de uma IES ao mencionar que a era da globalização facilita a troca de ideias nos eixos de ensino, pesquisa e extensão:

Para mim a internacionalização é quebrar barreiras. Vai do local, tanto na área de ensino pesquisa e extensão; a gente vive hoje na globalização, então essa troca de ideias na área de ensino, de pesquisa, de extensão, de inovação, entre mundos às vezes diferentes (DG3).

Nessa dimensão, Rumbley (2015), em seu artigo “A internacionalização inteligente: uma questão imperativa do século 21”, traz a internacionalização nos dias de hoje como um meio de resposta à globalização, assim como um instrumento para alavancar a qualidade das IES afetadas pelo cenário da economia do conhecimento global. Segundo a autora, ainda estamos em ascensão quanto à forma com que avaliamos o ensino superior de qualidade a partir da adoção de estratégias de internacionalização.

Partiu-se da posição de Rumbley, no tocante à internacionalização como ferramenta para alavancar a qualidade das IES, principalmente quando estas adotam estratégias para se beneficiar das ações promovidas a partir das áreas finalísticas. No âmbito do IFPE, as estratégias de internacionalização traçadas no PDI, foram pensadas a partir da avaliação das ações da gestão anterior e das necessidades da comunidade acadêmica para o próximo quadriênio.

Nesse contexto, o PDI para o período de 2020-2023 traz objetivos que visam não apenas fortalecer as ações consolidadas, mas também preencher as lacunas que ainda restam para a promoção de um maior número de ações, principalmente aquelas relacionadas à internacionalização em casa. Os referidos objetivos são: 1. Incrementar a política de internacionalização através da ampliação da rede de convênios e parcerias com IES estrangeiras; 2. Fortalecer as ações de intercâmbio e mobilidade acadêmica a partir da regulamentação do envio de servidores e recepção de estudantes; 3. Fomentar a proficiência em língua estrangeira da comunidade do IFPE através do fortalecimento e ampliação das atividades do CELLE; 4. Contribuir para a internacionalização da pesquisa através do intercâmbio com pesquisadores de outros países e do desenvolvimento de publicações

conjuntas com IES estrangeiras; 5. Contribuir para a internacionalização do ensino a partir da oferta do programa de dupla diplomacia²¹

Dando continuidade às análises, a categoria meio e não fim, sobre internacionalização de uma IES, surge nas falas de dois dos gestores. Para os entrevistados DG5 e DG8 respectivamente, a internacionalização é tida como um meio de melhorar e fortalecer as atividades finalísticas, aproximando servidores e estudantes das boas práticas desenvolvidas pelas instituições estrangeiras

Eu entendo como todos os processos que possam permitir o intercâmbio, a comunicação, a relação entre a instituição com os órgãos internacionais, isso no processo de formação inicial de todos os segmentos que compõem o IFPE, permitindo o avanço de nossas estruturas e uma comunicação efetiva no campo das relações que possam fazer com que nós atinjamos os nossos objetivos no campo de ensino, da pesquisa, da extensão e da inovação. Nessa perspectiva vejo como sendo fundamental os movimentos referentes à internacionalização(DG5).

Eu entendo que é uma forma de inserir a instituição para os docentes e servidores em geral e estudantes, com outras instituições, fortalecendo tanto o ensino, quanto a pesquisa e a extensão (DG8).

De Wit (2011) e Night (2012) se aprofundam sobre a questão ao afirmar que a internacionalização não é um fim em si mesma, no entanto, Night (2012) vai mais além ao enfatizar que a internacionalização enquanto processo significa percebê-la como um meio para se atingir um fim e não uma finalidade em si mesma. Nesse sentido, Van der Vend (1997) apud Coura, (2017) concorda com Knight ao afirmar que a internacionalização não é um fim em si, mas um meio para se desenvolver a educação superior, enfatizando a visão de que a internacionalização é uma resposta à globalização, abordando a necessidade de inovação e de novos esforços em busca de uma instituição internacionalizada.

Com vista a buscar a internacionalização da instituição, cabe aqui pensar meio enquanto processo para se atingir os objetivos. É do que trata os entrevistados DS1 e PR2 em suas falas sobre o conceito de internacionalização de IES:

A internacionalização é o conjunto de processos, de trocas e de experiências, de ações e parcerias entre a instituição e outras instituições de outros países, com objetivos diversos, desde se obter trocas culturais até o desenvolvimento das missões institucionais em parceria e trocas de experiências do que acontece na Bolívia por exemplo e instituições que fazem atividades semelhantes as nossas e oportunizar para a nossa

²¹PORTAL IFPE. **Planos de gestão dos candidatos**, 2019) Disponível em: <<https://portal.ifpe.edu.br/o-ifpe/conselho-superior/eleicoes2019/candidatos>>. Acesso em: 02 jan. 2020.

comunidade a entrada de outras culturas na nossa comunidade pra que as boas práticas não obedçam às fronteiras dos países (DS1).

Ainda de acordo com o DS1, a troca de experiências promovidas pelos processos desenvolvidos na instituição, permite conhecer as ações exitosas de outras IES, proporcionando a entrada de boas práticas voltadas às necessidades da comunidade do IFPE.

Outro entrevistado que trouxe o conceito de internacionalização de forma aproximada à categoria meio e não fim, ou seja, enquanto processo, foi o PR2

Acho que a internacionalização pode ser definida como todo o processo em que a instituição entre em contato de alguma maneira, seja no ensino, na pesquisa, na inovação, na extensão, com instituições que estão fora do nosso país, em todos os tipos de acordo, cooperação, convênio, intercâmbio e mobilizações de todas as formas e maneiras desde que sejam acadêmicas (PR2).

Do ponto de vista do PR2, a internacionalização deve estar amparada sob o viés da institucionalização das ações, em prol da comunidade e não como uma ação isolada, fragmentada, de um ou dois servidores. Esse entendimento contribui para o fortalecimento do setor uma vez que confere maior visibilidade e robustez ao que vem sendo desenvolvido.

Nesse sentido, Coura (2017, p. 2) tece crítica ao fato de a internacionalização ser vista como uma atividade isolada e não como um processo formalizado institucionalmente, pertencente ao planejamento da gestão

A internacionalização das IES é definida, muitas vezes, como uma atividade isolada ou um conjunto de atividades, tais como mobilidade e intercâmbio de estudantes e docentes, educação à distância, programas de educação mercantilista entre instituições de ensino superior, adaptação curricular (COURA, 2017, p. 2).

Knight (1993) também rejeita a ideia de que a internacionalização é vista como atividade isolada e a conceitua como um processo no qual se integra uma dimensão internacional/intercultural ao ensino, à pesquisa e aos serviços de uma instituição.

Na nossa ótica, a dimensão internacional/intercultural inserida nas áreas finalísticas, assim como nos serviços das IES contribui para um cenário de internacionalização onde ações institucionalizadas atuam como base na efetivação de uma política cada vez mais consolidada local e globalmente.

Ainda no contexto de desenvolvimento da internacionalização enquanto atividade isolada, os entrevistados DG12, DS2 e DS3 ilustram bem a questão ao trazer suas falas atreladas apenas à oferta de intercâmbio e mobilidade acadêmica:

Acredito que a internacionalização é a possibilidade de intercâmbio entre servidores e estudantes que possam ir e vir (DG12).

O conceito de internacionalização pressupõe sempre os acordos e parcerias entre instituições que visam o acolhimento de mobilidade, seja mobilidade acadêmica ou seja no sentido de acolhimento de público de outras instituições (DS2).

Acho que o objetivo principal dessa internacionalização é abrir novos horizontes tanto para os estudantes, como os servidores que buscam esses convênios, esses intercâmbios com outros países e outras escolas (DS3).

Resumir as ações do setor de internacionalização à mobilidade acadêmica e intercâmbio demonstra uma visão minimalista do gestor em relação ao que vem sendo realizado no âmbito do IFPE, principalmente quando o eixo internacionalização entra na Cadeia de Valor da instituição como um macro processo gerencial, conforme evidenciado ao longo desse texto dissertativo.

Sobre esse assunto, o estudo de Ramos (2017), sobre a internacionalização da pós-graduação no Brasil, mostra a predominância de um entendimento acerca da internacionalização orientada a atividades. No caso do IFPE, a mobilidade estudantil é vista como principal estratégia para impulsionar as atividades internacionais.

O painel das categorias também trouxe a questão da política na opinião de dois dos entrevistados. Como visto anteriormente, a RFEPCCT tratou de elaborar e implementar a Política de Internacionalização para que sirva de norte aos IFs. Não há dúvida de que sem a existência dessa política as IES não conseguem avançar muito, uma vez que é a política que dita as diretrizes para o desenvolvimento das iniciativas propostas pela comunidade acadêmica. Inclusive, de tão relevante, o MEC utilizou a construção e aprovação da Política de Internacionalização no Conselho Superior, como critério para que as IES participassem do Programa Institucional de Internacionalização (PRINT).

Ao se referir ao acesso às políticas positivas e de sucesso de IES mais avançadas, localizadas no exterior, o DG9 reforça a ideia de que experiências exitosas desenvolvidas por outras IES no estrangeiro podem agregar valor às práticas do IFPE:

É uma ferramenta muito importante onde as pessoas envolvidas buscam uma integração comum do exterior, envolvidos na globalização na perspectiva de abrir horizontes e de quebrar paradigmas de seguir algumas políticas positivas e de sucesso que acontecem em instituição de ensino onde estão bem mais avançadas que nós nesse sentido. Eu entendo ser muito positiva a internacionalização do ensino seja em que nível for (DG9).

Mesmo concordando com a opinião do DG9, de que deve-se ter acesso às políticas exitosas de outras IES para que se possa aprimorar os processos, é pertinente observar que nem toda política de sucesso implantada por uma IES estrangeira irá se adequar ao contexto da realidade de nossa IES. Para Knight (2012), é preciso respeitar as questões locais para que a dimensão internacional não se sobreponha ao contexto local. A autora chama a atenção para

o fato de que a não observação a essa verdade pode conferir um caráter hegemônico à internacionalização.

Nesse sentido, o entrevistado DG10 insere a internacionalização voltada às questões educacionais desenvolvidas nos âmbitos local e mundial, demonstrando reconhecer a importância de se valorizar os processos locais ora implementados no IFPE, de forma exitosa:

Acho que é fundamental para trabalhar as questões educacionais, tanto locais quanto no âmbito Mundial, a gente saber que um processo de internacionalização no meio de ensino, no instituto de ensino, pesquisa e extensão, as três áreas devem ser contempladas. Isso reforça o entendimento das áreas (DG10).

O DS1 fez menção à troca cultural a partir da socialização de boas práticas e mencionou a iniciativa do IFPE para o envio de estudantes à Universidade Indígena da Bolívia. Ao citar troca cultural, o gestor reconhece a importância da aquisição de outras culturas e ressalta que o intercâmbio de boas práticas não precisa obedecer às fronteiras dos países. Em outras palavras, a cultura adquirida através da participação de programas, projetos e demais ações, está intrinsecamente ligada ao reconhecimento das culturas como um todo e não de uma cultura hegemônica. Segundo Knight (2008), são quatro as razões que guiam a internacionalização das IES: sociais/culturais; políticas; econômicas e acadêmicas. Dentro das razões culturais há a busca pela identidade cultural nacional e pelo entendimento intercultural.

O PR3 embora ressalte a necessidade de se ofertar formação cultural para estudantes e servidores, se limita exclusivamente a este entendimento sobre internacionalização de uma IES, deixando de fora as demais possibilidades advindas do processo de internacionalização

Entendo que a internacionalização é um processo muito importante tanto para os estudantes quanto para os servidores, porque ele permite que os servidores e os estudantes participem e recebam uma formação completa cultural. Então, acredito que o processo de internacionalização é muito importante para essas duas áreas (PR3).

Percebe-se a relevância da cultura como forma de enxergar o outro e aprender a conviver com as diferenças de maneira pacífica. Isso ocorre quando identificam-se características para além do comportamento e coisas perceptíveis com os cinco sentidos, conforme demonstrado na Figura 7a seguir.

Figura 7- Iceberg cultural



Fonte: Portal Siteware. Acesso em: 04/03/2019. Disponível em: <<https://www.siteware.com.br/gestao-estrategica/como-implementar-cultura-organizacional/>>

Em continuidade às análises das categorias, o tema cooperação internacional surgiu no depoimento do DG7 ao referir-se à internacionalização como forma de estreitar relacionamentos com povos de outras nações, assim como na fala do DG1, ao fazer menção à internacionalização enquanto programa de cooperação, fala esta aqui já citada

Tentando expandir e estreitar os relacionamentos para fora do nosso país. Então, na minha visão, quando se fala de internacionalização, eu penso que a gente trabalha focando em estreitar relacionamentos, experiências, com povos de outras nações e eu acho muito importante (DG7).

Estreitar os relacionamentos na área de internacionalização significa aproximar as IES, com vistas ao desenvolvimento de ações conjuntas, frutos de parceiras institucionais. Nessa perspectiva, a UNESCO (1998) já havia se pronunciado acerca da cooperação internacional como missão das IES, ao sugerir que estas criassem estruturas e mecanismos adequados de expansão da área, inserindo-a na missão institucional. (UNESCO, 1998)

Nesse contexto, Stallivieri (2004), defende que o correto funcionamento e a correta atuação do setor de relações internacionais está atrelado às metas estabelecidas pela IES. Para

isso é preciso que as responsabilidades estratégicas e executivas do referido setor estejam definidas com clareza:

A cooperação, para ser efetiva, requer, portanto, a organização de departamentos voltados para o desenvolvimento do processo de internacionalização institucional. Essa ideia reforça a necessidade de uma gestão planejada e coordenada, que precisa fundamentar-se em observatórios permanentes dos componentes da sociedade e em estudos prospectivos, a fim de orientar a cooperação. Desde a sua concepção, passando pela execução, até chegar à avaliação, a cooperação precisa contar com a atuação de profissionais capacitados e qualificados no assunto, se não quiser se voltar para um processo passado de modelo de gestão. Torna-se necessário não somente reafirmar que os atores locais (administradores, coordenadores e promotores) da cooperação têm a responsabilidade principal de conceber e formular proposições de mudança e de implementação das etapas do processo de internacionalização, mas também de se apoiar em expertos locais, nas diferentes etapas do processo (STALLIVIERI, 2004, p. 41).

A autora ainda reforça a importância da cooperação internacional para a melhoria da qualidade do ensino e da pesquisa, que juntos colaboram para o desenvolvimento do país e consequentemente para uma melhor qualidade de vida das populações (STALLIVIERI, 2002). Em consonância com Stallivieri, o PR1 define internacionalização como estratégia para a qualificação do ensino

Sobretudo é pensar no ensino como uma área estratégica. A gente percebe que por meio da internacionalização, considerando que além de ser uma área estratégica, ela perpassa todas as áreas do conhecimento, dentro do ensino ela corta esse ensino de maneira transversal, cortando todas as áreas de conhecimento, dando mais robustez nesse ensino e qualificando o ensino (PR1).

Percebe-se que a cooperação não somente melhora os resultados da pesquisa e a qualidade do ensino, mas também impulsiona as atividades de extensão, inovação, empreendedorismo e inclusão. Como exemplo, pode-se citar dois produtos, frutos das ações de internacionalização desenvolvidas no IFPE. Um dentro da inclusão e outro dentro da inovação/inclusão. O primeiro é a oferta de cursos de língua inglesa para pessoas com síndrome de down e o segundo, o desenvolvimento de uma bengala eletrônica para pessoas com baixa visão. Este último concebido por uma estudante do curso de engenharia, participante do programa de mobilidade no Instituto Politécnico do Porto – IPP, instituição parceira do IFPE.

Um outra categoria extraída das análises a partir das respostas às entrevistas foi mencionada pelo DG6, o qual restringiu o entendimento sobre internacionalização à infraestrutura, demonstrando uma visão restrita do que venha a ser o processo e sua contribuição para a instituição:

É quando a gente tem alguns segmentos de nossa instituição, algum corpo diretivo que trate diretamente dos assuntos concernentes ao âmbito de nossa instituição, com abrangência em outras nações, seja[m] ela[s] próxima[s] ou distante[s] (DG6).

É verdade que sem a estrutura física de um escritório disponível o trabalho torna-se impossível de ser realizado, porém há de se cuidar para que haja a integração das demais estruturas que lidam direta ou indiretamente com os processos de internacionalização da instituição, a citar as estruturas administrativa, acadêmica, pedagógica e organizacional.

Como penúltima categoria elencada a partir da questão de número 1, tem-se a aquisição da cultura global para atuar na cultura local, com foco no mundo do trabalho, colocado pelo PR5:

Eu acredito que seja de suma importância para que os nossos estudantes consigam vivenciar como é a prática dessa parte técnica, mesmo no nosso ensino, nos demais países; e também a parte cultural, que principalmente nessa parte mais industrial, aí a importância desse conhecimento, porque quando a gente chega no mercado de trabalho, a gente se depara não só com a cultura local, mas a cultura dessas empresas que são multinacionais, que aqui no nosso estado tem muito e muitos dos nossos estudantes vão pro mercado de trabalho e vão trabalhar nessas empresas; então, hoje eu vejo e vendo a minha trilha profissional, desde quando eu fui estudante da escola técnica e trabalhando nas indústrias nacionais, eu vejo a importância da internacionalização pra um ensino e superior também (PR5).

O entrevistado PR5 ao refletir que o mundo do trabalho no cenário atual, clama por um novo profissional, com preparo para atuar em ambientes pluri e multiculturais, comunga com a visão de Stallivieri (2017), a qual ressalta que a formação dos cidadãos para o mercado de trabalho deve estar pautada no desenvolvimento de competências globais, no domínio de línguas estrangeiras e na interação com outras culturas.

Para finalizar a primeira etapa das análises, são apresentadas as duas últimas categorias mencionadas na coleta de dados, a acreditação e a captação de recursos, ambas citadas pelo PR4. Para muitas IES, a internacionalização tem início pela mobilidade, como outrora. Para o entrevistado PR4, a internacionalização no Brasil é frágil porque o país não possui um sistema robusto de acreditação que permita validar os estudos realizados durante os programas de mobilidade. O gestor também faz menção à captação de recursos, como ferramenta para alavancar o processo de internacionalização

Vai depender muito da concepção de educação profissional e de educação superior que você tenha. A gente vê que no cenário internacional há uma busca por um processo de internacionalização muito pela via do mercado. A gente vê países em parte da educação profissional, como a Austrália se destacando na captação de recursos e de estudantes, mas também na educação superior a gente vê os Estados Unidos, a Nova Zelândia e a própria Austrália sendo os protagonistas nesses processos. No caso, nós entendemos

que a internacionalização está sempre vinculada a uma questão que o Brasil ainda não tem e falta muito a trilhar, que é mobilidade, porque nós não temos instalados no país robustos sistemas de acreditação, então, a internacionalização fica muito fragilizada (PR4).

No que diz respeito ao primeiro ponto mencionado pelo PR4, o Brasil apresenta dificuldade de posicionar internacionalmente o sistema da garantia de seus programas, via acordos de reconhecimento mútuo de títulos e da acreditação internacional. No entanto, recentemente, foi aprovado pelo Conselho Nacional de Educação - CNE (2016) a Resolução nº 03 de junho de 2016, que determinou os novos procedimentos para revalidação de diplomas de cursos de graduação e reconhecimento de diplomas de pós-graduação *stricto sensu* expedidos por estabelecimentos estrangeiros de ensino superior, desburocratizando muitos dos trâmites existentes. (Resolução nº 03 CNE, 2016)

No âmbito do IFPE, a Resolução nº 32/2013 dispõe sobre Revalidação de Diplomas e Certificados de Cursos Técnicos e Superiores de Tecnologia expedidos por instituições de ensino estrangeiras, pelo IFPE, no entanto a Organização Acadêmica necessita ser revisitada para que venha a permitir aos estudantes estrangeiros cursar componentes curriculares no IFPE e assim, através da via de mão dupla, fortalecer as parcerias firmadas e se abrir para o mundo.

Quanto ao segundo tópico citado pelo PR4, captação de recursos, embora os IFs não demonstrem muito *know-how* no assunto e embora a Política de internacionalização estabelecida em 2009, pelo Forinter não tenha contemplado captação de recursos em suas linhas de ação, a Política revisitada em 2017 tratou da aproximação da Rede Federal com agências de fomento nacionais e internacionais:

A Rede Federal se propõe a se aproximar das agências de fomento nacional e internacional no sentido de tecer diálogos promotores de consolidação de projetos e captação de recursos para permitir que se refere à cooperação internacional, a captação de recursos para promoção das ações que propostas sejam implementadas, não tendo como única fonte de recurso a matriz orçamentária proveniente da SETEC/MEC²².

Nesse sentido, a SETEC/MEC (2018), através da aplicação de questionário estruturante, levantou o status das estruturas administrativas do setor de internacionalização das instituições pesquisadas e trouxe como item analisado, a captação de recursos. Na Tabela 4 a seguir, se pode observar o quadro de referência, comprovando o baixo número de captações, considerando as quarenta e uma instituições da RFEPCT:

22 (Política de Internacionalização da Rede Federal. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/relacoes-internacionais/Documentos/politica-de-internacionalizacao-da-rede-federal/view> Acesso em: 17 de jan de 2020)

Tabela 4 - Captações realizadas entre 2015-2017

Fundos/Recursos	Origem	Valores
Edital/Bolsas	FAPEMIG	R\$50.000,00
Santander Universia	Banco Santander	R\$20.000,00
FAPERJ	Edital 10/2013	R\$118.000,00
ACA	EU	€4.000,00
Brafitec	CAPES/CDEF	R\$800.000,00
Erasmus+	União Europeia	€54.000,000 (Total €1.000.000,00) R\$202.500,00 (Total R\$3.750.000,00) Engenharia Civil Inglês
PCSF	Apoio ao Programa Ciência Sem Fronteiras - FAPEMA	R\$149.850,00
ASSINT	Edital FAPEMA de Apoio às Assessorias Internacionais FAPEMA	R\$29.993,35
PROEXT 2015	MEC	R\$99.000,00
Edital Fapes	Fapes	R\$40.000,00

Fonte: levantamento com as instituições vinculadas ao Conif, de 2015-2017, com respostas de 100% delas

Os resultados do levantamento destacam que apenas 6 das 41 instituições captaram recursos externos e que não se pode precisar o motivo de tão baixa captação. Possíveis causas são o desconhecimento dos gestores das pastas de internacionalização sobre os procedimentos de captação, falta de informação sobre editais, dificuldade para a construção de projetos, entre outros.

Dentre os vários pontos emergentes durante o levantamento inicial das entrevistas, um chamou atenção nas falas dos gestores participantes. O fato de que sete entrevistados dos vinte entrevistados registraram o caráter transversal da internacionalização ao se referirem às áreas finalísticas enquanto estratégicas para o deslançar da internacionalização. Esse foi o caso do DG10, que em sua fala colocou que:

O investimento institucional na aquisição do conhecimento via ensino, pesquisa e extensão reforça o entendimento das áreas formativas, possibilitando ganhos nas três áreas finalísticas do IFPE (DG10).

Enfatiza-se a relevância da interface que a internacionalização pode manter com as áreas finalísticas, porém, a gestão também deve usufruir dos benefícios que a internacionalização proporciona, vindo a fortalecer sua identidade institucional, conforme ressaltou Sebastián (2004) ao relacionar (2004) a mudança cultural provocada pela internacionalização na instituição ao fortalecimento da identidade institucional e ao aprimoramento na qualidade do ensino, pesquisa, extensão e gestão. (Sebastián, 2004)

Entende-se que a internacionalização está para além do ensino, pesquisa, extensão e gestão; ela perpassa a inovação, o empreendedorismo, a inclusão, e se usada para a promoção

de uma mudança cultural pode conferir uma maior robustez à identidade da instituição, conforme destacou Sebastián acima. No entanto, a mudança cultural sugerida pelo autor requer tempo, envolve vários atores e demanda a execução de ações coordenadas, como posto em Gramsci (1995 apud MARTINS, 2008)

Criar uma nova cultura não significa apenas fazer individualmente descobertas ‘originais’, significa também, e, sobretudo, difundir criticamente verdades já descobertas, socializá-las por assim dizer; transformá-las, portanto, em base de ações vitais, em elemento de coordenação e de ordem intelectual e moral (GRAMSCI, 1995 apud MARTINS, 2008, p. 140-141).

Na sequência, vem a análise da visão dos vinte gestores do IFPE a respeito da internacionalização no âmbito da RFEPCT. Para isso, foi elaborado um quadro sintetizando as respostas dos entrevistados, de forma a dar maior objetividade às colocações (Quadro 4).

Quadro 4- Visão dos gestores sobre internacionalização na RFEPCT

Respostas	Quantidade/Cargo
Processo em construção	08 (DG1, DG5, DG7, DG9; DS2; PR1, PR2, PR3)
Pouco conhecimento a respeito (não se manifestou)	04 (DG7, DG12; DS1, DS3)
+ Mobilidade estudantil e de servidor	03 (DG4, DG8, DG10)
- Área carente de investimento	02 (DG5, DG10)
+ Mobilidade estudantil out	01 (DG3)
+ Mobilidade estudantil in	01 (PR4)
+ Prospecção de parcerias	01 (DG2)
- Cultura da internacionalização	01 (DG6)
- Staff para o setor	01 (PR1)
+ Investimento em centros de línguas	01 (PR1)
+ Apoio do CONIF	01 (PR5)

Fonte: Elaborado pela autora com base nas respostas dos entrevistados

Para responder à questão da internacionalização na RFEPCT, alguns gestores se valeram daquilo que vivenciam no próprio IFPE, como se verificará durante a leitura dos textos de transcrições, embora 04 deles tenham declarado de pronto não conhecer as iniciativas da Rede como um todo. Isto foi surpreendente, visto que a Rede promove todos os anos a REDITEC, espaço para a socialização de experiências exitosas, inclusive na área de internacionalização onde todos os membros da alta gestão são convidados a participar.

Os DG1, DG5, DG7, DG9, DS2, PR1, PR2 e PR3 opinaram que a internacionalização da RFEPCT está em processo de construção. Isto significa que os entrevistados reconhecem a existência de iniciativas no eixo da internacionalização, mas que ao mesmo tempo, sabem que há um caminho pela frente para a sua consolidação

Eu avalio que é um processo que está em construção. Nós temos algumas unidades que estão bastante avançadas. É um processo importantíssimo para o sucesso (DG1).

Eu entendo que ainda estamos bastante insipientes. Durante o governo Temer, que foi iniciado o processo de internacionalização das instituições pertencentes à Rede Federal. Talvez tenha sido um pouco tardia essas ações mas é sinal de que a Rede acordou para a necessidade, para que todos os 38 institutos que compõem a Rede Federal tenham despertado da importância dessa ferramenta de globalização que é a internacionalização. Assim como as outras instituições, nós da Rede não podemos ficar fechados no universo nacional; nós temos que buscar outras fronteiras, abrir novos horizontes e com isso aprender novos conhecimentos (DG9).

O DG1 ao se referir a unidades bastante avançadas, fez menção ao status de internacionalização dos diferentes IFs que compõem a RFEFCT, o que de fato ocorre e inclusive, já foi relatado nesse estudo. É possível conferir o grau de internacionalização de cada uma das unidades acessando o Levantamento das Ações de Internacionalização da Rede Federal Profissional e Tecnológica e Resultados do GT de Políticas de Internacionalização, realizado pela SETEC/MEC, (2018).

Nesta pesquisa, foi informado que a iniciativa do Programa Ciência sem Fronteiras surgiu no Governo Dilma Rousseff e foi a mola propulsora para aquecer o processo de internacionalização das IES, principalmente dos IFs. O DG9 se equivocou ao defender que a internacionalização teve início durante o Governo Temer.

A categoria mobilidades surgiu nas falas de 4 dos gestores ao se reportarem à internacionalização no âmbito da RFEFCT. Foram citadas as 2 modalidades de mobilidade, a *in*, que é aquela onde a IES recebe estudantes/professores e a *out*, quando a IES envia estudantes/professores para o exterior. No caso dessa última modalidade, estudantes e servidores seriam contemplados nas chamadas e/ou editais, de acordo com os entrevistados DG3 e DG4:

Eu acho que é um diferencial das instituições públicas ter a internacionalização. A gente vê muita divulgação também na rede estadual que tá fazendo esse trabalho, mas a gente já vinha fazendo. A gente tem a realidade no Campus, de alunos que fizeram já a internacionalização no Chile, na Argentina e que trouxe grande ajuda para esses alunos, também para a instituição ter um olhar diferente (DG3).

Vou falar no IFPE, onde há 9 anos faço parte, estou presente e observo que houve uma elevação de oportunidades para estudantes, principalmente agora em 2019, além disso, não só pros estudantes, mas também para os professores (DG4).

Já o PR4 se posiciona a favor da recepção de estudantes, como na modalidade de mobilidade *in*, conforme explicitado abaixo

[...] eu acho que essa coisa de enviar é boa mas de trazer é melhor ainda porque os outros países ninguém fala, [como] os Estados Unidos, que vai mandar alguém pra Europa. Eles ficam entre eles mesmos, ali nas melhores

universidades. Claro que tem todo um intercâmbio mas sempre a ideia da internacionalização é você trazer mobilidade (PR4).

Fica enfatizado mais uma vez que a mobilidade é vista por muitos como a atividade de maior destaque dentro da área de internacionalização. Isso porque durante muitos anos as IES investiram e ainda investem nesse segmento. No início era a mobilidade *in* com a recepção de pesquisadores estrangeiros tendo como finalidade alavancar a pesquisa; depois os governos passaram a investir em políticas voltadas ao intercâmbio e à mobilidade *out*.

Na fala do PR4 sobre mobilidade, há menção aos países mais ricos, como os Estados Unidos, que, na visão do entrevistado, não precisam enviar estudantes para fora por já possuírem as melhores IES. Na verdade, vemos esses países de primeiro mundo praticando mais a mobilidade *in* por assegurar às suas IES retorno financeiro. É a mercantilização do ensino, política que as IES públicas brasileiras não adotam. Ao invés disso, as IES brasileiras seguem o modelo de cooperação horizontal, que segundo Morosini (2011), tem base na solidariedade e na consciência internacional, se opondo ao modelo tradicional de cooperação internacional, no qual o mercado tem o domínio dos princípios.

Caso o governo Bolsonaro decida alterar a política vigente, deverá encontrar resistência de diferentes segmentos da sociedade. Já houve-se falar em um alinhamento desse governo com o Banco Mundial, cuja política define o financiamento da Educação Superior pública em 70% do fundo público e 30% de outras fontes privadas (mensalidades, vendas de serviço, consultorias, etc.). Já para a Unesco, o financiamento das IES deve ser misto – público e privado, no entanto, de responsabilidade do estado. No contexto brasileiro, o ideal é que o país cumpra os 10% do PIB, previstos no Plano Nacional de Educação (PNE).

Dando seguimento às análises, ainda sobre a internacionalização da RFEPCT, dois dos entrevistados se referiram ao setor como uma área carente de investimento, inclusive de recurso financeiro para promover as ações. Para o DG5 é preciso que haja investimento:

Eu avalio como processo em desenvolvimento que requisita maior aporte de investimentos. Entendo que é fundamental. É necessário para o crescimento da instituição. Para isso é necessário um olhar preciso, um olhar de investimento no campo da internacionalização (DG5).

De acordo com o levantamento do Grupo de Trabalho SETEC/MEC, Portaria nº 25 de 6 de julho de 2017, instituído para pensar uma proposta de política de internacionalização para a Rede, 27 do total de 41 IFs destinaram recurso para este fim, extraídos da matriz orçamentária. Ainda, 53% desse recurso ficou com os dois CEFET's e 47% foi destinado aos demais IFs. Isso se deu devido ao histórico de internacionalização de duas décadas dos dois CEFET's aqui citados, e do expressivo desenvolvimento de programas de pós-graduação

Stricto Sensu. No IFPE, o setor de internacionalização, até o momento, não possui orçamento próprio para executar as ações de seu planejamento.

Em se falando em investimentos, o PR1 reconhece o fato de a Rede está promovendo os Centros de Línguas, no entanto chama atenção para a carência de staff lotado nos setores responsáveis por promover as ações de internacionalização

[...] inclusive tem esses links nos Campi e esses links atuando de maneira fortemente e fortalecendo também os CELLEs. Eu vejo que a gente vem melhorando porque um outro desafio que vejo que a gente precisa trabalhar é tentar fazer com que aquele estudante perceba a necessidade de você dominar mais de um idioma pra vida dele pessoal e profissional, então, na Rede a gente percebe que isso vem crescendo muito, embora a gente saiba que precisa bastante ainda de investimento (PR1).

[...] a gente ainda identifica uma precariedade em termos de recursos humanos, principalmente porque muitas vezes a internacionalização fica no âmbito de uma pessoa para dar conta de tudo, então, a gente acredita que precisa ter esse investimento de pessoas, não é só recursos financeiros, mas sobretudo de pessoas pra gente continuar avançando (PR1).

O PR1 está na gestão há 4 anos e pôde ver o MEC lançando as 2 chamadas NOVA/SETEC/MEC, além das chamadas do PDPI, com o objetivo de capacitar docentes de língua inglesa para atuar nos centros de línguas. As referidas chamadas viabilizaram a participação de 17 docentes de língua inglesa do IFPE, o que veio a contribuir para o fortalecimento dos centros de línguas no âmbito da instituição. No IFPE, o CELLE está presente em quase todos os Campi e oferta cursos não apenas de língua inglesa, mas também língua espanhola, francesa e português para estrangeiros.

Ainda sobre a fala do PR1, a questão do staff reduzido não é uma realidade para toda a Rede. O IFPE, até janeiro de 2020, não possuía técnico-administrativo lotado no setor e nem estagiário, no entanto, 29 IFs, cerca de 71%, já contam com um técnico administrativo atuando no setor, de acordo com o levantamento da SETEC/MEC, (2018).

Para o DG2, a internacionalização promovida pela RFEPCT tem a ver com a prospecção de parcerias voltadas à mobilidade estudantil:

[...] apenas a partir de agora, desse ano, começou a ter determinados conhecimentos e como ia ser feita, através de edital, porque estava tendo contato com outras instituições de ensino, de outros países, para tentar fazer um estreitamento e relacionamento. Então, nesse primeiro momento o que eu estou sabendo é que está tendo esse contato de relacionamento pra entender qual é a instituição lá fora que pode dar suporte aos nossos alunos (DG2)

Ficou claro na fala do DG2 que ele estava se referindo às tratativas que andaram ocorrendo durante as missões internacionais do IFPE para prospectar parcerias em Portugal, Espanha e Bolívia, com o objetivo de promover chamadas de mobilidade estudantil. Nesse

sentido e a título de informação, o levantamento da SETEC/MEC realizado no período de 2015 a 2017, concluiu que foram firmados um total de 504 MOUs e/ou acordos, no entanto, apenas uma parte destes resultou no desenvolvimento de alguma ação no eixo da internacionalização.

Outro tema que veio à tona foi a questão da cultura da internacionalização. O DG6 usa a palavra “distanciamento” para expressar sua preocupação com a falta de entrosamento entre as coordenações, entre os setores da instituição, ora se referindo à Rede, ora se referindo ao seu Campus:

Eu analiso ainda de uma forma muito distante porque mesmo eu tendo visto alguns trabalhos dentro da nossa instituição, mas eu vejo ainda como carência e um distanciamento muito grande dos órgãos, ou seja, das coordenações competentes, com as próprias instituições de ensino, ou seja, isso eu falo diretamente relacionado com meu campus, com os outros eu não sei se existe esse distanciamento, mas particularmente eu vejo (DG6).

Entende-se que a falta de envolvimento daqueles que estão frente à gestão do Campus, respondendo pela administração, ensino, extensão, pesquisa e inovação pode ser um entrave ao processo de internacionalização. Quando a gestão sistêmica pensa estratégias para aproximar, não só os gestores responsáveis pelas referidas pastas nos Campi, mas toda a comunidade acadêmica, das ações promovidas pelo setor, há a facilitação de aos poucos, a cultura da internacionalização comece a surgir e assim passe a fazer parte do cotidiano da instituição. Conforme um dos objetivos da Política de Internacionalização da RFEPCCT:

Institucionalizar a cultura da internacionalização como tema transversal no âmbito das instituições de ensino profissional e tecnológico, de maneira que as discussões permeiem, além da cooperação e mobilidade, a discussão de currículos, pesquisa, avaliação, certificação profissional, acreditação, extensão e gestão administrativa (IFPB, 2017)²³.

Ainda em relação à fala do DG6, falta clareza quanto às políticas de governo na esfera da internacionalização da educação. Nesse sentido, Helmes e Rumbley (2016) apresentam cinco grandes áreas voltadas às iniciativas nacionais de internacionalização, norteadoras das políticas institucionais: a mobilidade estudantil; a colaboração entre pesquisadores; a educação transfronteiriça; a internacionalização em casa (*Internationalization of Home – IoH*) e as políticas de internacionalização abrangente.

De acordo com os autores, as cinco áreas aqui referidas, alinhadas às políticas institucionais, são vistas como elos para alavancar o desenvolvimento nacional. Há de se

²³Política de Internacionalização da Rede Federal. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/relacoes-internacionais/Documentos/politica-de-internacionalizacao-da-rede-federal/view> Acesso em: 17 de jan de 2020).

concordar com o posicionamento do DG6 no que se refere à falta de clareza do governo quanto à política nacional de internacionalização pensada para o país. O próprio Programa Future-se, atualmente aberto para consulta pública, já é uma comprovação de que o Brasil carece de diretrizes nacionais voltadas à área de internacionalização. São essas diretrizes nacionais que, alinhadas às políticas institucionais, irão servir de base para a promoção do desenvolvimento nacional, conforme Helmes e Rumbley.

Para finalizar essa seção, o posicionamento do PR5 ressaltando o apoio do CONIF às ações de internacionalização desenvolvidas no âmbito da Rede, através do FORINTER, no entanto sua fala não respondeu à questão sobre a avaliação da internacionalização na RFEPCT

A gente vê que o CONIF traz uma importância da internacionalização pra Rede, inclusive, tem o próprio Fórum de Internacionalização que é muito valorizado. Geralmente, todos os anos, tem uma ação de internacionalização do próprio pleno do CONIF, onde eles mandam alguns reitores (PR5).

De fato o CONIF tem trabalhado junto ao FORINTER não só na prospecção de parcerias para a Rede, mas também frente às demandas que necessitam alinhamento junto à SETEC/MEC. Existe, inclusive, a Câmara de Relações Internacionais dentro do CONIF com o objetivo de estudar, discutir e propor ações pertinentes ao campo temático em questão, que otimizem e unifiquem as políticas de atuação das Instituições da RFEPCT.

Para sintetizar as falas dos gestores nessa seção, observa-se que tanto os diretores gerais quanto os sistêmicos e também os pró-reitores demonstraram não ter conhecimento a respeitadas diretrizes que regem a Política de Internacionalização da RFEPCT. A maior parte enfatizou que se trata de um processo em construção, onde um maior investimento se faz necessário. A mobilidade, seja para estudantes ou servidores, foi a ação de maior destaque entre os entrevistados.

A próxima seção tratará da análise das falas dos entrevistados sobre o papel dos gestores na formulação e implementação da política de internacionalização no âmbito do IFPE. Em seguida, serão destacadas algumas considerações sobre o assunto a partir da visão de Deubel (2008) e Stallivieri (2017).

A Tabela 5 a seguir apresenta a síntese sobre o papel dos gestores na formulação e implementação da política de internacionalização no IFPE.

Tabela 5- Papel dos gestores na formulação/implementação da política de internacionalização do IFPE

Ação	Incidência (nº de vezes)
Apoiar	8
Elaborar/Revisitar Documentos Norteadores	5
Encaminhar as Demandas	5
Disponibilizar Recurso	3
Integrar para Viabilizar as Demandas	2
Incentivar	2
Assessorar	2

Fonte:Elaborada pela autora com base nas respostas dos entrevistados (2020)

Percebe-se, tanto na fala dos gestores DG5, DG10 e PR1, como na opinião de Deubel, que a questão da disponibilidade financeira é condição *sinequanon* para o desenvolvimento das ações de internacionalização. No entanto, para executar a política, não basta ter apenas orçamento, é necessário, conforme pontuou Deubel, recursos humanos, tecnológicos e materiais. Nesse contexto, mesmo com restrição de pessoal no setor de relações internacionais, o IFPE vem conseguindo mobilizar diferentes colaboradores sobre a importância das ações de internacionalização para a instituição. São docentes propositores de planos de trabalho em cooperação com IESs estrangeiras, como foi com as IESs Universidade de Concepción/Chile e SENATI/Peru, com a empresa americana WaveWater Works e com a Embaixada Americana, através da aprovação do plano de trabalho referente ao Programa English Fellow; docentes em colaboração técnica para a construção de documentos norteadores da internacionalização, como o Regulamento do CELLE e o Programa de Diploma Duplo.

Através da construção do PDI, todos os membros da alta gestão têm assegurado sua participação nas discussões a respeito da formulação dos objetivos que irão nortear as ações institucionais para o quadriênio. Esse mesmo PDI só passa a vigorar após sua aprovação no CONSUP. Já para acompanhar a implementação pós aprovação no CONSUP, planilhas são compartilhadas com o status de cada ação proposta, para que toda a gestão possa monitorar a execução da política. Para Stallivieri é necessário que a gestão deixe claro o que espera alcançar a partir da opção pela internacionalização:

Na situação prática, o plano será definido conjuntamente, porém é fundamental que exista um posicionamento claro pelas autoridades institucionais referente à opção pela internacionalização, definindo com pontualidade o que se espera de cada uma das esferas institucionais, ou seja, o que se pretende realizar no âmbito da graduação, da pós-graduação, da extensão, da pesquisa e da gestão, e qual será o órgão responsável por sua execução (STALLIVIERI, p, 73, 2017).

Após considerações dos entrevistados a respeito da política de internacionalização pensada para a RFEPCT e seu consequente rebatimento no IFPE, será dada sequência à

análise das demais respostas à entrevista, sendo o foco agora nas prioridades que o IFPE dispensa à internacionalização, sob a ótica dos gestores entrevistados.

Perguntados se a internacionalização é vista como prioridade no IFPE, onze dos vinte gestores responderam que sim. Os participantes PR2, PR5, DG7, DS1 relacionaram a internacionalização ao ensino, pesquisa e extensão, ao passo que seis dos entrevistados foram categóricos ao afirmar que não percebem a internacionalização como prioridade nos planos de gestão do IFPE:

[...] a internacionalização é uma atividade que permeia as três finalísticas (DS1).

Eu acredito que sim. A internacionalização tem sido uma prioridade. A gente tem discutido, investido recursos...[mesmo] tendo tido poucos recursos nos últimos anos, a gente tem conseguido fazer alguns investimentos importantes, desde a mobilidade estudantil, mas também parcerias de editais que vem consolidando projetos de pesquisa e extensão, programas de incentivo também de imersão cultural dos nossos estudantes e eu acho que a gente tem conseguido fazer um investimento mínimo importante (PR2).

Sim. Eu acredito que a internacionalização faz parte do ensino, pesquisa e extensão. Então não tem como desvincular isso; ela é prioritária assim como o ensino, assim como a extensão porque ela é uma atividade também de apoio a essas áreas (PR5).

Eu acredito que sim. Que a gente deve ter esse olhar prioritário, já que as instituições de ponta trabalham com a internacionalização de uma forma bem mais avançada, pois essas buscam a troca de conhecimento com outras nações, com outras culturas. [Isso] com certeza alavanca o conhecimento, o ensino, a pesquisa (DG7).

Os demais gestores responderam que a internacionalização está avançando ou mesmo que precisa avançar no âmbito do IFPE. Para o PR3 o IFPE ainda está em processo de crescimento. Em sintonia com o PR3, o PR4 destaca:

Hoje ainda não, mas acredito que será em breve. A gente já vem observando nas reuniões que essa palavra sempre aparece, mas não é coisa só do IFPE, as instituições de ensino brasileiras, as federais [também]. A gente vai precisar mudar um pouco a dinâmica da política de acesso nas instituições federais que eu acho que ela é o principal gargalo para esse processo de mobilização estudantil (PR4).

A internacionalização também é relacionada a programas de mobilidade estudantil, como nas falas do PR4 acima e do DS2 abaixo, o qual faz menção a processos de seleção, voltados à mobilidade

[...]embora a internacionalização, do ponto de vista filosófico, possa existir para todos, do ponto de vista pragmático e burocrático, você precisa ter critérios de processos seletivos e aí, se você já tem processo seletivo, você restringe aquele conceito do que estávamos chamando de universalidade; então, para mim, não é prioridade porque ela não é universal, mas ela ganhou notoriedade (DS2).

Sobre a visão restrita de alguns gestores sobre o processo de internacionalização de uma IES, Stallivieri (2017) afirma que não basta que a internacionalização tenha sido definida como ação prioritária nos planos estratégicos de gestão. Os dirigentes ou gestores precisam ter o devido entendimento sobre os ganhos e benefícios das ações de internacionalização para a instituição, assim como conhecer as formas de operacionalização dessas ações. Para um melhor entendimento por parte dos gestores, é necessário um maior engajamento nos processos internos da IES, através da participação em oficinas, seminários, formações, de modo que possam se apropriar das várias possibilidades que a internacionalização oferece à IES.

Com o propósito de levantar o comprometimento dos gestores para com a área em questão, foi perguntado aos diretores gerais se a internacionalização é tratada como estratégica no Campus. Houve diferentes justificativas a favor e contra a priorização da área no plano de ação do Campus, conforme ilustra o Quadro 5 (seguido das justificativas).

Quadro 5- Internacionalização como estratégia presente no plano de gestão dos campi do IFPE

Gestor	Resposta		
	Sim	Não	Sem resposta
IDG1			
IDG2			
IDG3			
IDG4			
IDG5			
IDG6			
IDG7			
IDG8			
IDG9			
IDG10			
IDG11			
IDG12			

Fonte:Elaborado pela autora com base nas respostas dos entrevistados (2020)

A seguir, algumas falas dos entrevistados a respeito das justificativas para a não inclusão da internacionalização como estratégia de ação no plano de gestão dos Campi:

No caso do Campus X, ela ainda não é tratada estrategicamente como muito importante porque é um Campus que está em fase inicial e nós oferecemos por enquanto três cursos subsequentes, então fica muito complicado a gente colocar em prática toda uma política de internacionalização estrategicamente dentro do nosso planejamento quando a gente ainda não tem uma oferta de cursos técnicos superiores e pós-graduação já disponível [...] (DG1).

Infelizmente para o nosso Campus ainda não está definida a internacionalização porque eu percebo que a instituição tem que amadurecer como um todo (DG2).

[...] eu entendo ser bastante estratégica essa ferramenta da internacionalização, mas por conta desses recursos e dessa limitação orçamentária, a gente sempre deixa em segundo plano; então, aqui no Campus eu não coloco muito como estratégia prioritária, apesar de entender como tal (DG9).

Agora, algumas justificativas para a inclusão da internacionalização como estratégia de ação no plano de gestão dos Campi

Na perspectiva exatamente de crescimento e de fortalecimento, vejo como sendo estratégico para um crescimento amplo e global, muito além da nossa realidade regional e da nossa realidade local; uma visão também mais abrangente. Isso só se torna possível a partir do momento que a gente faz intercâmbio e que a gente se comunica com outras culturas (DG5).

Acredito que no nosso plano de gestão ela faz parte dos nossos planos e como é uma política institucional do IFPE, onde nasce na reitoria e perpassa para os Campi, a gente, na questão estratégica, planeja separar recursos necessários para que a gente atenda o maior número possível de estudantes; o nosso desejo é atingir um número maior possível(DG7).

Sim. Através desses envios de estudantes através de intercâmbios de países de nosso Campus, através de enviar nossos estudantes e docentes para outras instituições de ensino. Tem sido uma estratégia que o Campus tem adotado durante esse tempo de gestão (DG8).

Os gestores que se posicionaram pela não inclusão da internacionalização como estratégia no plano de gestão usaram como justificativa a fase inicial de atividades do Campus, com seu baixo número de cursos ofertados; o não amadurecimento da instituição como um todo e a limitação orçamentária.

Apesar de o IFPE trazer a internacionalização enquanto política institucional, presente no PDI, dentro do macro processo gerencial, alguns Campi não se mobilizam para incluir ações no eixo da internacionalização e isso faz com que esses Campi deixem de ofertar oportunidades às comunidades acadêmicas, como por exemplo, o aprendizado de línguas e a realização de testes internacionais via CELLE, a participação em programas de intercâmbio voltados a estudantes e servidores, a participação em missões institucionais, etc.

Os entrevistados que se posicionaram pela inclusão da internacionalização como estratégia no plano de gestão usaram como justificativa para isso a possibilidade de envio de estudantes e servidores para fora do país, em programas de intercâmbio. Dessa forma, percebe-se mais uma vez que na visão de boa parte dos entrevistados a internacionalização se resume ao lançamento de chamadas de mobilidade.

Ainda dentro do hall de prioridades, foi questionado aos gestores sobre a existência de alguma área acadêmica mais prestigiada em detrimento de outras, percebendo-se mais uma vez, que algumas das respostas se deram em função das chamadas de mobilidade estudantil. Isso pode ser comprovado através dos trechos abaixo:

No nosso caso foi a graduação pelas dificuldades de idade de jovens da faixa etária de 15,16 anos...então, o foco foi na graduação e nos subsequentes (DG3).

Na verdade, quando eu olho para a Arinter eu acho que houve uma divisão equilibrada de dar importância porque houve tanto para a parte técnica, como houve com o superior (DG4).

Eu vejo muito mais voltado o olhar para os cursos superiores. Isso poderia ser ampliado como a vivência de Olinda são os cursos técnicos. Recentemente eu vi editais abertos voltados para a área de alunos, na área técnica. Acho que pode ser incentivado, principalmente a parte de intercâmbio (DG10).

Aqui cabe esclarecer o que difere os IFs das Universidades Federais quanto ao desenho do currículo. Embora os IFs ofereçam cursos em nível superior, eles trabalham com o modelo de verticalização do ensino, a partir da oferta de educação básica (ensino médio integrado e ensino técnico em geral); cursos superiores de tecnologia, licenciatura e bacharelado; programas de pós-graduação lato e stricto sensu e a formação inicial e continuada do trabalhador.

Ainda quanta à área acadêmica mais priorizada, percebeu-se que na ótica dos gestores, essa prioridade recai sobre a graduação. Presume-se que isso deve ter ocorrido devido às chamadas de mobilidade estudantil onde alunos dos cursos superiores de vários Campi participaram em maior número. Ainda de acordo com os entrevistados, não deve haver uma área acadêmica priorizada; as ações devem contemplar desde os cursos de ensino médio até a pós-graduação

Vejo como o todo, tanto ensino técnico, como também o ensino superior (DG5).

Não há priorização de área de nível de ensino. Todos têm sido beneficiados com as ações da Arinter junto aos Campi (DG8).

Acredito que se desse para abranger as três áreas seria importante, mas pelo menos quando se caminha na internacionalização, acho que qualquer área que vier, seria muito viável (DG11).

Acredito que existe espaço para todos. Não fica concentrado em apenas um segmento. Pelo que a gente vê, tem espaço para todas as áreas acadêmicas (DG12).

Chamou atenção os comentários dos DG9 e DS3 que opinaram sobre as áreas da pós-graduação e do ensino médio, respectivamente, como áreas a serem priorizadas quando o assunto é internacionalização:

Eu entendo que pelo que a gente percebe, a pós-graduação é mais priorizada. Talvez porque traga mais conhecimento através de teses, através de trabalhos científicos e até de patentes que têm efeitos mais rápidos, mais efetivos. Mas eu acredito que além de estendido, deveria ser incentivado ao médio técnico e à graduação normal (DG9).

Por muito tempo a visão do DG9 norteou os programas desenhados pelo MEC, onde as oportunidades eram mais voltadas aos estudantes de pós-graduação. De acordo com Morosini (2008), o eixo acadêmico pesquisa atrelado às relações internacionais, por muito tempo, foi o caminho trilhado por pesquisadores em busca pela construção do conhecimento. Já o DS3 afirma que:

[...] a área a ser priorizada é o ensino médio. É onde o aluno começa a buscar novos horizontes, principalmente na classe menos privilegiada [que] não tem oportunidade de se relacionar com outras escolas, em outros países (DS3).

No cenário dos IFs, onde há o desenvolvimento de projetos de pesquisa e extensão desde o ensino médio, acredita-se que quanto mais cedo os estudantes forem partícipes dos processos de internacionalização, mais cedo desenvolverão competências globais que venham a facilitar a atuação em ambientes multiculturais, turbinando não apenas o currículo, mas também preparando-os para o mundo do trabalho.

Nesse contexto, Stallivieri (2017) ressalta que dentre todos os ganhos e resultados da cooperação internacional, o sujeito, ator da cooperação é foco central da busca da qualidade institucional. Esse ator é o professor, o pesquisador, o aluno, o gestor, independentemente do lócus, do nível ou da área de atuação, e garantirá, com sua participação ativa, o grau de internacionalização e a intensidade da mobilidade acadêmica internacional.

Após sondagem a respeito de alguma área acadêmica priorizada para o desenvolvimento de ações de internacionalização no âmbito do IFPE, lançou-se uma última questão dentro do escopo prioridade – ‘Essas políticas incluem alguma prioridade geográfica?’. Desta vez os entrevistados foram os pró-reitores, visto que fazem parte da alta gestão e têm participação direta na construção das proposições que irão nortear o PDI.

Dos cinco pró-reitores entrevistados, dois responderam que a Cooperação Sul-Sul é o foco do IFPE; no entanto, dois deles disseram não saber se haveria alguma prioridade geográfica e um afirmou que não há decisão em relação a esta questão na instituição. Porém, no plano de gestão do reitor eleito em 2019 já é possível verificar a intenção de priorizar a cooperação Sul-Sul: “Elaborar programa de internacionalização regional para fortalecer os laços com instituições na América Latina e Caribe”.²⁴

A cooperação técnica entre países em desenvolvimento no Sul Global. É uma ferramenta usada por Estados, organizações internacionais, acadêmicos, sociedade civil e setor privado para colaborar e compartilhar conhecimento, habilidades e iniciativas de sucesso em áreas específicas, como

²⁴(IFPE, 2019. Disponível em: <https://portal.ifpe.edu.br/o-ifpe/conselho-superior/eleicoes2019/candidatos> Acesso em: 02 de janeiro de 2020)Entende-se por Cooperação Sul-Sul.

desenvolvimento agrícola, direitos humanos, urbanização, saúde, mudança climática etc.(ONU Brasil, 2020. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/o-que-e-cooperacao-sul-sul-e-por-que-ela-importa/Acesso> em: 26 de fevereiro de 2020).

Nesse viés, o CONIF tem estabelecido contato com instituições na América Latina e no mês de fevereiro de 2020, realizou missão a Colômbia com o intuito de ampliar a rede de cooperação pra além da relação norte-sul. Conforme relatório da referida missão, “O foco é a promoção de intercâmbio de conhecimentos e a convergência de esforços para solução de desafios comuns às instituições da região”.²⁵

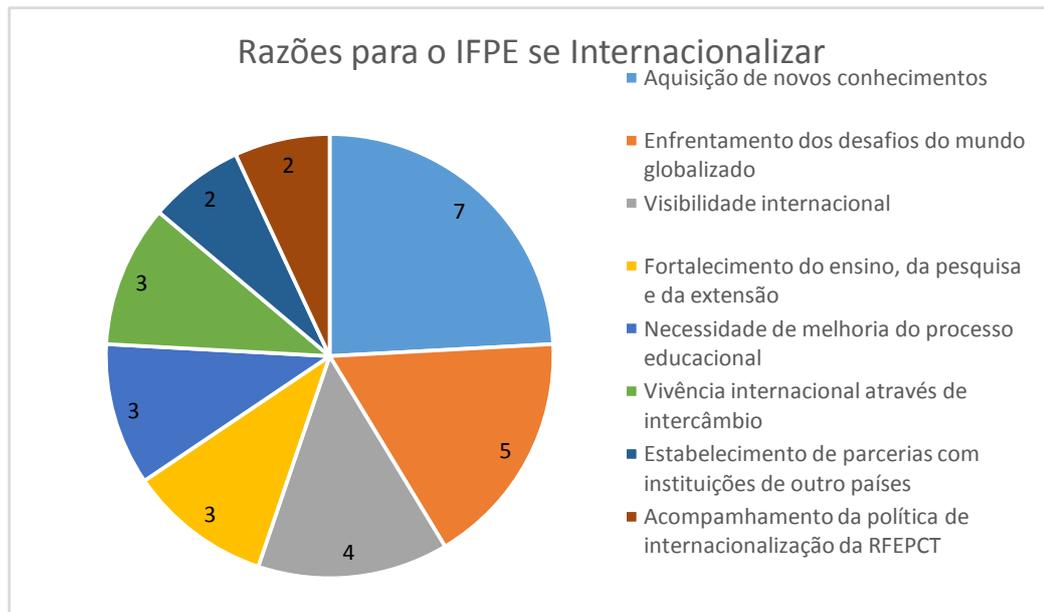
Para De Wit (2015), o conceito de parceria reconhece que existem múltiplas formas de trabalhar em conjunto, incluindo aquelas que diferem em tamanho, em localização geográfica, na disponibilidade de recursos, e em prestígio, poder e influência. (De Wit, 2015, p. 95).

Nessa perspectiva, a Reitora do IFPE integrou a missão Colômbia e sua participação trouxe possibilidades de cooperação entre o IFPE e instituições daquele país, visando o desenvolvimento de projetos de ensino, pesquisa, extensão, inovação e programas de mobilidade estudantil e de servidor, a serem contemplados no plano de ação da Arinter para o ano corrente.

Em continuidade às entrevistas com os membros da alta gestão, questionou-se sobre as três principais razões que têm levado o IFPE a se internacionalizar. As respostas seguem na Figura 8 a seguir.

²⁵(CONIF, 2020. Disponível em: <http://portal.conif.org.br/br/component/content/article/84-ultimas-noticias/3269-missao-do-conif-aproxima-rede-federal-de-instituicoes-colombianas#> Acesso em: 13 de março de 2020).

Figura 8-Razões para se internacionalizar na visão dos gestores do IFPE



Fonte:Elaborado pela autora com base nas respostas dos entrevistados (2020)

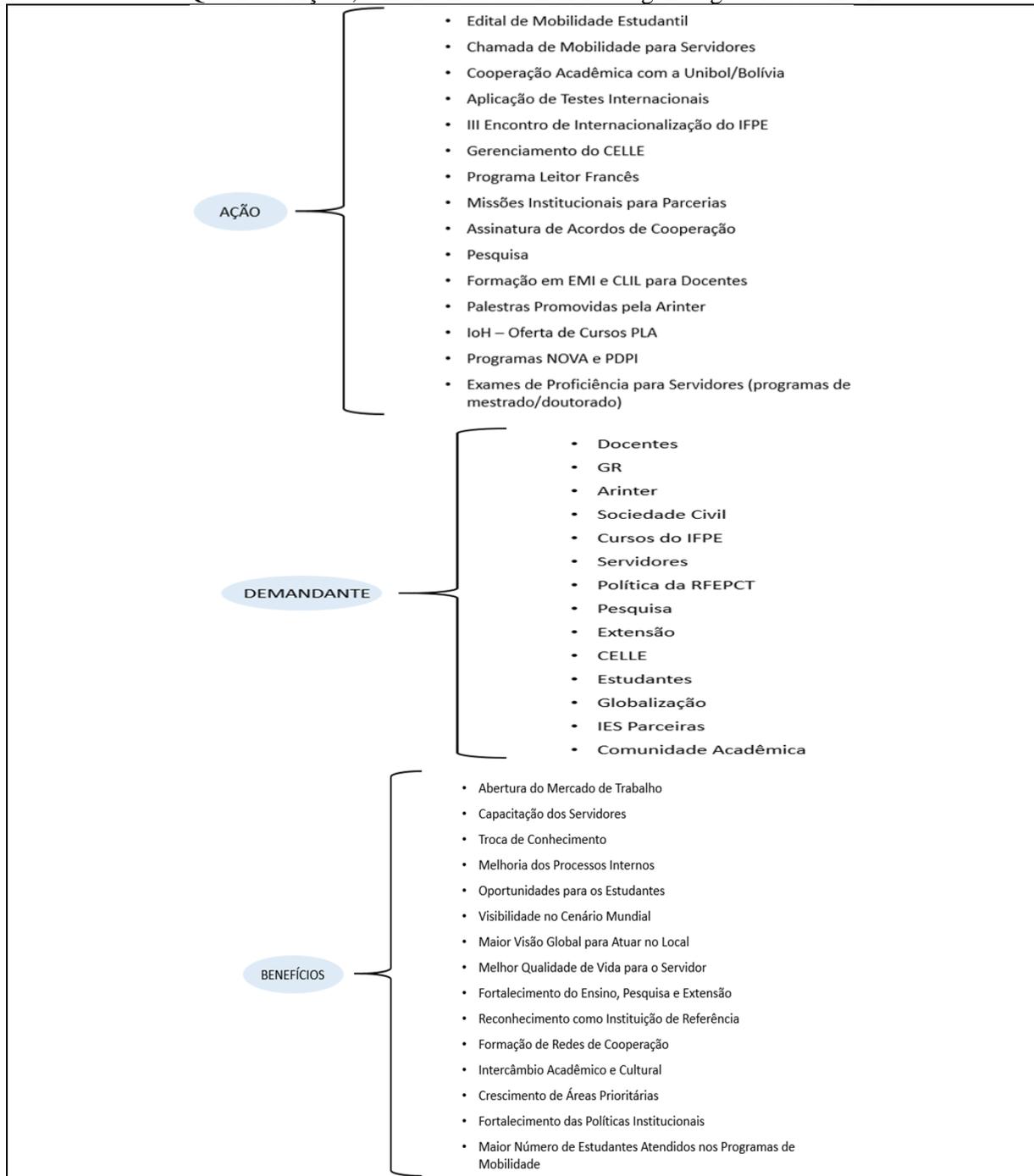
O estudo de Coura (2017) baseado no trabalho de DeWit (2002) traz as principais razões desencadeadoras do processo de internacionalização de instituições de ensino no cenário atual. Essas razões estão divididas em 4 categorias: (i) razões políticas; (ii) razões econômicas; (iii) razões socioculturais; (iv) razões acadêmicas. Dentro das razões acadêmicas, são listadas: (i) provisão de uma dimensão internacional para a pesquisa e o ensino; (ii) extensão do horizonte acadêmico; (iii) construção da instituição; (iv) reputação e status; (v) melhora da qualidade; (vi) padrões acadêmicos internacionais.

Percebe-se a maior parte das razões citadas pelos gestores do IFPE dentro das razões acadêmicas listadas no estudo de Coura (2017), tais como melhoria do processo educacional; visibilidade internacional; fortalecimento do ensino, pesquisa e extensão; aquisição de novos conhecimentos; potencialização da qualidade do ensino; melhoria dos procedimentos internos; integração dos países da América do Sul, dos países africanos e dos países de 3º mundo; necessidade de cooperação com outras instituições.

Para Albach (2002), as políticas específicas e iniciativas de países e instituições acadêmicas no eixo da internacionalização são pensadas para lidar com as tendências globalizantes no mundo contemporâneo. Nesse sentido, a pesquisa de Coura (2017), enfatiza que a internacionalização de instituições de educação, embora não seja um tema novo, tem passado por modificações face à globalização e interdependência dos países, o que consequentemente altera as razões desencadeadoras do referido processo.

Uma vez analisadas as razões para internacionalizar o IFPE, passa-se a elencar as ações de internacionalização desenvolvidas na instituição e reconhecidas pelos gestores. Com vistas a disponibilizar ao leitor informações de forma mais clara e sucinta, elaborou-se um quadro para compor a lista dessas ações, seus demandantes e os benefícios alcançados, na opinião dos gestores (Quadro 6).

Quadro6- Ações,demandantes e benefícios segundo gestores do IFPE



Fonte: Elaborado pela autora com base nas respostas dos entrevistados (2020)

Como visto no quadro acima, as informações fornecidas pelos gestores sobre ações de internacionalização, seus benefícios e demandantes, fazem parte do bojo teórico

alimentado na fase da revisão da literatura desta pesquisa. Entretanto, para uma maior ciência sobre o impacto destas ações junto à comunidade acadêmica, sugere-se um levantamento em um estudo futuro.

Por fim, com o objetivo de verificar a hipótese do estudo em pauta, foram analisadas as respostas referentes às vivências dos gestores, a partir das três variáveis independentes, a citar: formações acadêmicas no exterior, desenvolvimento de projetos e/ou programas em rede (cooperação internacional) e domínio de uma língua estrangeira contribuírem positivamente na percepção do gestor acerca da importância da internacionalização.

A intenção foi relacionar os tipos de vivência à valorização do processo de internacionalização, no entanto, a experiência internacional dos gestores, no que tange às variáveis citadas, foi mínima. Dos vinte gestores entrevistados apenas 1 disse ter participado de formação no exterior, enquanto 1 gestor informou participação no desenvolvimento de projeto em conjunto com instituição estrangeira e 4 disseram possuir nível intermediário em outro idioma. Mesmo com esse cenário, a hipótese não é de toda infundada, uma vez que aplicada a um outro grupo de gestores, de uma outra IES, pode vir a apresentar um outro indicativo.

O que aconteceu no levantamento feito com os vinte gestores do IFPE foi a coincidência de apresentarem pouca vivência internacional, relativo às 3 variáveis independentes da hipótese: formação no exterior, desenvolvimento de projetos/programas em cooperação com IES estrangeiras e proficiência em outro idioma. Ademais, a impossibilidade de se confirmar a hipótese já evidencia a visão restrita maioria dos gestores sobre a internacionalização no IFPE, citando-se como exemplo o fato de não enxergarem as atividades do CELLE como uma das ações de internacionalização melhor consolidadas.

No entanto, ao analisar-se as colocações dos gestores em relação às razões para se internacionalizar uma IES, assim como a lista de ações citadas por eles, percebe-se que já há alguma percepção sobre a importância da internacionalização. Não se pode dizer ainda que haja uma cultura institucional da internacionalização, mas há sinais de que a internacionalização pode e deve ganhar um protagonismo maior na próxima gestão, até mesmo porque ainda em 2020, o setor de internacionalização deve migrar da Pró-reitoria de extensão para o gabinete da reitoria, quebrando assim a cultura institucional de que a Arinter é subordinada a uma Pró-reitoria e instituindo, na prática, o setor como assessoria, conforme previsto no Regimento do IFPE, Art. 70.

Abaixo, observa-se o Quadro 7, demonstrativo com as respostas dos entrevistados às perguntas oriundas das 3 variáveis independentes presentes na hipótese desse estudo. Logo

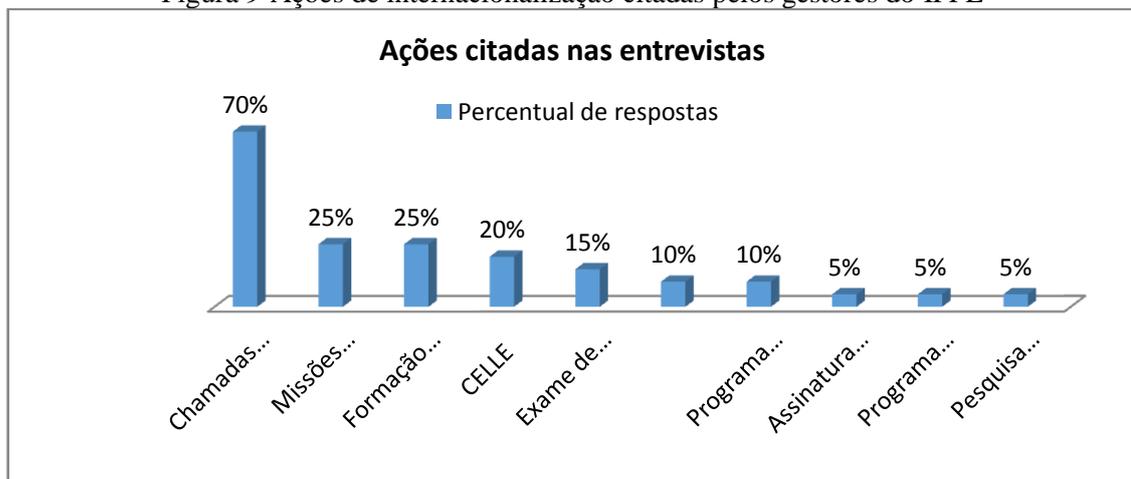
em seguida, o gráfico ilustrado na Figura 9 contendo o percentual de cada uma das ações citadas pelos gestores durante a entrevista.

Quadro 7-Comprovação das variáveis presentes na hipótese deste estudo

Gestor	Requisitos		
	Formação no exterior	Desenvolvimento de projetos ou programas com instituição parceira	Proficiência em língua inglesa
IDG1	X	X	Inglês/espanhol intermediário
IDG2	X	X	X
IDG3	X	X	X
IDG4	X	X	Inglês/espanhol intermediário
IDG5	X	X	X
IDG6	X	X	X
IDG7	X	X	X
IDG8	X	X	X
IDG9	Sim	X	
IDG10	X	X	X
IDG11	X	X	X
IDG12	X	X	X
IDS1	X	X	X
IDS2	X	X	X
IDS3	X	X	X
IPR1	X	Sim	X
IPR2	X	X	X
IPR3	X	X	Espanhol intermediário
IPR4	X	X	X
IPR5	X	X	X

Fonte: Elaborado pela autora com base nas respostas dos entrevistados (2020)

Figura 9-Ações de internacionalização citadas pelos gestores do IFPE



Fonte: Elaborado pela autora com base nas respostas dos entrevistados (2020)

Diante das falas dos gestores, nota-se que no conjunto das ações de internacionalização desenvolvidas no âmbito do IFPE, as chamadas de mobilidade, sejam para estudantes ou servidores, ganharam maior destaque, sendo citadas por 70% dos entrevistados. Em segundo lugar, com 25%, aparecem as missões institucionais voltadas à prospecção de novas IES parceiras e a formação docente em novas metodologias, como foi o caso das oficinas de EMI e CLIL. Entretanto, as ações mais consolidadas, como o CELLE e os exames de proficiência surgem com os percentuais de 20% e 15% respectivamente, seguidas de eventos promovidos pela Arinter e do Programa Leitor Francês, citados por apenas 10% dos entrevistados.

Foi grande o destaque dado às chamadas de mobilidade lançadas no IFPE. Acredita-se que isto ocorreu devido ao fato de a Instituição ter destinado verba para esta ação pela primeira vez e esta negociação ter sido articulada com todos os diretores gerais, conferindo maior visibilidade à esta atividade. No entanto, as demais ações passaram despercebidas por boa parte dos gestores, o que nos faz refletir sobre o motivo pelo qual isso ocorre. Talvez esse desconhecimento por parte dos gestores esteja atrelado à questão da ausência de uma cultura institucional voltada para a internacionalização.

A pesquisa também concluiu que embora o IFPE venha avançando em proposições de programas acadêmicos, governança, operações, serviços e atividades extracurriculares, a instituição ainda necessita trabalhar na implementação da transversalidade da internacionalização de forma mais intensa nos eixos de pesquisa, recursos humanos e relações exteriores (doméstico e *cross-border*), tomando como base as Estratégias Programáticas e Organizacionais de Knight (2004), no Quadro 8 a seguir

Quadro 8-Estratégias programáticas e organizacionais: suporte necessário para a internacionalização

Estratégias programáticas	Estratégias organizacionais
Programas acadêmicos	Governança
Intercâmbio de estudantes	Compromisso expresso por líderes
Dimensão internacional do currículo	Envolvimento ativo do corpo de funcionários
Estudos temáticos	Razões e objetivos para internacionalização bem articulados
Trabalho/estudo no exterior	Reconhecimento da dimensão internacional na missão, planejamento e documentos de política
Processo de ensino-aprendizagem	
Programas de duplo diploma	
Treinamento intercultural	
Mobilidade professores/funcionários	
Professores e palestrantes visitantes	

Estratégias programáticas	Estratégias organizacionais
Atividades relacionadas à pesquisa	Operações
Área e centros temáticos	Integradas ao planejamento, orçamento e sistemas de revisão de qualidade em nível institucional e departamental
Projetos de pesquisa conjunta	Estruturas organizacionais apropriadas: sistemas formais e informais para comunicação, ligação e coordenação
Conferências e seminários internacionais	Equilíbrio entre promoção centralizada e descentralizada e gestão da internacionalização
Artigos e trabalhos publicados	Apoio financeiro adequado e sistemas de alocação de recursos
Acordos internacionais de pesquisa	
Programas de intercâmbio para pesquisa	
Relações exteriores (doméstico e <i>cross-border</i>)	Serviços
Plano doméstico	Apoio de unidades de serviços da instituição: acomodação para estudantes, fundraising, tecnologia de informação
Parcerias Community-based com grupos de organizações não-governamentais ou grupos do setor público-privado	Envolvimento de unidades de apoio acadêmico: biblioteca, ensino e aprendizado, desenvolvimento do currículo, treinamento do corpo de funcionários
Serviço comunitário e projetos de trabalho intercultural	Serviços de apoio estudantil para estudantes recebidos e enviados: programas de orientação, conselheiros, treinamento cross-cultural, conselhos sobre vistos
<i>Cross-border</i>	
Entrega cross-border de programas educacionais (comerciais e não-comerciais)	
Vínculos, parcerias internacionais e redes	
Programas <i>alumni-abroad</i>	
Atividades extracurriculares	Recursos humanos
Clubes e associações de estudantes Eventos internacionais/interculturais (campus)	Processos de seleção e recrutamento que reconheçam a experiência internacional
Ligação entre grupos étnicos e culturais da comunidade	Políticas de recompensa e promoção para reforçar contribuições dos professores e funcionários
Programa e grupos de <i>peersupport</i>	Atividades de desenvolvimento profissional dos professores e funcionários
	Apoio para trabalhos internacionais e concessão de licenças para fins de estudo (<i>sabbaticals</i>)

Fonte: Adaptado de Knight (2004) Com relação aos modelos que se propõem a analisar o processo de internacionalização

O quadro de Knight sobre avaliação das estratégias programáticas e organizacionais fornece uma visão geral do processo de internacionalização, considerando a análise do contexto (externo e interno) de uma IES. No caso do IFPE, é preciso trabalhar a questão da já citada transversalidade da internacionalização, voltada aos eixos de pesquisa, recursos humanos e relações exteriores. Esta deficiência pode estar ligada à falta de uma política institucional no âmbito do IFPE.

Para concluir este capítulo, é importante registrar os dois maiores desafios encontrados durante a realização da pesquisa. O primeiro se deu em função da escassez de literatura na área, sobretudo relacionado à percepção dos gestores sobre a importância da internacionalização para uma instituição de ensino. O segundo ocorreu diante da dificuldade para o agendamento das entrevistas com os membros da alta gestão, face ao elevado número de demandas que a cúpula da instituição possui em seu dia a dia.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da pergunta de pesquisa desse estudo: “Como gestores percebem a importância da internacionalização no âmbito do IFPE?”, buscou-se extrair a percepção dos membros da alta gestão através da análise das respostas à entrevista, vislumbrando a necessidade de se apresentar uma minuta de política de internacionalização, considerando-se não apenas as falas dos gestores, como também as lacunas em normativas do IFPE sobre o tema. Os principais resultados serão apresentados ao longo deste capítulo.

Em relação à hipótese desta pesquisa - formações acadêmicas no exterior, desenvolvimento de projetos e/ou programas em rede (cooperação internacional) e domínio de uma língua estrangeira contribuem positivamente na percepção do gestor acerca da importância da internacionalização – foi proposta como forma de constatação sobre a relação existente entre experiências/vivências internacionais e a valorização do processo de internacionalização. Esperava-se que a materialização das variáveis acima citadas contribuísse para a valorização do processo de internacionalização no IFPE. No entanto, devido à pouca exposição dos gestores a estas vivências, não foi possível comprovar tal hipótese, a qual não é de todo infundada, uma vez que aplicada a um grupo de gestores de outra instituição, pode sim apresentar um outro indicativo.

A proposição inicial foi verificar de que maneira a missão de internacionalizar se faz presente no cotidiano do IFPE. Para isso foi traçado como objetivo geral, analisar a percepção de membros da alta gestão sobre a importância da internacionalização no âmbito do Instituto, pois assim como Stallivieri (2017), acredita-se que para se efetivar políticas públicas na área de internacionalização, faz-se necessário que a administração superior conheça o grau de desempenho na referida área.

Para o desenvolvimento do trabalho, propôs-se levantar o nível de atualização normativa da área de internacionalização com vistas a identificar lacunas existentes nos documentos institucionais do IFPE. Este levantamento, junto ao resultado das análises das entrevistas dos gestores, guiou a elaboração de uma minuta de política de internacionalização enquanto produto técnico exigido pelo Programa de Mestrado em Políticas Públicas da UFPE, a ser conferida no Anexo B.

Com o objetivo do estudo em mente, foram feitas análises documentais, além de 20 entrevistas no IFPE – 12 Diretores Gerais, 05 Pró-reitores e 03 Diretores Sistêmicos. Os principais resultados da pesquisa indicam que, no que concerne à documentação voltada ao

eixo da internacionalização, a falta de normativas ainda é um entrave ao desenvolvimento das ações, pois embora boa parte das que foram previstas no PDI para o período de 2014 – 2018 tenha se materializado, de acordo com os Relatórios de gestão, outras deixaram de ser contempladas no referido documento por não haver base normativa para viabilizá-las.

A despeito da inexistência de uma política de internacionalização, foi possível verificar através dos relatórios de gestão do IFPE, registros de ações implementadas ao longo das duas últimas gestões, com a ausência, porém, de outras atividades cuja concretização demandaria base normativa até então inexistente. Ficou perceptível que se o IFPE conceber formalmente uma política que defina o que é a internacionalização na sua missão e quais as diretrizes para todos os Campi, pode vir a direcionar esforços para que a internacionalização se torne um processo autossustentável, contínuo e enraizado na cultura da instituição.

No que tange aos resultados das análises a partir das entrevistas com os gestores, o estudo concluiu que de acordo com a percepção dos entrevistados, internacionalizar uma instituição de ensino é oportunizar a troca de conhecimento, atender às demandas da globalização e fortalecer as atividades finalísticas da instituição. Apesar de mais de 50% dos gestores reconhecerem a internacionalização como prioridade, apenas 5 diretores gerais admitiram contemplar a área no plano estratégico de gestão do Campus.

No tocante à formulação e implementação da política de internacionalização no IFPE, alguns gestores associaram o desenvolvimento das ações à disponibilidade financeira, embora o Instituto ainda não destine nem rubrica orçamentária, nem staff técnico para o setor de internacionalização.

Sobre a política de internacionalização da RFEPCT, a maioria dos gestores entrevistados tem pouco ou nenhum conhecimento, sendo que para alguns a política se resume à categoria de mobilidade estudantil e de servidor.

Para a maior parte dos entrevistados, a área acadêmica priorizada no IFPE para o desenvolvimento de ações de internacionalização é a graduação, visto que, as chamadas de mobilidade estudantil contemplaram alunos dos cursos de nível superior.

Quanto à área geográfica priorizada, metade dos entrevistados disse ser a Cooperação Sul-Sul, em consonância com a linha de ação prevista na Política de Internacionalização proposta para a RFEPCT e a outra metade disse não saber a resposta;

Em relação às razões que têm levado o IFPE a se internacionalizar, os gestores se posicionaram a favor das razões acadêmicas, tais como processo educacional; visibilidade internacional; fortalecimento do ensino, pesquisa e extensão; aquisição de novos conhecimentos; potencialização da qualidade do ensino; melhoria dos procedimentos internos;

integração dos países da América do Sul, dos países africanos e dos países de 3º mundo; necessidade de cooperação com outras instituições. Estudos de Coura (2017), baseado em de Wit (2002), trazem ainda razões políticas, econômicas e socioculturais, desencadeadoras do processo de internacionalização;

O estudo ainda relevou que, depois de vencer a questão da mobilidade out, o IFPE tem como desafio, a implantação de regulamento voltado à mobilidade in, para que a instituição possa abrir suas portas para estudantes estrangeiros e assim, praticar efetivamente a internacionalização em casa. Os resultados do levantamento ainda apontaram para o fato da mobilidade ganhar maior destaque na visão dos gestores, em detrimento às demais ações desenvolvidas no IFPE.

A contribuição desta pesquisa, nesse sentido, vem em forma de uma minuta de política de internacionalização a partir da análise documental na referida área e da escuta dos membros da alta gestão. Tal minuta atende ao disposto na Portaria Capes nº 47 de 17 de outubro de 1995 que dentre outras orientações, estabelece procedimentos apropriados à recomendação, acompanhamento e avaliação de cursos de mestrado dirigidos à formação profissional. Nesse contexto, a referida minuta se insere como produto técnico a ser apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Políticas Públicas da UFPE.

A construção e aprovação de uma política de internacionalização ainda é um desafio para a maior parte dos IFs, cujas ações têm se realizado a partir da combinação entre atuação/iniciativa de docentes e pesquisadores (*bottom-up*) e o desenvolvimento de políticas institucionais (*top-down*).

O avanço alcançado pelo IFPE ao longo de sua existência na área de internacionalização é perceptível mas é relativamente tímido diante dos desafios contemporâneos que exigem a institucionalização de uma visão de futuro plural, participativa e internacional. À medida que o nível de internacionalização aumentar, a tendência é fazer do IFPE uma instituição ainda mais efetiva frente ao desenvolvimento social, ao avanço científico, tecnológico e à inovação nas diferentes áreas do conhecimento, alinhando assim, esforços individuais à visão institucional de internacionalização, vindo a contribuir para o desenvolvimento sustentável do estado de Pernambuco.

Por fim, vale destacar que para ocorrer o avanço institucional na dimensão da internacionalização, os atores principais da gestão do IFPE precisam engajar-se no processo de planejamento e monitoramento das ações, mas para isso, é crucial que tenham uma melhor percepção tanto dos benefícios já obtidos pelo setor, quanto dos que podem ainda acontecer, com vistas ao aprimoramento dos serviços da instituição. Nesse sentido, pretende-se

socializar os resultados desta pesquisa institucional com os entrevistados, por meio de seminário de gestão, a fim de apresentar o panorama atual da internacionalização no IFPE.

REFERÊNCIAS

ABREU-E-LIMA, Denise *et al.* **Política Linguística para internacionalização do Ensino Superior**. Documento do GT de Políticas Linguísticas para Internacionalização. FAUBAI, 2017. Disponível em: <<http://faubai.org.br/pt-br/wp-content/uploads/2019/01/Documento-do-GT-de-Pol%C3%ADticas-Lingu%C3%ADsticas-da-FAUBAI.pdf>>. Acesso em: 19 mar. 2020.

ALLINSON, Catherine. **Widening Participation in UK Outward Student Mobility: a Picture of Participation**. Universities UK International, 2017. Disponível em: <<https://www.universitiesuk.ac.uk/policy-and-analysis/reports/Documents/International/widening-participation-in-uk-outward-student-mobility.pdf>>. Acesso em: 12 out. 2019.

ALTBACH, Philip. **Perspectives on Internationalizing Higher Education**. International Higher Education, 2002. Disponível em: <https://scholar.google.com.br/scholar?q=ALTBACH,+P.G.+Perspectives+on+Internationalizing+Higher+Education.+International+Higher+Education.+n.+27,+Spring+2002&hl=pt-BR&as_sdt=0&as_vis=1&oi=scholar>. Acesso em: 01 mar. 2020.

AMERICAN COUNCIL ON EDUCATION. **Model for Comprehensive Internationalization**, 2015. Disponível em: <<https://www.acenet.edu/Research-Insights/Pages/Internationalization/CIGE-Model-for-Comprehensive-Internationalization.aspx>>. Acesso em: 10 set. 2019.

ÁVILA, Jocelyne; RODRÍGUEZ, Scilia. **The Internationalization of Higher Education in Latin America and The Caribbean: An Assessment**. Guadalajara, Mexico: Universidad de Guadalajara, 2019. Disponível em: <http://obiret-iesalc.udg.mx/sites/default/files/publicaciones/an_assessment_ebook.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2020.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 3. ed. Lisboa: Edições 70, LTDA, 2004.

BATISTA, Janaina. **O Processo de internacionalização das Instituições de Ensino Superior: um estudo de caso na Universidade Federal de Uberlândia**. 2009. 265 p. Universidade de São Paulo, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Ribeirão Preto, 2009.

BAUMVEL, L; SARMENTO, S. **Practices of English Medium Instruction in Brazil: a mixed-method analysis**. Faubai – Global Community Engagement. April 13-17, Belém, Brazil. Disponível em: <<http://www.faubai.org.br/conf/presentation2019/Practices%20of%20English%20Medium%20Instruction%20in%20Brazil%20a%20mixed-method%20analysis%20-%20Simone%20Sarmiento%20et%20al.pdf>> Acesso em: 11 jun. 2019.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Portugal: Porto Editora, 1994.

BONA, Aldo. **Questão de estratégia**. Universidades para o Mundo: Desafios e Oportunidades para a Internacionalização. British Council, p. 55, 2018. Disponível em:

<https://www.britishcouncil.org.br/sites/default/files/guia_universidades_para_o_mundo.pdf>. Acesso em: 10 jul.2019.

BRASIL. **Decreto nº 7.642, de 13 de dezembro de 2011**. Institui o Programa Ciência sem Fronteiras. Diário Oficial da União, Brasília, DF, n. 239, 14 dez. 2011. Seção 1, p. 7.

BRASIL. **Lei nº 11. 892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação Tecnológica, Ciência e Tecnologia, e Dá Outras Providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, n. 253, 30 dez. 2008. Seção 1, p. 1.

BRASIL. **Resolução nº 03 de 22 de junho de 2016**. Dispõe sobre normas referentes à revalidação de diplomas de cursos de graduação e ao reconhecimento de diplomas de pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado), expedidos por estabelecimentos estrangeiros de ensino superior. Diário Oficial da União, Brasília, DF, n. 119, 23 jun. 2016. Seção 1, p. 9.

BRITISH COUNCIL BRASIL. **Universidades para o mundo: desafios e oportunidades para a internacionalização**. [s.l: s.n.]. Disponível em: <https://www.britishcouncil.org.br/sites/default/files/guia_universidades_para_o_mundo.pdf> Acesso em: 10 ago. 2019.

BRITISH COUNCIL BRASIL. **Universidades para o mundo: estratégias e avanços no caminho da internacionalização**.2019. Disponível em: <https://www.britishcouncil.org.br/sites/default/files/universidades_para_o_mundo_2019.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2019.

BUENO, Rachel; FÁVARO, Tatiana. A internacionalização das universidades vista por três especialistas estrangeiros. **Revista Superior da Unicamp**, 2010. Disponível em: <<https://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/entrevistas/ainternacionalizacao-das-universidades-vista-por-tres-especialistas-estrangeiros>>. Acesso em: 20 jun. 2019.

BULÉ, Anieli. **Processo de internacionalização de Instituições de Ensino Superior: estudo de caso na Universidade Federal de Santa Maria**. 2015. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/4749/BULE%2C%20ANIELI%20EBLING.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> Acesso em: 02 fev. 2019.

CAPES, Redação. **Novidades na avaliação, bolsa e internacionalização**. 2019. Disponível em: <<https://www.capes.gov.br/36-noticias/10021-novidades-na-avaliacao-bolsa-e-internacionalizacao>>. Acesso em: 05 jan. 2020.

CELLARD, André. A Análise Documental. In: POUPART, J. *et al.* **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 295.

CHAIMOVICH, Hernan **Níveis de Internacionalização**. Desafios e Oportunidades para a Internacionalização. *Universidades para o Mundo*, 2018. Disponível em: <https://www.britishcouncil.org.br/sites/default/files/guia_universidades_para_o_mundo.pdf>. Acesso em: 02 jul.2019.

CHRISTINO, Adriana. **Internacionalização de Ensino Superior: estudo de casos em cursos de Administração de instituições públicas de ensino superior**. 2013. Dissertação (Mestrado em Administração de Organizações) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP, 2013.

CICHOSKI, Paula. **Experiências de internacionalização e desenvolvimento humano na Educação Superior**. Repositório Institucional da UTFPR, 2017. Disponível em: <http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/2292/1/PB_PPGDR_M_Cichoski%2C%20P_aula%20Spiazzi%20Bottega_2017.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2019.

CONIF. **CONIF divulga nota oficial sobre o Programa Future-se**. Brasília, 2019. Disponível em: <<https://portal.ifpe.edu.br/noticias/conif-divulga-nota-oficial-sobre-o-programa-future-se>>. Acesso em: 28 abr. 2020.

CONIF. **Missão do Conif aproxima Rede Federal de instituições colombianas**. Brasília, 2020. Disponível em: <<http://portal.conif.org.br/br/component/content/article/84-ultimas-noticias/3269-missao-do-conif-aproxima-rede-federal-de-instituicoes-colombianas#>>. Acesso em: 13 mar. 2020.

CONSUPE IFPE. **Resolução N° 09 de 31 de março de 2014**. Aprova o Relato Integrado relativo ao ano de 2013 do IFPE. Recife, 2014. Disponível em: <<https://portal.ifpe.edu.br/o-ifpe/conselho-superior/resolucoes/resolucoes-2014>>. Acesso em: 03 jun. 2020.

CONSUPE IFPE. **Resolução N° 27 de 30 de abril de 2019**. Aprova o Relato Integrado relativo ao ano de 2018 do IFPE. Recife, 2018. Disponível em: <<https://portal.ifpe.edu.br/o-ifpe/conselho-superior/resolucoes/resolucoes-2019>>. Acesso em: 03 jun. 2020.

COURA, Kamila. **Internacionalização do Ensino Superior: razões políticas, econômicas, socioculturais e acadêmicas**, 2017. In: VAN DER WENDE, M. Missing links: The relationship between national policies for internationalization and those for higher education in general and international comparative analysis and synthesis. In KALVEMARK, T; VAN DER WENDE, M. (Eds). **National Policies for the internationalization of Higher Education in Europe**. Stockholm: National Agency for Higher Education, 1997. Disponível em: <<http://www.abed.org.br/congresso2017/trabalhos/pdf/213.pdf>> Acesso em: 27 jan. 2020.

COURA, Kamila; COURA, Karla. **Internacionalização do Ensino Superior: razões políticas, econômicas, socioculturais e acadêmicas**. Belo Horizonte, 2017. Disponível em: <<http://www.abed.org.br/congresso2017/trabalhos/pdf/213.pdf>>. Acesso em: 27 jan. 2020.

D'AMBROSIO, Oscar Alejandro Fabian. Guerra Cambial? Dos Estados Unidos a China. **Unesp Ciência**, 2015, ano 7, número 70. Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", 2015. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/138838>>. Acesso em: 10 jan. 2020.

DE WIT, Hans. Internationalization of higher education, an introduction and the why, how and what. In: DE WIT, Hans. **An introduction to higher education internationalization**. V&P, Milan, p. 13-46, 2013.

DE WIT, Hans. Internationalization of Higher Education: nine misconceptions. **International Higher Education**, Amsterdam, n. 64, p. 1-6, abr. 2011.

DE WIT, Hans. Rationales for Internationalization of Higher Education. **Millenium** 3, n. 11, p. 9-11, 1998. Disponível em: <<https://repositorio.ipv.pt/bitstream/10400.19/805/1/Rationales%20for%20Internationalisatio%20n.pdf>>. Acesso em: 27 jan. 2020.

DE WIT, Hans. **Strategies for internationalization of higher education: a comparative study of Australia, Canada, Europe and The United States of America.** Amsterdam: European Association of International Education, 1995.

DE WIT, Hans; HELETA, Savo; JOOESTE, Nico. **Higher Education Partnerships for the future.** Unit for Higher Education Internationalization in the Developing World, Nelson Mandela Metropolitan University, 2015. Disponível em: <http://erasmusplusriesal.org/sites/default/files/9_higher_education_partnerships_for_the_future.pdf#page=95>. Acesso em: 26 fev. 2020.

DE WIT, Hans; HUNTER, Fiona. The Future of Internationalization of Higher Education in Europe. **International Higher Education**, n. 83, p. 2-3, dec. 2015.

DEUBEL, André. Perspectivas teóricas para el análisis de las políticas públicas: ¿de la razón científica al arte retórico? **Estudios Políticos**, Medellín, n. 33, p. 67-91, dez. 2008.

Disponível em:

<http://www.adm.ufba.br/sites/default/files/publicacao/arquivo/sonia_pereira_tese_final.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2019.

DOWLE, Martin. **Internacionalizar em busca de excelência.** Universidades para o Mundo: Desafios e Oportunidades para a internacionalização, British Council, 2018. Disponível em: <https://www.britishcouncil.org.br/sites/default/files/guia_universidades_para_o_mundo.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2019.

FAUBAI. **Política linguística para internacionalização do ensino superior.** [s.l.: s.n.]. Disponível em : <<http://faubai.org.br/pt-br/wp-content/uploads/2019/01/Documento-do-GT-de-Pol%C3%ADticas-Lingu%C3%ADsticas-da-FAUBAI.pdf>> Acesso em: 03 de março de 2019)

FILHO, Francisco. **Política de internacionalização da Rede Federal de Educação e Tecnologia do Brasil.** IFPB, Pelotas, 2017. Disponível em:

<<https://www.ifpb.edu.br/relacoes-internacionais/Documentos/politica-de-internacionalizacao-da-rede-federal/view>>. Acesso em: 17 jan. 2020.

FILHO, Francisco. **Política de internacionalização da Rede Federal de Educação Tecnológica do Brasil.** 2017. Disponível em: <<https://www.ifpb.edu.br/relacoes-internacionais/Documentos/politica-de-internacionalizacao-da-rede-federal>>.

Acesso em: 05 fev. 2020.

FONSECA, Ana Lúcia. Inglês: A língua da internacionalização. **Interfaces Científicas, Aracaju**, v. 4, n. 2, p. 23-32, fev. 2016. Disponível em:

<<https://periodicos.set.edu.br/index.php/educacao/article/viewFile/3023/1634>>. Acesso em: 27 abr. 2016.

FORINTER. **Política de relações internacionais dos Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia**. Brasília, 2009. Disponível em: <<http://forinter.conif.org.br/pt/home.html>>. Acesso em: 05 fev. 2020.

GOTARDO, Grazieli. **Universidades apostam na internacionalização**. Disponível em: <<https://www.extraclasse.org.br/geral/2014/07/universidades-apostam-na-internacionalizacao/>>. Acesso em: 11 set. 2019.

HELMS, Robin; RUMBLEY, Laura. **Internationalizing Higher Education Worldwide: National Policies and Programs**. Center for Internationalization and Global Engagement American Council on Education. Boston College Center for International Higher Education. 2016.

HEPPLESTON, Audrey. **Estratégia bem planejada: Universidades para o Mundo: Desafios e Oportunidades para a Internacionalização**. British Council, p. 25, 2018. Disponível em: <https://www.britishcouncil.org.br/sites/default/files/guia_universidades_para_o_mundo.pdf>. Acesso em: 03 jun. 2019.

HUDZIK, John. **Comprehensive Internationalization: from Concept to Action**. Washington: NAFSA, Association of Internationalization Educators, 2011.

INSTITUTO FEDERAL DE PERNAMBUCO. **Plano de desenvolvimento institucional do Instituto Federal de Pernambuco 2014 – 2018**. Recife, PE, 2015. Disponível em: <<https://portal.ifpe.edu.br/aceso-a-informacao/institucional/pdi-1/pdi-completo-2014-2018.pdf/view>>. Acesso em: 10 fev. 2019.

INFORMA ABC. **Número de estudantes estrangeiros dobra no Brasil**. 2018. Disponível em: <<http://informaabc.com.br/conteudo/id-724231/numero-de-estudantes-dobra-no-brasil>>. Acesso em: 10 mar. 2019.

INTERNATIONAL ASSOCIATION OF UNIVERSITIES. **Affirming Academic Values in Internationalization of Higher Education: a Call for Action**. 2012. Disponível em: <https://iauaiu.net/IMG/pdf/affirming_academic_values_in_internationalization_of_higher_education.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2020.

KING, Gary. Replication, replication. **Political Science & Politics**, v. 28, n. 3, p. 444- 452, 1995.

KNIGHT, Jane. **Cinco verdades a respeito da internacionalização**. 2012. Disponível em: <<https://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/international-higher-education/cinco-verdades-a-respeito-da-internacionalizacao>>. Acesso em: 10 set. 2019

KNIGHT, Jane. **Five myths about internationalization**. International Higher Education, n. 62, p. 14-15, 2011.

KNIGHT, Jane. **Higher Education in Turmoil: the Changing World of Internationalization**. Rotterdam: Sense Publishers, 2008.

KNIGHT, Jane; DE WIT, Hans. Internationalization: management strategies and issues. **International Education Magazine**, v. 9, s/p, 1993.

KNIGHT, Jane; DE WIT, Hans. Internationalization remodeled: definition, approaches, and rationales. **Journal of Studies in International Education**, v. 8, n. 1, p. 05-31, 2004.

KNIGHT, Jane. Universidades apostam na internacionalização. Entrevista concedida para Grazieli Gotardo. **Jornal Extra Classe**, Julho, 2014. Recuperado de: <<http://www.extraclasse.org.br/edicoes/2014/07/universidades-apostam-na-Internacionalizacao>> Acesso em: 22 jan. 2019.

LANGUAGE & CULTURE. **The cultural iceberg**. Disponível em: <<https://www.languageandculture.com/cultural-iceberg>>. Acesso em: 02 fev. 2020.

LASWELL, Harold. **Politics: Who gets What, When, How**. Cleveland, Ohio: Meridian Books, 1958.

LAUS, Sonia. **A internacionalização da educação superior: um estudo de caso da Universidade Federal de Santa Catarina**. Santa Catarina. 2012. 331 p. Tese (doutorado em Administração) - Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, 2012.

LAUS, Sonia. **Alguns desafios postos pelo processo de internacionalização da Educação Superior no Brasil**. In: IV COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO UNIVERSITÁRIA NA AMÉRICA DO SUL, Florianópolis, SC, 2004.

LIMA, M. C.; MARANHÃO, C. M. S. De A. O Sistema de Educação Superior Mundial: entre a internacionalização ativa e passiva. **Avaliação**, Campinas, V. 14, n. 3, p. 583-610, nov. 2009. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/aval/v14n3/a04v14n3>> Acesso em: 03 jan. 2019.

LIMA, Mirian. **O Instituto Federal de Pernambuco: a construção da identidade do Campus Recife**. 2011. 117 p. Dissertação (Mestrado em Nutrição) - Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2011.

MAGGI, Leticia. **UNESCO divulga os países que mais atraem estudantes internacionais**. 2014. Disponível em: <<http://estudarfora.org.br/unesco-divulga-os-paises-que-mais-atraem-estudantes-internacionais/>>. Acesso em: 06 jun. 2019.

MARINHO, Lena. **Forinter aprofunda debates sobre políticas de internacionalização**. Disponível em: <<http://portal.conif.org.br/br/component/content/article/84-ultimas-noticias/1188-forinter-%20aprofunda-debates-sobre-politicas-de-internacionalizacao?Itemid=609>>. Acesso em: 19 ago. 2019.

MARINONI, Giorgio. **Internationalization of Higher Education: an Evolving Landscape, Locally and Globally**. International Association of Universities. IAU 5th Global Survey, 2016. Disponível em: <https://iau-aiu.net/IMG/pdf/iau_5th_global_survey_executive_summary.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2019.

MARMOLEJO, Diana. **Internacionalização na ordem do dia**. Desafios e Oportunidades para a internacionalização. Universidades para o Mundo: Desafios e Oportunidades para a Internacionalização. British Council, p. 9, 2018. Disponível em:

<https://www.britishcouncil.org.br/sites/default/files/guia_universidades_para_o_mundo.pdf>.
Acesso em: 06 jun.2019.

MARTINS, Francisco. Conhecimento e disputa pela hegemonia: reflexões em torno do valor ético político e pedagógico do senso comum e da filosofia de Gramsci. In: LOMBARDI, José; SAVIANI, Dermeval. **Marxismo e Educação: debates contemporâneos**. 2. Ed. Campinas, SP: Autores Associados, p. 123-179, 2008.

MAUÉS, Olgaíses; BASTOS, Robson. Políticas de Internacionalização da Educação Superior: o contexto brasileiro. **Educação**, Porto Alegre, v. 40, n. 3, p. 333-342, set. 2017. Disponível em:
<<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/28999/16527>>. Acesso em: 02 jan. 2019.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **A internacionalização na Universidade Brasileira:** resultados do questionário aplicado pela Capes. Brasília, 2017. Disponível em:
<<https://www.capes.gov.br/images/stories/download/diversos/A-internacionalizacao-nas-IES-brasileiras.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2019.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **A internacionalização na Universidade Brasileira:** resultados do questionário aplicado pela CAPES. Brasília, DF: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 2017. Disponível em:
<<https://www.capes.gov.br/images/stories/download/diversos/A-internacionalizacao-nas-IES-brasileiras.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2019.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Ciências sem fronteiras:** um programa especial de mobilidade internacional em ciência, tecnologia e inovação. Documento Conjunto Capes – CNPq, 2011. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/Ciencia-sem-Fronteiras_DocumentoCompleto_julho2011.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2019.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Idiomas Sem Fronteiras**. Disponível em:
<<http://isf.mec.gov.br/>>. Acesso em: 29 ago. 2019.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Levantamento das ações de internacionalização da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e Resultados do GT de Políticas de Internacionalização**. Brasília: Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, s/d. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/maio-2018-pdf/87481-acoes-de-internacionalizacao/file>>. Acesso em: 20 dez. 2019

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Plataforma Nilo Peçanha:** Ano Base 2018. Brasília, 2019. Disponível em: <<http://plataformanilopecanha.mec.gov.br/2019.html>>. Acesso em: 20 set. 2019.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Programa Ciência sem Fronteiras**. Senado Federal, Brasília, 2015. Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/mateweb/arquivos/mate-pdf/185018.pdf>>. Acesso em: 17 jan. 2020.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Programa Future-se**. Consulta Pública. Brasília, 2019. Disponível em: <<https://isurvey.cgee.org.br/future-se>>. Acesso em: 02 ago. 2019.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Resolução nº 06, de 22 de julho de 2019.** Aprova a Cadeia de Valor Público do IFPE. Portal IFPE, 2019. Disponível em: <<https://portal.ifpe.edu.br/o-ifpe/governanca-riscos-e-controles/resolucoes/resolucoes-2019/resolucao-cgrc-06-2019-aprova-a-cadeia-de-valor-publico-do-ifpe.pdf>>. Acesso em: 22 ago. 2019.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica.** Disponível em:<<http://portal.mec.gov.br/setec-secretaria-de-educacao-profissional-e-tecnologica>>. Acesso em: 24 ago. 2019.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Resolução nº 27/2019.** Aprova o Relato Integrado relativo ao ano de 2018 do IFPE. Portal IFPE, 2019. Disponível em: <<https://portal.ifpe.edu.br/o-ifpe/conselho-superior/resolucoes/resolucoes-2019>>. Acesso em: 20 mar. 2020.

MIRANDA, José; STALLIVIERI, Luciane. Para uma política pública de internacionalização para o ensino superior no Brasil. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v 22, n. 03, p. 589- 613, nov. 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/aval/v22n3/1982-5765-aval-22-03-00589.pdf>>. Acesso em: 28 jan. 2020.

MIURA, Irene. **O Processo de Internacionalização da Universidade de São Paulo:** um estudo de três áreas do conhecimento. 2006. 381 p. Tese (mestrado em administração) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo. Ribeirão Preto, 2006. Disponível em: <<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/livredocencia/96/tde-03102006135941/publico/TESELDIRENEMIURA.pdf>>. Acesso em: 23 ago. 2019.

MOROSINI, Marília. **Internacionalização da Educação Superior no Brasil pós-LDB:** o impacto das sociedades tecnologicamente avançadas. Coleção Inep 70 anos. Educação Superior no Brasil: 10 anos Pós-LDB. Inep/MEC, Brasília, 2008. Disponível em:<<http://portal.inep.gov.br/documents/186968/492393/Educa%C3%A7%C3%A3o+superior+no+Brasil+10+anos+p%C3%B3s-LDB/1ae3afed-cef1-479d-8dc4-c5e31fd03422?version=1.4>> Acesso em: 17 ago. 2019.

MOROSINI, Marília. **Internacionalização da Educação Superior.** Educação, Porto Alegre, RS, v. 40, n.3, p. 288-292, dez. 2017. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/30004/16508>>. Acesso em: 19 ago. 2019.

MOROSINI, Marília. Internacionalização na produção de conhecimento em IES brasileiras: cooperação internacional tradicional e cooperação internacional horizontal. **Educação.** Belo Horizonte, MG v. 27, n.1, p. 93-112, abr. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982011000100005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 09 fev. 2020.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Organização das Nações Unidas Brasil.** Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/>>. 12 ago. 2019.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **O que é Cooperação Sul-Sul e por que ela importa?** 2019. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/o-que-e-cooperacao-sul-sul-e-por-que-ela-importa/>>. Acesso em: 26 fev. 2020.

NEVES, Abílio. **Portaria nº 47 de 17 de outubro de 1995**. Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior. Portaria Capes, 1995. Disponível em: <<https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Portaria-Capes-47-1995-10-17.pdf>>. Acesso em: 11 abr. 2020.

O'TOOLE JR., Laurence. Interorganizational relations in implementation. In: PETERS, Guy; PIERRE, Jon. **Handbook of Public Administration**. Londres/California: Thousand Oaks Publication, p. 142-151, 2003.

OLIVEIRA, Paula. **Internacionalização da Educação Superior**: um estudo de caso em instituições públicas de ensino superior no Estado da Bahia. 2018. 155 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/25715/1/Paula%20S.%20de%20Oliveira_Disserta%C3%A7%C3%A3o%20de%20Mestrado.pdf> Acesso em: 25 ago. 2019.

OLIVEIRA, Vera. **Diálogos e projetos no caminho das parcerias**. Universidades para o Mundo: Estratégias e avanços no caminho da Internacionalização. British Council, p. 8, 2019. Disponível em: <https://www.britishcouncil.org.br/sites/default/files/universidades_para_o_mundo_2019.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2020.

Portal IFPE. **Organização Acadêmica do IFPE**. Disponível em: <<https://portal.ifpe.edu.br/o-ifpe/ensino/documentos-norteadores/documentos-norteadores>> Acesso em: 20 mar. 2020.

PEREIRA, Fabiane. A importância do aprendizado de línguas estrangeiras. **Jornal Correio dos Lagos**, 2017. Disponível em: <<http://www.jornalcorreiodoslagos.com.br/online/educa%C3%A7%C3%A3o/a-import%C3%A2ncia-do-aprendizado-de-l%C3%ADnguas-estrangeiras-1.1967998>>. Acesso em: 17 jan. 2020.

PINTO, Patrícia. **Internacionalização da Educação Superior**: um estudo sobre o Programa Ciência sem Fronteiras no IFPB. 2017. 141 p. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB, 2017. Disponível em: <<https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/9324/2/arquivototal.pdf>>. Acesso em: 21 ago. 2019.

PORTAL IFPE. **Planos de gestão dos candidatos**. Disponível em: <<https://portal.ifpe.edu.br/o-ifpe/conselho-superior/eleicoes2019/candidatos>>. Acesso em: 02 jan. 2020.

RAMOS, Milena. **Internacionalização da pós-graduação no Brasil: lógicas e mecanismos**. Educação e Pesquisa. São Paulo, v. 44, jan. 2017.

RUDZIK, Romuald. **The strategic management of internationalization**: towards a model of theory and practice. 1998. 331 p. Tese (doutorado em psicologia) - School of Education. University of Newcastle upon Tyne, Newcastle upon Tyne, Reino Unido, 1998. Disponível em: <<https://theses.ncl.ac.uk/jspui/handle/10443/149>>. Acesso em: 10 set. 2019.

RUMBLEY, Laura. **Intelligent Internationalization: a 21st Century Imperative.** *International Higher Education*, n. 80, p. 16-17, mar. 2015.

SÁ, Ivo. **Práticas de Inglês Instrumental no IFPE: um Convite à Reflexão.** 2019. Tese (mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal de Pernambuco, Olinda, PE, 2019. Disponível em: <<https://portal.ifpe.edu.br/campus/olinda/cursos/pos-graduacao/mestrado/ProfEPT/dissertacoes-e-produtos>>. Acesso em: 19 mar. 2020.

SANTOS, Fernando; FILHO, Naomar. **A quarta missão da universidade: internacionalização universitária na sociedade do conhecimento.** Coimbra: Editora Universidade de Brasília, 2012. Disponível em: <https://digitalis.uc.pt/pt-pt/livro/quarta_miss%C3%A3o_da_universidade_internacionaliza%C3%A7%C3%A3o_universit%C3%A1ria_na_sociedade_do_conhecimento>. Acesso em: 03 ago. 2019.

SCHMITZ, João. *et al.* **A internacionalização da Rede Federal de Educação Tecnológica: uma abordagem sobre a estrutura administrativa.** XVI Colóquio internacional de gestão universitária – CIGU. Santa Catarina, 2016. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/311326937_A_INTERNACIONALIZACAO_DA_REDE_FEDERAL_DE_EDUCACAO_TECNOLOGICA_UMA_ABORDAGEM SOBRE_A_ESTRUTURA_ADMINISTRATIVA> Acesso em: 22 ago. 2019.

SEBASTIÁN, J. **Cooperación e internacionalización de las universidades.** Buenos Aires: Biblos, 2004.

SECCHI, L. **Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos.** 2.ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SIUFI, Gabriela. Cooperación internacional e internacionalización de la educación superior. **Educación Superior y Sociedad: Nueva época**, v. 14, n. 1, jan. 2009. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000186783>>. Acesso em: 30 jun. 2019.

STALLIVIERI, L. Compreendendo a internacionalização da educação superior. Florianópolis: **Revista de Educação do Cogeime**, v. 26, n. 50, ago. 2017. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/319020412_Compreendendo_a_internacionalizacao_da_educacao_superior/link/59c951ec45851556e97a68d6/download>. Acesso em: 30 abr. 2020.

STALLIVIERI, L. **Estratégias de internacionalização das universidades brasileiras.** Caxias do Sul: Educus, 2004.

STALLIVIERI, L. **Internacionalização e Intercâmbio: dimensões e perspectivas.** Curitiba: Appris editora, 2017.

STALLIVIERI, L. **O processo de internacionalização nas instituições de ensino superior. Educação Brasileira: Revista do Conselho de Reitores das Universidades brasileiras**, Brasília, DF, v. 24, n. 48, p. 35-37, 2002.

TREVISAN, Rita. **O que a BNCC propõe para o ensino de língua inglesa?** Nova Escola, S/D. Disponível em: <<https://novaescola.org.br/bncc/conteudo/77/o-que-a-bncc-propoe-para-o-ensino-de-lingua-inglesa>>. Acesso em: 22 dez. 2019.

UNESCO. **Educação superior: reforma, mudança e internacionalização. Anais.** Brasília, DF: UNESCO Brasil, 2003. Disponível em:
<<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000133972>>. Acessoem: 13 set. 2019.

UNESCO. **World Conference on Higher Education: Higher Education in the Twenty-first Century, Vision and Action.** V. 1. Final Report. Paris: UNESCO, 1998. Disponível em:
<<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000116345>>. Acessoem: 22 set. 2019.

UNIVERSITIES UK. **UK Stand Out Report.** 2017. Disponível em:
<<https://www.universitiesuk.ac.uk/facts-and-stats/Pages/facts-and-stats.aspx>>. Acesso em: 25 ago. 2019.

APÊNDICES

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA PRÓ-REITORES DO IFPE

Título da pesquisa: “O processo de Internacionalização em Instituições Federais de Educação Profissional: O Caso do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco”.

Identificação do entrevistado:

Nome: _____

Data: ___/___/___

Função: _____

Tempo na função: _____

Objetivo Geral: “Analisar as percepções de membros da alta gestão sobre a importância da internacionalização no âmbito do IFPE”.

Pergunta introdutória:

- O que o/a senhor/a entende por “Internacionalização do Ensino”?
- Como o/a senhor/a avalia a questão da internacionalização na RFEPCT?

Política de Internacionalização:

• **Formulação:**

- Como se deu o processo de definição da Política de Internacionalização?
- Qual é o papel da Pró-reitoria na formulação da Política de Internacionalização do IFPE?

• **Prioridades:**

- A internacionalização é prioridade no IFPE?
- Quais são as prioridades em termos de internacionalização de ensino, pesquisa e extensão?
- Existe alguma área acadêmica priorizada? Ensino Médio, Graduação ou Pós-Graduação?
- Essas políticas incluem alguma prioridade geográfica?

• **Implementação:**

- Qual é o papel da Pró-reitoria na implementação da política de internacionalização?

• **Razões:**

- Quais são as 3 principais razões que têm levado o IFPE a se internacionalizar?

• **Ações de Internacionalização:**

- Quais são as 3 principais ações de internacionalização promovidas pela Pró-reitoria?

- Qual dessas ações têm sido mais bem sucedidas? Por quê?
- Quais outras ações serão implementadas no futuro?
- De onde parte a demanda pela internacionalização? Por quê?

• **Background dos gestores:**

- O/A senhor/a possui alguma formação no exterior? Caso afirmativo, que tipo de formação? Onde? Qual a duração?
- Já desenvolveu ou desenvolve algum programa ou projeto em cooperação com uma instituição estrangeira? Caso positivo, qual a temática e os resultados alcançados?
- Possui proficiência em algum idioma estrangeiro? Qual? Saberá informar o nível linguístico?

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA DIRETORES SISTÊMICOS DO IFPE

Título da pesquisa: “O processo de Internacionalização em Instituições Federais de Educação Profissional: O Caso do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco”.

Identificação do entrevistado:

Nome: _____

Data: ___/___/___

Função: _____

Tempo na função: _____

Objetivo Geral: “Analisar as percepções de membros da alta gestão sobre a importância da internacionalização no âmbito do IFPE”.

Pergunta introdutória:

- O que o/a senhor/a entende por “Internacionalização do Ensino”?
- Como o/a senhor/a avalia a questão da internacionalização na RFEPCT?

Política de Internacionalização:

• Formulação:

- Como se deu o processo de definição da Política de Internacionalização?
- Qual é o papel da Direção na formulação da Política de Internacionalização do IFPE?

• Prioridades:

- A internacionalização é prioridade no IFPE?
- Existe alguma área acadêmica priorizada? Ensino Médio, Graduação ou Pós-Graduação?

• Implementação:

- Qual é o papel da Direção na implementação da política de internacionalização?

• Razões:

- Quais são as 3 principais razões que têm levado o IFPE a se internacionalizar?

• Ações de Internacionalização:

- O/A senhor/a poderia citar ações no eixo da internacionalização no âmbito do IFPE?
- Quais dessas ações têm sido mais bem sucedidas? Por quê?
- Em sua opinião, que benefícios as ações de internacionalização trazem/podem trazer para o IFPE?

- De onde parte a demanda pela internacionalização? Por quê?

• **Background dos gestores:**

- O/A senhor/a possui alguma formação no exterior? Caso afirmativo, que tipo de formação? Onde? Qual a duração?

- Já desenvolveu ou desenvolve algum programa ou projeto em cooperação com uma instituição estrangeira? Caso positivo, qual a temática e os resultados alcançados?

- Possui proficiência em algum idioma estrangeiro? Qual? Saberá informar o nível linguístico?

APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA DIRETORES GERAIS DOS CAMPI DO IFPE

Título da pesquisa: “O processo de Internacionalização em Instituições Federais de Educação Profissional: O Caso do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco”.

Identificação do entrevistado:

Nome: _____

Data: ___/___/___ Função: _____ Tempo na função: _____

Objetivo Geral: “Analisar as percepções de membros da alta gestão sobre a importância da internacionalização no âmbito do IFPE”.

Pergunta introdutória: - O que o/a senhor/a entende por “Internacionalização do Ensino”? - Como o/a senhor/a avalia a questão da internacionalização na RFEPCCT?

Política de Internacionalização:

•Formulação:

- A internacionalização é definida como estratégica para o Campus? De que forma?
- Qual é o papel da Direção na formulação da Política de Internacionalização do IFPE?
- O Campus já participou de alguma missão/atividade/ação sob a coordenação da Assessoria de Relações Internacionais (Arinter) do IFPE?

•Prioridades:

- A internacionalização é prioridade no IFPE?
- Existe alguma área acadêmica priorizada? Ensino Médio, Graduação ou Pós-graduação?

•Implementação:

- Qual é o papel da Direção na implementação da política de internacionalização?

•Razões:

- Quais são as 3 principais razões que têm levado o IFPE a se internacionalizar?

•Ações de Internacionalização:

- O/A senhor/a poderia citar ações no eixo da internacionalização no âmbito do IFPE? - Qual dessas ações têm sido mais bem sucedidas? Por quê?
- Em sua opinião, que benefícios as ações de internacionalização trazem/podem trazer para o IFPE?

- De onde parte a demanda pela internacionalização? Por quê?

•Background dos gestores:

- O/A senhor/a possui alguma formação no exterior? Caso afirmativo, que tipo de formação?

Onde? Qual a duração?

- Já desenvolveu ou desenvolve algum programa ou projeto em cooperação com uma instituição estrangeira? Caso positivo, qual a temática e os resultados alcançados?

- Possui proficiência em algum idioma estrangeiro? Qual? Saberá informar o nível linguístico?

APÊNDICE D – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

A pesquisadora **Jussara Pimentel**, mestranda do Programa de Pós-Graduação de Mestrado Profissional em Políticas Públicas da Universidade Federal de Pernambuco – Campus Recife, tem executado atividades de pesquisa vinculadas à elaboração da dissertação de curso intitulada “**O processo de Internacionalização em Instituições Federais de Educação Profissional: O Caso do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco**”, sob a orientação do Prof. Dr. Marcelo Medeiros. A pesquisa tem como objetivo: “**Analisar as percepções de membros da alta gestão sobre a importância da Internacionalização no âmbito do IFPE**”.

Sua participação na pesquisa será de suma importância para o desenvolvimento da mesma. Por isso, pedimos a sua anuência para a realização da coleta de dados pertinentes à referida pesquisa através do fornecimento de informações por meio de documentos oficiais e entrevistas semiestruturadas.

Suas informações serão utilizadas apenas para as finalidades da pesquisa e sua identidade não será divulgada, mantendo-se o sigilo do seu nome.

Se a qualquer momento desejar informações adicionais sobre a pesquisa, entrar em contato pelo telefone (81) 991981269 ou pelo e-mail: jussarafmp@gmail.com

Jussara Pimentel

Pesquisadora

APÊNDICE E – AUTORIZAÇÃO DE ENTREVISTA

Eu, _____, estou sendo convidado/a a participar de um estudo denominado “O Processo de Internacionalização em Instituições Federais de Educação Profissional: **“O Caso do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco”**”, cujo objetivo é **“Analisar as percepções de membros da alta gestão sobre a importância da internacionalização no âmbito do IFPE”**”.

A minha participação no referido estudo será no sentido de informar percepções através de roteiro de entrevista semiestruturada, estando ciente de que minha privacidade e sigilo de identificação serão respeitados.

Fui informado/a pela pesquisadora de que com ela poderei manter contato pelos telefone e e-mail anteriormente informados.

É assegurado o esclarecimento durante toda a pesquisa, assim como é garantido o livre acesso a todas as informações adicionais sobre o estudo e suas consequências, durante e depois da minha participação.

Por fim, tendo sido orientado/a quanto ao teor da pesquisa, manifesto meu consentimento em participar, ciente ainda de que não há valor econômico a receber ou a pagar, por minha participação.

_____, ____ de _____ de 2020

Nome: _____

Assinatura: _____

APÊNDICE F – POLÍTICA LINGUÍSTICA



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE
PERNAMBUCO
GABINETE DA REITORA

POLÍTICA LINGUÍSTICA DO IFPE

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Aprovar a regulamentação da implementação da política linguística do Instituto e estabelecer os princípios norteadores que envolvem o aprendizado e o uso das línguas adicionais e as práticas de ensino, pesquisa, extensão e inovação.

Art. 2º Aprovar a formação da comissão de política linguística do IFPE para acompanhar e assessorar a implantação da política linguística do Instituto.

CAPÍTULO II

DAS DIRETRIZES E DOS OBJETIVOS DA POLÍTICA LINGUÍSTICA DO INSTITUTO

Art. 3º A política linguística do Instituto tem como referência os seguintes objetivos:

- I - fortalecer as ações do Centro de Libras e Línguas Estrangeiras (CELLE) através da oferta de cursos regulares de línguas adicionais em todos os campi/EAD e reitoria;
- II - garantir a execução das ações do programa Idiomas sem Fronteiras (IsF), como cursos de línguas e aplicação de testes de proficiência internacionais;
- III - incentivar a utilização de línguas adicionais nos eventos acadêmico-científicos e culturais da instituição;
- IV - criar instrumentos para a validação das participações dos estudantes nos diferentes eventos e cursos do CELLE como atividade curricular;

- V - ampliar a oferta de cursos de aperfeiçoamento linguístico em línguas adicionais para professores da rede pública do Estado de Pernambuco;
- VI - fomentar a oferta de componentes curriculares em língua adicional nos diversos níveis de ensino;
- VII - criar comissões por campus e na EAD com a finalidade de assessorar professores de conteúdos específicos no ensino de componentes curriculares em línguas adicionais;
- VIII - criar e acompanhar fóruns de discussão de práticas de ensino de língua para fins específicos;
- IX - garantir a aplicação de testes de proficiência da própria instituição em relação às línguas adicionais ofertadas;
- X - manter e ofertar cursos de línguas adicionais para pessoas com deficiência, como surdos, pessoas com síndrome de down, etc.;
- XI - tornar-se centro aplicador do Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (Celpe-Bras);
- XII - viabilizar certificação de leitura e escrita em língua estrangeira para surdos;
- XIII - promover ações de contato e valorização com/de comunidades e línguas indígenas próximas aos campi e polos EAD;
- XIV - divulgar e ofertar cursos de qualificação para docentes e técnicos sobre especificidades da língua e sua relação com o ensino;
- XV - promover o aceite de trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses escritas em língua adicional;
- XVI - avaliar a necessidade de exigência de tradução de documentos escritos em inglês e línguas derivadas do latim;
- XVII - articular a oferta de cursos, por meio do Celle e do IsF, com as demandas dos grupos de pesquisa e extensão do Instituto;
- XVIII - analisar as questões que envolvem o reconhecimento dos certificados internos e dos certificados internacionais de proficiência em línguas adicionais no contexto do IFPE para conceder dispensa de componentes curriculares aos estudantes;
- XIX - implantar a adoção de sinalização em braille, espanhol e inglês em todos os campi e prédios do Instituto;
- XX - fortalecer e ampliar as parcerias do IFPE com Instituições de Ensino Superior (IES) estrangeiras.

CAPÍTULO III

DOS VALORES DA POLÍTICA LINGUÍSTICA DO INSTITUTO FEDERAL DE PERNAMBUCO

Art. 4º A implantação da política linguística do IFPE contempla os seguintes princípios:

- I - respeito à diversidade linguística e cultural nas diversas situações de uso de língua;
- II - formação crítica e cidadã do aprendiz de línguas;
- III - democratização e inclusão do processo de aprendizagem de línguas;
- IV - convivência harmoniosa com comunidades plurilíngues;
- V - fomento do letramento científico e acadêmico;
- VI - promoção da cooperação internacional;
- VII - preparação para a mobilidade internacional;
- VIII - difusão internacional das produções científica e artística do Instituto.

CAPÍTULO IV

DA COMISSÃO DE POLÍTICA LINGUÍSTICA

Art. 5º A comissão sistêmica, de caráter consultivo, responde pela implementação da política linguística do Instituto e é constituída pelos seguintes membros:

- I - assessor/a de relações internacionais;
- II - coordenador/a-geral do Celle;
- III – coordenadores/as setoriais (coordenador/a do Celle de cada Campus/EAD).

Art. 6º São atribuições da comissão sistêmica da política linguística:

- I - avaliar as condições de oferta de ensino de línguas e propor ações e estratégias para consecução dos objetivos;
- II - propor adequações e/ou estabelecimento de ações inovadoras para o desenvolvimento da área de línguas do Instituto em conformidade com o plano institucional e a política de internacionalização;
- III - assessorar as pró-reitorias nas questões pertinentes ao campo das línguas;
- IV - assessorar as coordenações de curso quando do interesse de oferecimento de componentes curriculares em línguas adicionais;
- V - assessorar professores de língua no que concerne ao ensino de língua para fins específicos;
- VI - fortalecer o CELLE e o IsF.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 7º A política linguística do IFPE poderá ser reformulada mediante solicitação da comissão sistêmica ou do/a Reitor/a, que a submeterá a análise e discussão no âmbito do Colégio de Dirigentes para posterior apreciação do Conselho Superior (CONSUP) do IFPE, quando for o caso.

Art. 8º Os casos omissos neste documento serão resolvidos pela comissão sistêmica.

Art. 9º A política linguística do IFPE entra em vigor na data da publicação da Resolução do CONSUP da qual é parte integrante.

APÊNDICE G – POLÍTICA DE INTERNACIONALIZAÇÃO



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE
PERNAMBUCO
GABINETE DA REITORA**

POLÍTICA DE INTERNACIONALIZAÇÃO DO IFPE

CAPÍTULO I

DO CONCEITO DE INTERNACIONALIZAÇÃO

Art. 1º No âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE), a internacionalização é concebida como um processo plural e dinâmico que articula as dimensões internacional, intercultural e global do ensino, da pesquisa, da extensão e da gestão.

Parágrafo único. O processo de internacionalização integra diferentes atividades para as dimensões indicadas no caput deste artigo. As principais são:

- a) Incentivo à oferta de cursos de línguas adicionais, por meio do Centro de Libras e Línguas Estrangeiras (CELLE);
- b) Colaboração em pesquisas e projetos/programas internacionais conjuntos de educação superior e ensino básico técnico e tecnológico;
- c) Mobilidade e intercâmbios acadêmicos ativos (recepção de agentes e saberes) e passivos (envio de agentes e transmissão de conhecimentos);
- d) Planejamento da capacitação e qualificação de quadros, com formação de recursos humanos para as demandas de internacionalização;
- e) Publicação conjunta em periódicos e editoriais internacionais;
- f) Incremento de ações de pesquisa básica e aplicada;
- g) Adaptação curricular que permita a mobilidade programada;

- h) Identificação das vocações de pesquisa, por áreas de conhecimento, com estímulos a seu desdobramento;
- i) Fortalecimento das vocações de extensão, por áreas temáticas e modalidades de ação (programas, projetos, cursos, eventos, prestação de serviços e produtos) e suas interações no âmbito local, regional, nacional e internacional;
- j) Formulação de procedimentos e fluxos operacionais para planejamento, execução, divulgação e monitoramento das ações que compõem o processo de internacionalização;
- k) Estabelecimento e\ou aprimoramento de infraestruturas de pesquisa, ensino e extensão que confirmem sustentabilidade ao processo de internacionalização, entre outras medidas que permitam aumentar a colaboração entre o IFPE e a sociedade, como resultado da produção de conhecimento gerado por ações baseadas na cooperação internacional.

CAPÍTULO II DOS PRINCÍPIOS

Art. 2º A Política de Internacionalização do IFPE será guiada pelos seguintes princípios:

I – Internacionalização como estratégia prioritária de incremento da pesquisa científica, disciplinar e interdisciplinar ou transversalizada, assim como forma de interação entre o ensino no IFPE, os órgãos de Estado e governo, os setores de mercado e a sociedade civil, em face de prática educativa internacional;

II – Internacionalização como cooperação científica para a qualificação de quadros e incremento de campos de pesquisa novos, em formação ou consolidados, de modo a promover a mobilidade internacional de fatores humanos e técnico-científicos, com foco preponderante nos cursos e programas de pós-graduação, propostas metas claras de retorno individual e institucional, para o desenvolvimento da Instituição e seu destaque em termos de resposta científica para os problemas locais, regionais e nacionais;

III – Internacionalização como processo de gestão pública participativa, descentralizada e democrática, que leva em consideração o mérito das propostas e projetos, o currículo de seus proponentes, sua inserção em grupos de pesquisa consolidados, a importância da proposta para a área científica e o retorno institucional das ações estabelecidas;

IV - Internacionalização como pressuposto de ações continuadas que buscam práticas inovadoras entre grupos acadêmicos consolidados ou em formação, com vistas a aprimorar metodologias e dinamizar ações transformadas e aperfeiçoadas pela cooperação internacional;

V – Internacionalização como princípio de responsabilidade social do Instituto, em seu papel de instituição de ensino superior, atenta às preocupações emergentes e prioritárias da sociedade contemporânea, na busca pela solução de problemas atuais e futuros;

VI - Internacionalização como publicidade e transparência dos processos, nos termos da Política de Dados Abertos do Poder Executivo Federal, nos moldes do Decreto nº 8.777/2016, em bases digitais, virtuais e mediante resposta direta aos proponentes, estimulando o intercâmbio de dados entre órgãos, entidades da administração pública federal, e órgãos e entidades internacionais, o fomento do controle social e melhor oferta de serviços públicos, pela promoção do desenvolvimento tecnológico e inovação nos campos trabalhados, havendo compartilhamento de recursos de tecnologia da informação e oferta de serviços públicos digitais de forma integrada.

CAPÍTULO III DOS OBJETIVOS

Art. 3º A Política de Internacionalização do IFPE tem como objetivo geral a promoção de cultura de internacionalização entre a comunidade acadêmica com vistas à inserção da instituição na construção efetiva desse processo.

Art. 4º São objetivos específicos das ações de internacionalização:

I – incentivar a participação dos servidores do IFPE em projetos e programas nacionais e internacionais;

II – promover áreas acadêmicas estratégicas no IFPE que apresentem interesse internacional;

III – estabelecer acordos de cooperação com instituições estrangeiras e brasileiras, visando ações recíprocas de internacionalização;

IV – ampliar a presença de discentes, técnicos, professores e pesquisadores estrangeiros no IFPE;

V – promover a formação continuada dos diferentes setores da comunidade acadêmica do IFPE em instituições parceiras no exterior;

VI – acompanhar a implementação dos objetivos previstas na Política Linguística do IFPE.

CAPÍTULO IV DO COMITÊ DE GESTÃO DA INTERNACIONALIZAÇÃO

Art. 5o Fica instituído o Comitê de Gestão da Internacionalização, que deverá elaborar, acompanhar e avaliar o Plano Anual das Ações de Internacionalização e deliberar sobre alterações necessárias.

Art. 6o O Comitê de Gestão da Internacionalização tem a seguinte composição:

I – o Diretor de Relações Internacionais e Interinstitucionais, como seu presidente;

II – o Pró-reitor de Ensino;

III – o Pró-reitor de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação;

IV – o Pró-reitor de Extensão;

V – o Pró-reitor de Administração;

VI – um representante escolhido entre os Diretores de Campi;

Parágrafo único. O Comitê reunir-se-á ordinariamente, pelo menos uma vez a cada semestre ou, extraordinariamente, quando convocado por seu presidente.

CAPÍTULO V DA MOBILIDADE DE PESSOAS

Art. 7o Entende-se por “mobilidade”, no âmbito da Política de Internacionalização, o livre trânsito de docentes, de discentes e de pessoal técnico-administrativo entre o IFPE e as instituições parceiras, devidamente amparados por acordos de cooperação.

§1o A mobilidade de docentes, alunos de Graduação e técnicos administrativos deverá seguir o disposto em Resoluções específicas.

§2o A mobilidade dos alunos de Pós-Graduação será regulamentada pelos respectivos Programas, privilegiando-se a co-tutela de tese e a dupla titulação, para os alunos de Doutorado e acordos específicos para os alunos de Mestrado.

Art. 8o Os alunos estrangeiros poderão ser matriculados no IFPE nas seguintes situações:

I – tendo sua permanência no Brasil devidamente legalizada, ingressa nos cursos do IFPE pelos processos de seleção regulares, por programas ou acordos de cooperação dos quais o IFPE seja signatário ou editais específicos para refugiados;

II – em mobilidade, que ingressa no IFPE por um período curto, de um ou dois semestres letivos, nas modalidades técnico médio integrado e técnico subsequente, superior (graduação e pós-graduação), sem direito à obtenção do respectivo título.

CAPÍTULO VI DA COOPERAÇÃO INTERINSTITUCIONAL

Art. 9º Para oficializar a cooperação científica e acadêmica com outras instituições no contexto da internacionalização, o IFPE firmará convênios ou acordos de cooperação, devidamente amparados pela legislação brasileira.

§1º Os convênios são documentos de parceria firmados pelo IFPE com instituições brasileiras ou estrangeiras, para fins de financiamento de projetos ou programas, sendo estipuladas as responsabilidades das partes e as regras de propriedade dos resultados obtidos.

§2º Os acordos de cooperação são documentos de parceria firmados pelo IFPE com instituições brasileiras ou estrangeiras, para fins acadêmico-científicos, devendo estipular as atividades a serem desenvolvidas e, se for o caso, as fontes de recurso para o custeio das atividades.

CAPÍTULO VII DOS PAÍSES E INSTITUIÇÕES DE INTERESSE

Art. 10º. No âmbito desta Política de Internacionalização, o IFPE está aberto a cooperar com todo e qualquer país que tenha o reconhecimento da comunidade internacional e que mantenha relações diplomáticas com o Brasil.

§ 1º Para consolidar a internacionalização de seus programas e cursos, observadas as áreas prioritárias definidas pelo Comitê de Gestão da Internacionalização, realizar-se-ão parcerias com instituições de comprovada excelência.

§ 2º A cooperação com instituições latino-americanas é prioridade desta Política de Internacionalização, como forma de colaborar com a “integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações”, conforme exposto no Parágrafo Único do Art. 4º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

§ 3º As parcerias com instituições dos países em desenvolvimento, via projetos de cooperação Sul-Sul e com os BRICS, têm importância destacada, visando ao compartilhamento de conhecimentos para a solução de problemas locais ou regionais.

CAPÍTULO VIII

DO FINANCIAMENTO DAS ATIVIDADES DE INTERNACIONALIZAÇÃO

Art. 11º. As atividades de internacionalização poderão ser financiadas por:

- I – parcerias estabelecidas com outras instituições, no âmbito dos convênios ou acordos firmados pelo IFPE;
- II – agências de fomento governamentais ou não-governamentais, brasileiras ou estrangeiras;
- III – doações em conformidade com a regulamentação vigente;
- IV – orçamento do IFPE, executado por qualquer uma de suas unidades administrativas.

CAPÍTULO IX

DA DEFINIÇÃO DOS INDICADORES

Art. 12º Com vistas ao fortalecimento da internacionalização da Instituição, os seguintes indicadores, assim como outros que se fizerem pertinentes, deverão ser observados anualmente nos Relatórios dos órgãos:

- I – número de convênios existentes com as instituições internacionais;
- II – número de artigos em periódicos internacionais qualificados, com a indicação do fator de impacto médio e número de citações da produção científica da instituição;
- III – número de visitas técnicas de docentes e discentes em instituições estrangeiras;
- IV – número de títulos de material bibliográfico de cada centro em outras línguas;
- V – número de artigos internacionais com coautoria estrangeira;
- VI – número de visitas de docentes estrangeiros aos Centros de Ensino;
- VII – número de visitas de discentes estrangeiros aos centros e aos PPGs, com indicação das atividades desenvolvidas ou em curso;
- VIII – número de alunos estrangeiros matriculados nos PPGs ou nos cursos de graduação, com a indicação do programa de fomento e da fonte de financiamento, se houver;
- IX – número de professores estrangeiros com vínculo acadêmico, como professor visitante, permanente ou colaborador, aos PPGs;
- X – número de servidores docentes e técnico-administrativos capacitados a ministrar aulas em outros idiomas;
- XI – quantidade de bolsas implementadas por modalidade, tempo de duração das bolsas e dos contratos, quantificados em número de meses;
- XII – Número de editais que o IFPE participa internacionalmente;
- XIII – Número de editais que o IFPE apresenta para apoio às ações de internacionalização;

XIV – Evolução dos periódicos institucionais no Qualis-Capes;

XV – Captação de recursos em editais para ações de internacionalização.

CAPÍTULO X DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 13º. Os casos omissos serão analisados pelo Consupe.

Art. 14º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ANEXO A – PROGRAMA DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

PROGRAMA	2014	2015	2016	2017	2018
Mobilidade de estudantes e servidores	X	X	X	X	X
Acordos interinstitucionais.	X	X	X	X	X
Pesquisa e Pós-graduação conjuntas.	X	X	X	X	X
Ensino e aprendizagem de idiomas e culturas estrangeiras.	X	X	X	X	X
Programas de cooperação para o desenvolvimento de Pesquisa, Extensão e de interesses comuns entre as instituições parceiras.	X	X	X	X	X
Envio de representantes institucionais a feiras internacionais de educação e trabalho, afim de apresentar o IFPE a potenciais parcerias internacionais, bem como (re)conhecer potenciais instituições parceiras e identificar oportunidades de estudo, estágios, pesquisa e extensão para a comunidade acadêmica.	X	X	X	X	X
Divulgação das atividades desenvolvidas pela Assessoria de Relações Internacionais, vinculadas à Pró-Reitoria de Extensão do IFPE.	X	X	X	X	X
Realização de visitas anuais aos <i>Campi</i> para divulgar as oportunidades de internacionalização do IFPE.	X	X	X	X	X
Multiplicação de experiências acadêmico-profissionais no IFPE dos egressos do programa de mobilidade.		X	X	X	X
Atualização da Comissão Multidisciplinar de Mobilidade Internacional (CMMI).		X			
Realização de workshops voltados aos estudantes do Programa de intercâmbio do CsF.		X	X	X	X
Ampliação da participação da ARINTER no CELE (Centro de Línguas Estrangeiras)		X	X	X	X
Interiorização das ações da ARINTER;	X	X	X	X	X
Implantação da página de internacionalização no site do IFPE.		X			

(Plano de Desenvolvimento Institucional/Resolução nº 57/2015). Disponível em: <<https://portal.ifpe.edu.br/o-ifpe/conselho-superior/resolucoes/resolucoes-2015/resolucao-57-2015-aprova-o-plano-de-desenvolvimento-institucional-do-ifpe.pdf>> Acesso em: 22 de março de 2020.